



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

MATHEUS FELICIANO DOS REIS

**A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE O CERRADO EM GOIÁS:  
ESTADO DA ARTE, TERRITÓRIO E NATUREZA**

GOIÂNIA - GO

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS  
DE TESES E  
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**


Nome completo do autor: Matheus Feliciano dos Reis

Título do trabalho: A produção geográfica sobre o Cerrado em Goiás: estado da arte, território e natureza


**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**       **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 19 / 10 / 17

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

<sup>2</sup>A assinatura deve ser escaneada.

MATHEUS FELICIANO DOS REIS

**A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE O CERRADO EM GOIÁS:  
ESTADO DA ARTE, TERRITÓRIO E NATUREZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e produção do espaço  
Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges  
Co-orientador: Prof. Dr. Sandro de Oliveira Safadi

GOIÂNIA - GO

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Reis, Matheus Feliciano dos

A produção geográfica sobre o Cerrado em Goiás [manuscrito] : estado da arte, território e natureza / Matheus Feliciano dos Reis. - 2017.

CLI, 151 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges; co-orientador Dr. Sandro de Oliveira Safadi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Cerrado. 2. Estado da arte. 3. Território. 4. Natureza. 5. Epistemologia. I. Borges, Ronan Eustáquio, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
 Matheus Feliciano dos Reis**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de Matheus Feliciano dos Reis, intitulada: "A Geografia do Cerrado Goiano: Estado da Arte, Território e Natureza". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 108/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges** (Presidente), **Prof. Dr. Denis Castilho** (membro titular interno) e **Prof. Dr. Antônio Fernandes dos Anjos** (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 17:20 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

**Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges (Presidente) – Ass.:** \_\_\_\_\_  
 Aprovado (X) Reprovado ( )

**Prof. Dr. Denis Castilho – Ass.:** \_\_\_\_\_  
 Aprovado (X) Reprovado ( )

**Prof. Dr. Antônio Fernandes dos Anjos – Ass.:** \_\_\_\_\_  
 Aprovado (X) Reprovado ( )

**Resultado final:** Aprovado (X) Reprovado ( )

**Houve alteração no Título?** Sim (X) Não ( )

Em caso afirmativo, especifique o novo título: \_\_\_\_\_

A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE O CERRADO EM GOIÁS:  
 ESTADO DA ARTE, TERRITÓRIO E NATUREZA.

Outras observações: READEQUAR OS EIXOS DE TENDÊNCIAS DE  
 ACORDO COM AS SUGESTÕES DA BANCA.

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

[Assinatura]  
 Prof. Me. Joãoaldo Ferreira Duarte  
 Mat. SIAPE-UFG 1317863  
 CREA 16069/D-GO

## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, *alma mater* de minha formação acadêmica;

Ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do IESA-UFG, por proporcionar esta fase de qualificação intelectual e profissional e do qual tive o privilégio de fazer parte como discente e pesquisador;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por ser o órgão de fomento da presente pesquisa e vetor fundamental de consolidação da produção científica e pós-graduação no país;

Aos servidores e funcionários das secretarias do PPGeo e do IESA, pelo suporte;

Aos docentes do Programa e também aos externos, que contribuíram direta ou indiretamente para essa pesquisa, seja por meio das disciplinas, dos diálogos e leituras, avaliações em bancas ou o simples interesse pelo trabalho; em especial os professores Antônio dos Anjos (UEG-Iporá), Carlos Maia (IESA/UFJF) e Ivanilton de Oliveira (IESA);

Aos professores Denis Castilho e Manoel Calaça, do IESA, duas figuras sempre próximas nessa trajetória, pelos quais guardo grande respeito e admiração;

Ao Prof. Ronan, que me inspirou durante a graduação e que tive a oportunidade de me tornar aprendiz nessa etapa de formação, pela paciência em dialogar com minhas aspirações de pesquisa; e ao Prof. Sandro Safadi (IFG-Anápolis), que se dedicou com interesse único por este trabalho, que certamente não teria alcançado completude sem a sua formidável orientação;

Àqueles que compartilharam das mesmas demandas e angústias, em especial à Gisele, pelas conversas e livros; à Herika, pela fiel amizade; ao Samu, Manolo e Well, pelos momentos de descontração; ao Bira e Luana, colegas de laboratório; e aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT), do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Geopolítica (NUPEG), e do Grupo de Estudos em Teoria e Metodologia da Geografia (GEOtema), dos quais participei com satisfação durante o mestrado;

Ao craque Axel, pela belíssima revisão do resumo em espanhol;

À minha família, amigos e companheira.

A todos, os meus agradecimentos.

*Ir o industrioso cultivador plantar árvores cujos frutos nunca ver?*

Cícero, 45 a.C.

## RESUMO

O Cerrado é tema recorrente nas pesquisas da Geografia, nos últimos anos presente em estudos de preocupação notória com a preservação de sua integridade natural. Pressupõe-se como tal uma delimitação específica do que é o Cerrado e o que lhe caracteriza como ambiente, embora no campo geográfico lhe sejam atribuídas distintas abordagens. Com base nisso, buscamos compreender como se tem produzido o seu conhecimento na Geografia, assumindo como universo amostral as teses do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (PPGeo-UFG). Elaborado um estado da arte, foi possível traçar o perfil das pesquisas e observou-se que os estudos do Programa sobre o Cerrado são representados em maior número por trabalhos que tratam da ocupação moderna do território goiano, com ênfase numa abordagem territorial. Por tal abordagem são pautadas as disputas sociais, políticas e econômicas sobre esse ambiente, transcendendo o entendimento de Cerrado como região natural, a fim de afirmar as relações sociais de poder que se dão sobre ele. No entanto, essa postura concebe o Cerrado unilateralmente, ao que evidenciam impasses teórico-metodológicos, trazendo a lume contradições na produção de conhecimento sobre o Cerrado que se referem a dilemas epistemológicos da Geografia. Diante desse contexto, colocamos que a proposta de tratar do Cerrado pela abordagem do território é problemática e apresentamos questões prementes que merecem ser aprofundadas pelos estudos geográficos.

Palavras-chave: Cerrado. Estado da arte. Território. Natureza. Epistemologia.



## RESUMÉN

El Cerrado es un tema recurrente en las investigaciones de Geografía, en los últimos años presente en estudios de preocupación notoria con la preservación de su integridad natural. Se presupone como tal una delimitación específica de lo que es el Cerrado y lo que lo caracteriza como ambiente, aunque en el campo geográfico le sean atribuidos distintos abordajes. A partir de eso, buscamos comprender como se produce su conocimiento en la Geografía, asumiendo como universo de muestreo las tesis del *Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia* del *Instituto de Estudos Socioambientais* de la *Universidade Federal de Goiás* (PPGeo-UFG). Elaborado un estado del arte, fue posible trazar el perfil de las investigaciones y se observó que los estudios del Programa sobre el Cerrado son representados en mayor número por trabajos que tratan de la ocupación moderna del territorio goiano, con énfasis en un abordaje territorial. Por tal abordaje son pautadas las disputas sociales, políticas y económicas sobre ese ambiente, trascendiendo el entendimiento de Cerrado como región natural, a fin de afirmar las relaciones de poder que se dan sobre el. Entretanto, esa postura concibe el Cerrado unilateralmente, a lo que evidencian impasses teórico metodológicos, trayendo a luz contracciones en la producción de conocimiento sobre el Cerrado que se refiere a dilemas epistemológicos de la Geografía. Frente a ese contexto, colocamos que la propuesta de tratar el Cerrado por el abordaje de territorio es problemática y presentamos cuestiones importantes que merecen ser profundizadas por los estudios geográficos.

Palabras llave: Cerrado. Estado del arte. Território. Naturaleza. Epistemologia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráficos de porcentagem das Teses sobre o Cerrado .....	36
Figura 2	Gráficos dos Eixos de tendência nas teses sobre o Cerrado .....	44
Figura 3	Lavoura mecanizada de cana-de-açúcar em CAI sucroalcooleiro localizado em Goianésia – GO .....	63
Figura 4	Vista da Serra Dourada, município de Cidade de Goiás – GO .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Teses na linha de pesquisa de Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica .....	26
Quadro 2	Teses na linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial .....	27
Quadro 3	Teses na linha de pesquisa de Ensino e Aprendizagem em Geografia .....	29
Quadro 4	Número de teses que analisam o Cerrado (Classe 1) .....	31
Quadro 5	Número de teses ligadas ao Cerrado (Classe 2) .....	31
Quadro 6	Teses sobre o Cerrado produzidas no PPGeo-UFG .....	33
Quadro 7	Número de teses sobre o Cerrado (Total) .....	35
Quadro 8	Termos recorrentes nas teses sobre o Cerrado em Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica .....	37
Quadro 9	Termos recorrentes nas teses sobre o Cerrado em Dinâmica Socioespacial .....	37
Quadro 10	Abordagens conceituais de território em três vertentes básicas .....	73

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Eixos de tendência por linhas de pesquisa .....	42
----------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica
BC	Biblioteca Central
CAI	Complexo Agroindustrial
DS	Dinâmica Socioespacial
EA	Ensino e Aprendizagem em Geografia
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fomentar	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPGeo	Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás
Prodecet	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
Produzir	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
Radam	Radars na Amazônia
UFG	Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - ESTADO DA ARTE: O CERRADO NAS TESES DO PPGeo-UFG</b>	<b>20</b>
1.1 Procedimentos metodológicos e caminhos da pesquisa	20
1.2 Identificando as teses sobre o Cerrado no Programa (2009-2016)	29
1.2.1 Classes de abordagem e linhas de pesquisa	30
1.2.2 Termos recorrentes	37
1.2.3 Eixos de tendência	39
1.3 Análise de tendências nas teses sobre o Cerrado	45
<b>CAPÍTULO II - TERRITÓRIO E APROPRIAÇÃO NO CERRADO</b>	<b>54</b>
2.1 Periodização e elementos da abordagem territorial do Cerrado	54
2.2 Território: conceituação e ideologia	68
2.3 A paisagem do Cerrado e a apropriação do ambiente	81
<b>CAPÍTULO III - NATUREZA E ESPAÇO GEOGRÁFICO</b>	<b>95</b>
3.1 Natureza e materialismo histórico-dialético	95
3.2 Geografia e a espacialização da Natureza	107
3.3 Os sentidos relacionais do território	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>144</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte de indagações primeiramente sustentadas no trabalho de conclusão de curso, ao bacharelado em Geografia, intitulado “*A questão ambiental e a dimensão política do Cerrado*” (REIS, 2014). É útil assinalar do que se tratava esse trabalho, em face da discussão que se busca estabelecer neste documento. Aquela pesquisa tinha como debate central discutir como a existência de uma manipulação dos discursos de ordem ambiental serve à apropriação econômica capitalista desse ambiente. A relação mais marcante observada foi que são apropriados não só os recursos naturais do Cerrado, mas também as iniciativas para sua preservação, de forma que esse processo de exploração seja “naturalizado”, conforme descreve o texto.

Das considerações daquele trabalho, as relações entre os conteúdos abordados é o que mais chamou atenção e, no contexto atual, motivou o aprofundamento de tais questões. Primeiramente, que a questão ambiental como discurso oficial é pautada em um paradigma técnico-científico. Em segundo lugar, de que o processo de apropriação desse ambiente não pode ser enxergado quando se trata o Cerrado isento de implicações humanas – ou melhor, quando se reduz a totalidade desse ambiente à sua delimitação formal. Daí, tem-se que o debate ultrapassa uma crítica ideológica, adentrando numa questão científica, de cunho epistemológico.

Epistemológico porque não se resume simplesmente a uma escolha instrumental dos métodos, mas é reflexo da construção dessas análises, baseado no contexto em que se situam, alinhada à uma teoria de conhecimento. Isso é claro, sendo debate que se estende por diversos setores da ciência, numa longa cadeia histórica. Tomamos, no entanto, para nossa competência, como uma preocupação imediata à Geografia, pela peculiaridade dessa ciência de abranger conteúdos tanto de *natureza*<sup>1</sup> quanto sociedade, tendo no Cerrado um *ambiente*, que é região natural e produzida. Produzida não somente em sua materialidade, mas na condição de objeto de estudo, o que passa a reger como será disposta a sua realidade, ou como será apreendido o seu espaço. Logo, esclarecer essa relação de como a ciência produz o Cerrado torna-se um novo interesse de pesquisa.

Tendo como objeto de análise esse ambiente regionalizado, apontamos ainda naquele trabalho que o enviesamento da perspectiva ambientalista no Cerrado consistia na relação entre a construção dos estudos que o denominam como domínio natural e a conjuntura

---

<sup>1</sup> O termo *natureza*, por sua centralidade neste trabalho, será em todo o texto grafado em itálico, a fim de enunciar o seu sentido conceitual. Exceções serão os casos em que aparece em citações diretas, em termos de outros autores ou como sinônimo de palavras tais quais “caráter”, “cunho”, “viés” ou “teor”.

de apropriação econômica capitalista, sustentada em uma base de conhecimento técnico-científico. A preocupação dessa vez, ressalta-se, não consiste em divagar sobre esse plano político-econômico, mas investigar em que caminhos a produção científica sobre o Cerrado poderia associar-se a um paradigma utilitarista - que tem na apropriação de ambientes nativos a base para o desenvolvimentismo mercadológico que questionamos até então.

Visualiza-se que a própria Geografia, quando relacionada a esse ideário ecológico-ambiental, esteve sempre próxima de uma prática científica de viés naturalista, presente desde a institucionalização dessa ciência. Tal prática alcançou a delimitação do Cerrado, no século passado, arraigada à Geografia Física, apenas recentemente contestada por uma vertente crítica que assume uma nova apreensão desse ambiente. Esse movimento corresponde ainda no debate não esgotado sobre uma dicotomia do fazer geográfico e dos seus variados métodos. Logo, faz sentido à pesquisa que a conceituação do Cerrado, na condição de região construída, parta primeiramente das abordagens geográficas que o estudam.

Nesse sentido, o Cerrado passa a ser abarcado na Geografia também por estudos concernentes à *produção do espaço* manifesta em seu recorte, expressa em aspectos de sua ocupação humana relacionados às feições de sua paisagem, de valiosa biodiversidade e importância ecológica. Assim, tem-se que há uma inserção recente desse ambiente em dinâmicas econômicas e mercados globais. Ao mesmo tempo, tem-se também que a afirmação de seu potencial natural se deu pela ampliação de pesquisas especializadas em demarcá-lo como um *domínio de natureza*. Logo, fala-se de uma *produção de espaço em um domínio de natureza*.

Diferentes vertentes aí se organizam: a demarcação de perfil paisagístico é que efetivamente regionalizou esse ambiente, sendo a matriz de seu conceito atual de unidade geográfica, acompanhada da análise por fitofisionomias e a classificação de províncias fitogeográficas, com foco à expertise botânica. Já os estudos sobre a produção do espaço e a apropriação econômica desse ambiente configuram as novas pesquisas geográficas sobre o Cerrado.

No âmbito conservacionista, a contribuição de pesquisas orientadas pela sistematização paisagística soma aos esforços para a identificação de impactos ambientais, ao traçar linhas de ação para o combate a processos erosivos ou o manejo dos solos, por exemplo, por meio de instrumentos desenvolvidos com base nas características distintas dessas regiões. Todavia, uma avaliação crítica de tal racionalidade certifica que a sua sistematização paisagística significou também uma representação quantitativa desse ambiente.



Como tal, promoveu uma demarcação de seu potencial produtivo, coetânea de um aumento crescente de sua exploração predatória, o que se verifica justamente no reforço de sua notoriedade perante os problemas ambientais que ameaçam as suas feições nativas.

Diante dessas contradições, vertentes da Geografia – notadamente influenciadas pelo advento da Geografia Crítica no Brasil - buscaram trazer novas perspectivas à análise: entender o Cerrado como uma região que abriga disputas de poder e conflitos de interesses, como *território* ocupado por atores, mais que uma zona ecológica que destaca as suas potencialidades naturais. A ênfase numa dimensão sociopolítica e econômica e os conflitos advindos das explorações das riquezas naturais no Cerrado tem configurado, portanto, o que se classifica como uma *abordagem territorial* na Geografia, dedicada a superar a noção de espontaneidade do processo de apropriação do ambiente nativo e expor lógicas hegemônicas que lhe cingem como território ou conjunto de territórios.

Nesse sentido podemos ilustrar tal abordagem pela perspectiva de nosso contexto acadêmico, que diz respeito a autores do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da UFG. Citamos aqui, inicialmente, o texto de Castilho e Chaveiro (2010), “*Por uma análise territorial do Cerrado*”, que se encarrega de “compreender que dinâmica socioespacial resulta do processo de apropriação desses ambientes do Cerrado, propondo uma efetiva leitura da dinâmica territorial no Cerrado” (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 37). Para os autores, a discussão acerca do território, como proposta analítica ao Cerrado, inicia-se primeiramente como contraponto à sua negação enquanto ambiente natural, imanente da produção socioespacial de ocupações “modernas”. Logo, a abordagem territorial, enxergando o Cerrado a partir de relações de poder, quer tratar do sentido político que mobiliza a sua exploração, valorizando sua naturalidade à medida em que gera disputas, com base na apropriação econômica capitalista<sup>2</sup> desse ambiente e os valores que lhe são atribuídos.

Partindo disso, muitos desses estudos tomam como procedimento o Cerrado para discutir os conflitos socioeconômicos que se dão nessa sua dimensão política, referindo-se a esse ambiente, porém, como um palco ou um plano de fundo para os processos estudados. Essa redução temática comumente envolve uma escolha metodológica: tratar do social, político e econômico fora do natural. Mesmo a defesa do Cerrado como meio de vida para a emancipação de marginalizados traduz-se num projeto estritamente sociopolítico para esse ambiente. De tal maneira essas análises tendem a um unilateralismo ao tratar do Cerrado, e

---

<sup>2</sup> Ao falar de *apropriação econômica capitalista* do Cerrado, determina-se um conjunto bem específico de relações que se pretende mencionar, excluindo outras formações que o termo *produção econômica* possa admitir, como de sociedades tradicionais ou primitivas do Cerrado, por exemplo.

enquanto a apropriação do ambiente é verticalizada por uma racionalização do natural - por meio de um cientificismo utilitarista - a insurgência intelectual limita a pautar a “dinâmica socioespacial resultante” como uma abstração de inteireza política ou ideológica. Essa é uma das questões para o presente trabalho.

A produção do espaço no Cerrado basear-se-ia então em abordá-lo pelos fenômenos de seu(s) território(s), desenvolvidos sobre uma paisagem natural delimitada. Se há, porém, uma “dinâmica socioespacial resultante” atrelada intrinsecamente aos aspectos naturais da paisagem, como podem partir de caminhos opostos as análises de Cerrado? Existe aí uma incompatibilidade metodológica? Tendo o ambiente como amálgama da sociedade e *natureza*, seriam capazes as análises do Cerrado de caracterizá-lo como região produzida e ao mesmo tempo natural? O que significa, para a Geografia, nutrir uma abordagem que se debruça sobre a apropriação desse ambiente e paralelamente relegar o estudo de suas feições à uma especialização naturalista, que opera em um espectro supostamente neutro das ciências? Há diferentes construções de *espaço* na abordagem territorial do Cerrado?

Para responder a tais inquietações, só poderíamos tecer reflexões baseadas numa produção acadêmica sobre o Cerrado. Para tanto, elegemos como ferramenta desta pesquisa a análise de trabalhos produzidos em pós-graduação sobre o Cerrado, que transcrevem a atenção que recebe esse ambiente e a marcada presença de um fazer científico sobre ele. Vemos também a oportunidade de, no sentido da valoração do debate sobre a natureza da própria Geografia, tendo em vista a discussão epistemológica, de comparar os estudos de Cerrado e identificar neles as tendências temáticas e elementos teórico-metodológicos, bases para as presentes reflexões. Buscando a presença conteudista do Cerrado e a fim de servir uma função institucional, escolhemos como universo amostral a produção de teses do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do IESA-UFG.

Há nesse esforço também uma oportunidade de reflexão sobre o Programa, como pesquisa a ele pertencente, de versar sobre o que é elaborado dentro de suas orientações, e nas perspectivas das pesquisas sobre o Cerrado, de agregar as reflexões propostas e revisar os conteúdos e tendências predominantes, visualizando e enxergando o perfil e identidade do Programa. Optou-se pelo universo das teses pelo seu amadurecimento científico e o maior peso a que se atribuem seus apontamentos, na incorporação dos trabalhos a um corpo de conhecimentos que se faça sobre a temática do Cerrado.

Pretendeu-se, pois, compilar um *estado da arte*, reunindo por meio de levantamento das teses defendidas no Programa, desde o início da pós-graduação em nível doutorado até a realização do presente trabalho. Isso fornece o recorte temporal da análise,

abrangido da primeira defesa de doutorado, em 2009, até a data do levantamento, final de 2016. Quanto ao recorte espacial, por tratar-se de uma discussão teórica, baseia-se na espacialização do tema, que envolve o domínio de Cerrado. Por último, o recorte temático da análise é o Cerrado pela produção específica do PPGeo-UFG, em todas as três linhas de pesquisa do programa.

Fundamentamos com as reflexões sustentadas e a metodologia descrita os objetivos do trabalho, que em caráter geral é de *compreender como se dá o entendimento da produção do espaço e do conceito de natureza no Cerrado pelos estudos de Geografia*. Especificamente, a pesquisa se propõe a:

- a) Evidenciar o perfil da produção sobre o Cerrado nas teses desenvolvidas no PPGeo-UFG, de 2009 a 2016, com base em tendências temáticas;
- b) Apontar, na amostra analisada, o contexto teórico-metodológico das abordagens geográficas que produzem conhecimento sobre o Cerrado;
- c) Interpretar o horizonte epistemológico que envolve a apreensão científica de *natureza* na Geografia e a sua relação com os estudos do espaço geográfico.

O trabalho está dividido em três capítulos, correspondentes a esses objetivos específicos. No Capítulo I serão apresentados os resultados e análise do levantamento das teses; no Capítulo II discutidas as abordagens predominantes nos estudos levantados sobre o Cerrado; e no Capítulo III, as bases do entendimento de *natureza* e espaço geográfico em tais abordagens. Visualizamos na ordem do conteúdo apresentado pelos capítulos uma escalada na densidade da discussão, além de uma ampliação no escopo das reflexões; que ao nosso ver, corresponde ao movimento da investigação metodológica à teoria e as considerações epistemológicas sobre a prática científica – neste caso, da Geografia.

## CAPÍTULO I - ESTADO DA ARTE: O CERRADO NAS TESES DO PPGeo-UFG

Inicia-se aqui a pesquisa por meio de uma breve contextualização, referente aos caminhos que levaram à investigação das questões colocadas anteriormente, de modo a situar metodologicamente a estrutura e a intenção objetiva do trabalho. Prosseguimos com a construção efetiva do *estado da arte* das teses sobre o Cerrado no Programa, por meio do levantamento e organização desses trabalhos, e em seguida sua diferenciação mediante parâmetros específicos que fundamentamos. Ao final da seção, é estabelecida uma primeira análise desse produto alcançado, a fim de, a partir dessa, desenvolver a discussão teórica que se pretende nos capítulos seguintes.

### 1.1 Procedimentos metodológicos e caminhos da pesquisa

Tendo em vista o recorte temático do presente trabalho como resultado de reflexões estabelecidas em etapa anterior de formação, manteve-se logo de início que as aspirações de pesquisa davam continuidade a uma trajetória de análise específica de Cerrado, que é fonte de indagações para o autor. No entanto, a gestação da problemática abordada foi atribuída, por sua vez, no sentido em que configurava de início uma preocupação eminentemente reflexiva, sem que houvesse a tradução de tais indagações para uma esfera empírica, que efetivamente, justificasse um genuíno caráter de pesquisa.

Essa dificuldade se manifestou desde o Projeto de Pesquisa, em que era ausente a visualização de um claro objeto de estudo. A problemática, ainda que fundada, circulava num tom de abstração que fragilizava a pesquisa ao lhe atribuir questões genéricas, que só poderiam gerar respostas à mesma altura. Tornou-se preocupação imediata nas reuniões de orientação, de tal maneira, a idealização de um produto de pesquisa, um esforço ao qual se agregaria o perfil do trabalho e pelo qual as reflexões teóricas pudessem ser sustentadas, sem que houvesse o esgotamento ou o empobrecimento da temática abordada.

Em um primeiro momento, as alterações iniciais incorporadas ao Projeto de Pesquisa sugeriam uma etapa dedicada aos estudos de complexos agroindustriais situados no Cerrado goiano, em que o objetivo consistia em verificar em tais análises quais os conceitos de *natureza* eram abordados, a fim de identificar as interpretações de uma *apropriação econômica capitalista do ambiente do Cerrado*. Essa iniciativa, no entanto, provou-se obtusa, dado que os trabalhos referidos não afirmavam uma variedade teórico-metodológica representativa de quaisquer tendências, que permitisse ser feita uma comparação e eventual

discussão dos conceitos. Além do mais, ainda que um caminho primitivo para a problemática atual da pesquisa, essa preocupação não se aproximou do cerne de nosso recorte temático, que se refere à construção teórica do Cerrado em si, mais do que um entendimento generalista de *natureza* que, certamente, transcende o escopo geográfico.

Abandonado o projeto anterior, caminhamos para um esboço do que é a pesquisa atualmente, no que diz respeito ao seu corpo empírico. A nova iniciativa seria a de, em detrimento de estudos de caso, tomar como objeto de análise trabalhos que tratassem do Cerrado em geral, já tendo como delimitação a produção do PPGeo, no objetivo de servir também à uma demanda institucional de revisão e revisita ao material produzido no Programa, notadamente pouco desenvolvida.

No entanto, aspirava-se encontrar trabalhos não só entre as teses de doutorado, mas também entre as dissertações, do nível mestrado, o que aumentou consideravelmente o universo amostral a se trabalhar, além de prejudicar a consistência das abordagens analisadas ante a esmagadora diversidade de pesquisas. Isso verificou-se na confecção do inventário, que foi elaborado e apresentado como resultado de pesquisa no Exame de Qualificação. Esse inventário, no entanto, baseou-se na reunião de teses e dissertações pelo único critério de que possuísem o termo “Cerrado” no seu título<sup>3</sup>, datando até o ano de 1997 e retornando resultados irrelevantes ao recorte temático como “[...] *As redes de produção e comercialização dos artesanatos das feiras Hippie e do Cerrado de Goiânia – GO*”. Um aspecto crucial dessa perspectiva, ainda, é que por meio de filtragem por categorias seriam escolhidos um número de teses e dissertações a serem utilizados ao longo do trabalho na forma de referenciais teóricos, em que as reflexões fossem sustentadas diretamente pelo diálogo ou não-diálogo com/entre eles.

Essa proposta também se provou inócua, considerando que os trabalhos seriam forçados ao arbítrio da pesquisa, a fim de conterem-se em um recorte teórico-metodológico, mesmo que se referissem a contextos distintos. Além do mais, ao fim da pesquisa ainda se manteria uma abstração genérica de modo que os trabalhos elencados seriam somente novas referências, em que o levantamento teria sido apenas uma etapa acessória e não um produto direto da pesquisa em si.

---

<sup>3</sup> Este caracterizou-se como o primeiro levantamento feito para a pesquisa. Consistiu numa consulta ao repositório da Biblioteca Central que teve como parâmetro a constatação da palavra *Cerrado* no título de teses e dissertações. É de interesse mencionar que a produção de todos os programas de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, referente a esse filtro, correspondeu, à época, 230 obras; enquanto a produção do PPGeo totalizou 49 trabalhos, do período de 1997 a 2016.

Logo, visualizou-se uma proposta mais concisa que contribuísse tanto como suplemento às reflexões teóricas engajadas quanto objeto de análise em sua própria natureza: a elaboração de um *estado da arte* pelo levantamento da produção de doutorado do Programa, para que ao invés de se perpetuar como referências as análises já defendidas sobre o Cerrado, se interpretasse as tendências de pesquisa como base para a presente discussão sobre as abordagens de Cerrado na Geografia.

Reconhecemos que o procedimento compilatório de *estado da arte* é essencial a fim de sustentar as reflexões da pesquisa, além de corresponder aos seus questionamentos e auxiliar na busca estabelecida para o alcance dos objetivos. É uma técnica que contempla pesquisas em variado espectro, que obviamente, flutua em grau e conteúdo mediante o universo que se quer demonstrar e interpretar. Retém o seu caráter central, contudo, de informar caminhos de análise e evidenciar tendências, que aplicável a diversos fins, serve de forma premente como ponte sólida entre a dimensão da teoria e a dimensão da prática, entre o que se discute e o que se produz.

Verifica-se, por exemplo, a importância deste procedimento no trabalho recente de Cavalcanti (2016, p. 400 e 401), ao reiterar que

[...] é relevante o esforço para elaborar reflexões/ análises com esse foco que, de todo modo, fornece diagnósticos indicativos de trajetórias de linhas de pesquisa, necessários tanto para avaliar o passado dessa produção quanto para apontar caminhos em direção ao seu avanço. Esses diagnósticos são importantes para o conjunto de pesquisadores dessa linha específica, pois permite perceber e divulgar o que já está encaminhado e o que está ainda por fazer, e também ele é útil para cada pesquisador individualmente, pois indica demandas para o avanço da reflexão, podendo auxiliá-lo na identificação da relevância de sua própria investigação para a área e para a sociedade. As possibilidades de estudos dessa natureza giram em torno da elaboração de inventários dessa produção, identificando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas [...]. Não pode ser negligenciado o propósito, em trabalhos de sistematização como esse, de consolidar um campo, pois ele permite a explicitação de suas principais preocupações, de suas bases de sustentação, tendências e temáticas investigadas, bem como apresenta indicadores de sua evolução histórica na produção acadêmica [...]. Enfim, estudos como esse frequentemente buscam explicitar uma compreensão do conhecimento acumulado em determinado campo, delimitando-se tempo e espaço.

Isso posto, o caminho percorrido pela pesquisa chegou ao processo de levantamento das teses defendidas no PPGGeo, que envolveu a consulta a dados disponíveis em sítios de *internet*, referentes às cópias digitais das teses defendidas, submetidas pelos autores como requisito para catalogação junto ao Programa e a obtenção de seus títulos. O Programa informa que ao início de 2017, todos os trabalhos defendidos deveriam ser depositados somente em formato digital, abolindo, conforme tendência da Instituição como um todo, os acervos físicos. Logo, tivemos como base para o levantamento as teses em formato digital,

recorrendo à consulta física somente no caso de inexistência das versões alternativas. Destaca-se aqui que todos os trabalhos analisados foram produzidos na Regional Goiânia, pelo fato de que até 2016 o doutoramento em Geografia da UFG era realizado somente na capital goiana (a Regional Jataí conta com as primeiras turmas de doutorado em curso a partir de então, e a Regional Catalão oferece apenas o mestrado).

O acervo digital do Programa, no entanto, não ofereceu pesquisa satisfatória, pelo fato de que o sítio de *internet* foi reformulado em 2016 e as funções de hospedagem de arquivos ainda estavam, até o momento, em manutenção, com o banco de dados sendo atualizado pelos técnico-administrativos. Corroborando para este fato que uma busca feita diretamente nesse sítio<sup>4</sup>, datada de fevereiro de 2017, retornou como resultados um número total de 37 teses disponíveis. Considerando que a produção acadêmica nível doutorado do Programa se iniciou há mais de uma década, no ano de 2007, esse número mostrou-se inexpressivo da realidade, revelando uma acentuada escassez de trabalhos disponibilizados, seja pela ausência da versão digital nos arquivos do Programa, seja pelo não carregamento dos arquivos pelo corpo administrativo. Há ainda o fato de que a disposição das teses no sítio do Programa, até o momento da redação, se dá pela data de ingresso do doutorando no curso, o que é consideravelmente inviável ao pesquisador externo que possui como referência bibliográfica o ano de defesa do documento.

Diante de tais impasses, a alternativa viável foi de mudar a referência base do presente levantamento para um órgão exterior ao Programa, mas que se encarrega de manter um acervo atualizado da produção dos pós-graduandos na Instituição: a Biblioteca Central da Universidade. A Biblioteca Central mantém em domínio institucional um repositório virtual, que abrange depósitos de versões digitais de teses e dissertações dos programas de pós-graduação da Universidade, agrupando-as de acordo com buscas por filtros que retornam resultados mais consistentes e de forma mais intuitiva de que os sistemas dedicados de cada programa, como no caso do PPGeo.

De tal maneira, a busca no Repositório BC encontrou um número vasto de documentos referentes aos doutorados da UFG. Dentro do universo amostral de toda a Instituição, obviamente, foi necessário o uso de filtros específicos para destacar as teses do Programa. Assim, esclarecemos que os filtros correntes utilizados onde aplicáveis, para referência, foram: PROGRAMA > CONTÉM > GEOGRAFIA e TIPO DE DOCUMENTO >

---

<sup>4</sup> <<http://200.137.217.159/index.php/publicacoes/teses/category/4-tese>>. Acesso em 19 jan. 2017

IGUAIS > TESES<sup>5</sup>. Abrangidas nesses filtros, foram encontradas 73 teses, com apenas um falso-positivo referente a uma dissertação depositada erroneamente, totalizando, portanto, 72 trabalhos de conclusão de doutoramento.

Em posse desses dados, a próxima etapa foi de verificar no Programa a lista de teses obtida no Repositório BC, de forma a alcançar um número autêntico de trabalhos que correspondesse aos doutorandos egressos e validar as informações sobre cada documento. Como a pesquisa anterior via sítio digital do Programa havia se demonstrado infrutífera, foi necessário um trabalho conjunto com a cooperação do técnico-administrativo responsável pela manutenção dos acervos, estando o acervo físico situado no Instituto de Estudos Socioambientais, Campus Samambaia (Campus 2) da UFG, em Goiânia-GO. Dado que a organização dos arquivos digitais presentes na secretaria do Programa, em mídia física, ainda não havia sido carregada *online*, a solução alcançada foi elaborar uma lista das turmas de doutorandos pelos nomes dos discentes, para então comparar com os resultados do levantamento.

Essa etapa provou-se a mais proveitosa, pois com a relação de turmas e alunos foi possível identificar quais teses constavam e quais faltavam em cada acervo pesquisado. As turmas verificadas foram da primeira turma, de 2007, até a turma de 2013, tendo em vista que essa seria a última em que os doutorandos teriam tempo hábil para a defesa até a data do levantamento, excluindo assim de nossa análise as turmas de 2014 em diante. Entretanto, nem todos os nomes presentes nas turmas corresponderam a teses, pois alguns discentes listados não continuaram o doutoramento e no caso da última turma, dois alunos ainda não tinham defendido os trabalhos até a elaboração do levantamento.

Tendo os nomes relevantes ao levantamento, procurou-se primeiramente reunir as teses que estavam presentes tanto no sítio do Programa quanto no repositório da biblioteca. O resultado foi que 35 teses estavam presentes em ambas as fontes, 37 disponíveis somente na biblioteca, além de revelar que outras duas (2) só existiam no arquivo do Programa. Além dessas, a lista de nomes por turma também apontou quatro (4) autores cujas teses não estavam disponíveis no repositório e nem no Programa, mesmo que fossem discentes egressos com o doutorado formalizado. A solução para esse entrave, a fim de não prejudicar o levantamento por ausência de dados, foi de integrar uma terceira fonte, para afirmar a propriedade das outras fontes trabalhadas e preencher os vazios encontrados.

---

<sup>5</sup><[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/281/browse?type=dateissued&sort\\_by=2&order=ASC&rpp=100&etal=0&submit\\_browse=Atualizar](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/281/browse?type=dateissued&sort_by=2&order=ASC&rpp=100&etal=0&submit_browse=Atualizar)>. Acesso em 22 jan. 17.



Para tanto, recorreu-se à Plataforma Sucupira – CAPES<sup>6</sup>, que reúne os trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação como referência institucional da produção dos Programas. Nesse banco de dados foi possível encontrar as teses dos quatro autores restantes, que por motivo ou outro não constavam no PPGeo ou no Repositório BC. É necessário se saiba, no entanto, que a base de dados da Plataforma Sucupira foi de caráter complementar no levantamento, pelo fato de que o seu acervo abrange apenas a produção de teses do Programa a partir do ano de 2013, por motivo desconhecido – totalizando somente 53 teses -, o que não a faria suficiente como fonte principal para nossa pesquisa<sup>7</sup>.

Feitos esses procedimentos, finalizou-se o levantamento das teses defendidas entre 2009 e 2016 no Programa de Pesquisa Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG, com um total de 78 trabalhos, devidamente verificados<sup>8</sup>.

Além da finalidade que serviu a esta pesquisa, apontamos o valor desse levantamento para o próprio Programa, num esforço que não havia sido feito, assim como demonstra a atribulada disposição dos trabalhos e o acesso dificultado a uma base consistente que reúna esses documentos - sendo necessário, como foi esse esforço, de uma espécie de “garimpo” para alcançar resultados satisfatórios. A migração de um acervo físico para um digital representa um avanço, mas também um contratempo, na medida em que uma indexação favorável dos trabalhos em meio digital exige tempo e dedicação dos servidores tanto dos programas quanto das bibliotecas, o que pode tornar deficientes os acervos, até mesmo em plataformas como a da CAPES, de abrangência nacional. Ainda mais, além do fator humano, há também diversas imprevisibilidades técnicas que podem tornar os acervos eletrônicos não confiáveis e comprometer diversas pesquisas que se proponham a análises afins.

De tal forma, um dos produtos preliminares desta pesquisa foi o de auxiliar na organização desses trabalhos dentro do PPGeo, no sentido administrativo, e a compilação completa do que foi levantado, juntamente com a relação comparativa que interliga os acervos

---

<sup>6</sup><<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>>. Acesso em 24 fev. 2017.

<sup>7</sup> Coincidentemente, para confirmar o que é dito, na ocasião da aula inaugural do primeiro semestre de 2017 do PPGeo, no dia 23 de março do mesmo ano, a coordenação do Programa apresentou dados sobre a produção de teses que contava erroneamente com apenas 55 trabalhos no total, o que nos remeteu à quantidade informada pela Plataforma Sucupira, com a adição das duas teses recém-defendidas nesse ano que foram deixadas de fora do nosso levantamento, conforme mencionado. A busca da coordenação do Programa a uma plataforma externa para averiguar sua própria produção atesta para a importância do presente levantamento.

<sup>8</sup> Ao final da redação deste trabalho, em agosto de 2017, um novo resgate de dados pelas atas de defesa restritas ao Programa indicou ao menos três (3) teses defendidas no período estudado que foram deixadas de fora deste levantamento, por motivo de estarem ausentes e/ou inacessíveis durante a pesquisa. Para todos os efeitos, não fazem parte de nossa amostra.

do Programa e da Biblioteca Central, foi também destinada à secretaria técnico-administrativa do PPGeo. De maneira distinta ao que serve o levantamento para o Programa, porém, serão omitidas aqui as informações referentes à autoria e orientação dos trabalhos.

Os quadros seguintes reúnem as 78 teses do Programa divididas em suas respectivas linhas de pesquisa:

QUADRO 1 - Teses na linha de pesquisa de Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica

<b>Teses na linha de pesquisa de Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica (14)</b>	
<b>Ano de defesa</b>	<b>Título</b>
2010	Expansão Sucroalcooleira no Bioma Cerrado: Tendências, cenários e impactos
2011	Romaria das águas: ambiente, afeto e representações nas praias do rio Araguaia – GO
	Formação de uma nova centralidade do setor sucroenergético no cerrado: o caso de Quirinópolis, estado de Goiás
2012	Cenários, olhares, tramas e cotidiano: a educação ambiental à luz de distintas representações e territorialidades na Ilha do Bananal e entorno - TO
2013	A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma cerrado
	Mapeamento do preço da terra no estado de Goiás com o uso de geoestatística
2014	Trajectoria e contexto espacial dos desmatamentos no bioma cerrado
	O enredo da conservação no estado de Goiás: possibilidades e desafios para a valorização do Cerrado em pé
	Variabilidade paleoclimática e a evolução de sistemas complexos adaptativos nos humanos modernos
	Caracterização e mapeamento biofísico ambiental da bacia hidrográfica do rio vermelho a partir de dados remotamente sensoriados
2015	Modelagem de processos erosivos hídricos lineares no município de Mineiros – GO
2016	A sociedade, o estado e a ciência na apropriação e na diferenciação socioespacial do Cerrado
	Chuvas no estado de Goiás e no Distrito Federal a partir de estimativas por satélite e circulação atmosférica
	Influência do uso da terra na qualidade da água em bacias hidrográficas com usos distintos, em Jataí-GO e Canápolis-MG

Fontes: Biblioteca Central UFG/ PPGeo-UFG – Organizado pelo autor

QUADRO 2 - Teses na linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial

Teses na linha de pesquisa de <i>Dinâmica Socioespacial</i> (53)	
Ano de defesa	Título
2009	Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (des)encontro da racionalidade com a irracionalidade
	Desvelando a cidade: segregação socioespacial em Jataí-GO
2010	A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado
	Micaretas ou festas micaretescas? Sobre espaços públicos e privados, lugares e locais na turistificação da folia em Goiânia
	O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado
	A trama e o drama no entorno de Goiânia: forças e tensões
	Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)
2011	Lagolândia — paisagens de festa e de fé: uma comunidade percebida pelas festividades
	Capela do Rio do Peixe em Pirenópolis/Goiás: lugar de festa
	Heterotopia, democracia e gestão urbana: Desigualdades socioterritoriais e participação sociopolítica em Goiânia (1997-2008)
	Culturas desviantes: as espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia)
	Pequi, Jatobá, Algodãozinho ...: a biodiversidade do Cerrado na medicina popular
	Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde – GO
	Diversidade e identidade religiosa: Uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Múquem, Abadiânia e Trindade-GO
	Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) 1960 a 2010
2012	Viver entre margens: a persistência na paisagem e no lugar dos beiradeiros do rio de Ondas - Barreiras - BA
	Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará
	Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da escola indígena de Dourados/MS
2013	Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado
	Dinâmicas territoriais do sagrado de matriz africana: o candomblé em Goiânia e Região Metropolitana
	Conexão entre lugares: rede de imagens e lugares migrantes entre Goiânia-Goiás-Brasil e São Francisco-Califórnia-EUA
	Mulheres em movimento...: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins
	Araguaia – depois da guerrilha uma outra guerra: A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia de Segurança Nacional (1975-2000)
2014	“Kalunga” identidades territoriais de um gênero de vida em transição nas

	terras do nordeste goiano
	Modernização territorial e redes técnicas em Goiás
	A constituição do meio técnico-científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucro-energético
	A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique
	A Ilha do Bananal, o povo Iny e suas representações cartográficas: dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas
	Juventude da UFG: trajetórias socioespaciais e práticas de leitura
	Uma nova (des) ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas
	Romancidade: sujeito e existência em leituras geográfico-literárias nos romances "A centopeia de neon" e "Os cordeiros do abismo"
	Geografia, militância e marxismo: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira
	A metropolização e o mercado imobiliário: análise da produção do espaço a partir dos condomínios de chácaras da RMG
	A reprodução do espaço na metrópole: a habitação como negócio urbano
2015	Presentes e ausentes: Os Sertões euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)
	A influência da Ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento regional do território goiano
	A espacialidade da indústria em Goiás: a nova "marcha para o oeste" - o exemplo de Catalão
	Racismo ambiental no Quilombo Mesquita: uma análise do conflito territorial ambiental e espacial no Quilombo Mesquita localizado no limite municipal de Cidade Ocidental e do Distrito Federal
	Escritores indígenas e produção literária no Brasil: sujeitos em movimento
	Da agroindústria canavieira ao setor sucroenergético em Goiás: a questão técnico-gerencial e as estratégias de controle fundiário
2016	Poder e legitimidade na disputa pelo território do Jalapão
	Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano
	Idas e vindas entre as paisagens e as festas motociclísticas e motoclubistas no estado de Goiás
	O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade Quilombola Kalunga – Goiás
	Município: a escala da (des)ordem
	Inventário das cinzas: Brasas dormentes da produção literária sobre o Cerrado em Goiás
	No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás
	Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da Parada LGBT em Goiânia, Goiás
	Vestida de noiva – as espacialidades da mulher na cerimônia de casamento: uma abordagem comparativa entre Campo Grande e Paris
	Reconfiguração da paisagem nas savanas da Amazônia: o processo de ocupação do "lavrado" no município de Boa Vista, Roraima

	Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense
	A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença
	Singrar rios, morar em cavernas e furar <i>jatoká</i> : ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins

Fontes: Biblioteca Central UFG/ PPGGeo-UFG – Organizado pelo autor

### QUADRO 3 - Teses na linha de pesquisa de Ensino e Aprendizagem em Geografia

<b>Teses na linha de pesquisa de <i>Ensino e Aprendizagem em Geografia</i> (11)</b>	
<b>Ano de defesa</b>	<b>Título</b>
2009	O processo de construção do conhecimento geográfico na formação inicial de professores
2010	O ensino de ambiente na geografia do ensino médio no estado de Goiás: saberes e práticas docentes
	A linguagem dos quadrinhos na mediação do ensino de geografia: charges e tiras de quadrinhos no estudo de cidade
2013	Jovens migrantes na metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade
	A mediação didática na construção do conhecimento geográfico: uma análise do processo de ensino e aprendizagem de jovens do ensino médio e da potencialidade do lugar
	Culturas geográficas de alunos-jovens: uma referência para a formação de professores de Geografia
	Conhecimentos docentes dos alunos da licenciatura em geografia da Universidade Pedagógica-Maputo
2015	Pensamento teórico-conceitual docente sobre a geografia escolar: evidências da atuação de professores de geografia na educação básica em Goiânia/GO
	A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: entre a realidade e as possibilidades
	A geografia do espaço escolar: jovem-aluno, práticas espaciais e aprendizagem geográfica
2016	Formadores de profissionais em Geografia e identidade(s) docente(s)

Fontes: Biblioteca Central UFG/ PPGGeo-UFG – Organizado pelo autor

#### 1.2 Identificando as teses sobre o Cerrado no Programa (2009-2016)

Levantadas as teses, fez-se um balanço dos trabalhos em que o perfil determinante de análise foi “tese sobre o Cerrado”. Todas as outras que não se encaixaram foram desconsideradas na pesquisa. O parâmetro chave para essa etapa foi o de identificar o termo “Cerrado” como central nesses trabalhos, primeiramente na averiguação do título, do resumo,

das palavras-chave, do sumário e por fim, no corpo do trabalho. Esse seria, a princípio, o universo trabalhado.

No entanto, a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave mostrou uma realidade diferente. Primeiramente, foi necessário estender a análise para o corpo dos trabalhos pelo fato de que em muitos casos, esses elementos pré-textuais não apresentavam o termo Cerrado, mesmo que esse aparecesse posteriormente ao longo do corpo do trabalho, o que só pôde ser verificado pela busca ulterior do termo. De forma semelhante, outros trabalhos, quando verificada a ausência do termo até as palavras-chave, ainda o tinham com relativa frequência no texto, mesmo que elementos de apresentação indicassem uma proposta de pesquisa divergente.

Isso significou que não se poderia desconsiderar os trabalhos com base na ausência ou presença do termo em si, mas que deveria se buscar a contextualização da presença do termo, considerando que, por diversos fatores, trata-se de uma palavra comum e extensamente utilizada na disciplina, para diversos fins. A ausência do termo, certamente, pesa para a sua indiferença, já a presença, no entanto, não afirma necessariamente a adjacência do trabalho, dado o possível uso situacional da palavra. De tal forma, feita a leitura dos resumos de todas as 78 teses, procedeu-se a buscar o termo – com recurso de *software* – em todos os trabalhos que anunciavam pesquisas sobre o Cerrado mediante a sua presença no texto; junto, porém, de sua contextualização, baseada exclusivamente na leitura dos trechos, parágrafos ou páginas que o situavam.

Por essa estratégia, o que logo se confirmou é que não há uma uniformidade na natureza dos trabalhos simplesmente pelo uso do termo “Cerrado”. De tal maneira, para eleger “teses sobre o Cerrado”, obteve-se duas ramificações: *Teses que analisam o Cerrado (Classe 1)* e *Teses ligadas ao Cerrado (Classe 2)*. A primeira classe refere-se, grosso modo, a trabalhos que têm o Cerrado como objeto central de estudo, recorte temático ou espacial. A segunda classe diz respeito a trabalhos que não têm o Cerrado como objeto central de estudo, mas que possuem objetos de estudo contextualizados diretamente no Cerrado, ou em que se fazem apontamentos sobre esse ambiente, baseados nos seus resultados de pesquisa. Qualificamos essas divisões, doravante, como *classes de abordagem*.

### **1.2.1 Classes de abordagem e linhas de pesquisa**

Tal diferenciação pode parecer superficial, em um primeiro momento, mas é essencial para a presente análise e demonstra tendências específicas das linhas de pesquisa do Programa, a serem exploradas à frente. Além do mais, a inclusão dos trabalhos apenas

“ligados” ao Cerrado se fez mais do que mandatória, dado a importância que esse conteúdo representa para as pesquisas contextualizadas e em retorno, as contribuições que essas apresentam aos estudos desse ambiente. Sem que se discriminasse a abordagem evidente de Cerrado nesses trabalhos, portanto, foi alcançado um total de *34 teses sobre o Cerrado* produzidas no Programa, equivalente a 44% do total de 78 teses.

Seguindo essa definição, encontrou-se que somente 10 trabalhos trazem o Cerrado como recorte e objeto central de estudo, em todas as três linhas de pesquisa; correspondendo a 13% do total de teses do Programa (78) e 29% do total de teses sobre o Cerrado (34), conforme ilustra o quadro abaixo:

QUADRO 4 – Número de teses que analisam o Cerrado (Classe 1)

<i>Teses que analisam o Cerrado (Classe 1)</i>	<b>10</b>
Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica	6
Dinâmica Socioespacial	4
Ensino e Aprendizagem em Geografia	-

Fonte: Organizado pelo autor

Em contraponto, as teses ligadas ao Cerrado superam o dobro da classe anterior. Os trabalhos somente relacionados ao Cerrado, em todas as três linhas de pesquisa, inteiram 24 teses, equivalentes a 31% do total de teses do Programa (78) e 71% do total de teses sobre o Cerrado (34), conforme ilustra o quadro seguinte:

QUADRO 5 – Número de teses ligadas ao Cerrado (Classe 2)

<i>Teses ligadas ao Cerrado (Classe 2)</i>	<b>24</b>
Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica	5
Dinâmica Socioespacial	18
Ensino e Aprendizagem em Geografia	1

Fonte: Organizado pelo autor

Diante desses números, é necessário ainda explorar uma peculiaridade da segunda classe, que se fez presente na assimilação dos trabalhos ligados ao Cerrado. Enquanto as *teses que analisam o Cerrado* apresentam-se mais claramente, a indicação de *teses ligadas ao Cerrado* teve maior peso arbitrário. Arbitrário porque a raiz dos dados é qualitativa, condizente com o procedimento de pesquisa bibliográfica, e logo, apoiou-se completamente na leitura do trabalho como indicador de sua participação, conforme explicado anteriormente. Para essa regra, entretanto, houveram exceções. Por exemplo, foram identificadas teses de análises visivelmente interligáveis ao Cerrado, mas que mediante verificação e contextualização do termo, não poderiam ser incluídas como trabalhos sobre o Cerrado.

Ilustramos essa situação com duas teses da linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial: “*Concepções de natureza e território na visão dos professores Guarani da escola indígena de Dourados/MS*” e “*A influência da Ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento regional do território goiano*”. Ambos os trabalhos, à primeira vista, seriam facilmente agregados à pesquisa de Cerrado pelos objetos de estudo a que se competem, respectivamente as concepções de natureza e território de sujeitos indígenas situados no Cerrado e o território goiano modernizado, na abrangência regional do ambiente de Cerrado.

Poder-se-ia questionar que o objeto central dessas pesquisas, somado à presença do Cerrado como conteúdo latente, seria mais do que suficiente para traçar uma contextualização e afirmar a admissão de tais teses, como procedeu-se com outros trabalhos. No entanto, a leitura de trechos de teses como tais nos permitiu identificar que não há alusão ao Cerrado na condição de determinante da pesquisa, mesmo que seja factual a proximidade do conteúdo. Na primeira tese mencionada, por exemplo, o termo não aparece sequer uma vez em todo o texto. Na segunda, a presença do termo é escassa e utilizada espaçadamente, citada como referência de dados, mas nunca como parte da análise. Além disso, a problemática dessas pesquisas é relativa no sentido de que manteria seu caráter e relevância para objetos em loco alternativo, como por exemplo, as concepções de natureza e território dos professores ribeirinhos e a influência do modal hidroviário no desenvolvimento regional amazônico. Este não é um juízo de valor desses trabalhos, mas uma demonstração de que eles independem e não se propõem referir ao Cerrado. Elencar essas teses mesmo como ligadas ao Cerrado seria não apenas um julgamento errôneo da totalidade de sua natureza, mas também uma adequação dos dados, o que tomamos como imprudente.

Isso leva a outro ponto, que se refere às categorias de análise. Da mesma maneira, optamos por não dividir os trabalhos entre categorias apriorísticas, para não estabelecer juízo sobre quais seriam válidas e quais não seriam para qualificar uma pesquisa sobre o Cerrado.



Postula-se aqui que as análises sobre o Cerrado possuem distintas vertentes metodológicas, que perpassam mais notadamente as categorias de *paisagem e território*. No entanto, não nos limitamos a defini-las como parâmetros para a produção das teses, que incluem outras categorias e conceitos, reconhecidos igualmente como ferramentas de investigação. Ao invés disso, optamos por verificar nos trabalhos dois parâmetros processuais: *termos recorrentes e eixos de tendência*, que auxiliarão em traçar o perfil da produção de conhecimento sobre o Cerrado no Programa.

Por fim, justifica-se a descentralização do conceito de *natureza* para essa etapa da pesquisa, que é central para o presente estudo, mas também não foi tomado como medida dos trabalhos analisados. O que esse conceito representa para as teses sobre o Cerrado é menos expressivo do que o que representa para suas respectivas abordagens, e é com esse foco que retornaremos a ele nos capítulos posteriores.

Por ora apresentamos em quadros, a seguir, a relação das *teses sobre o Cerrado* produzidas no PPGeo-UFG (os títulos com fundos preenchidos correspondem às *teses que analisam o Cerrado*, os demais referentes às *teses ligadas ao Cerrado*); e posteriormente, as quantidades por linha de pesquisa e os gráficos de sua representatividade:

QUADRO 6 – Teses sobre o Cerrado produzidas no PPGeo-UFG

<b>Ano</b>	<b>Título da tese</b>	<b>Linha de pesquisa</b>
2010	Expansão sucroalcooleira no bioma Cerrado: tendências, cenários e impactos.	Análise Ambiental
	O ensino de ambiente na geografia do ensino médio no estado de Goiás: saberes e práticas docentes	Ensino e Aprendizagem em Geografia
	O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado	Dinâmica Socioespacial
2011	Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO): 1960 a 2010	Dinâmica Socioespacial
	Formação de uma nova centralidade do setor sucroenergético no cerrado: o caso de Quirinópolis, estado de Goiás	Análise Ambiental
	Pequi, Jatobá, Algodãozinho...: a biodiversidade do Cerrado na medicina popular	Dinâmica Socioespacial
	Romaria das águas: ambiente, afeto e representações nas praias do rio Araguaia - GO	Análise Ambiental
	Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde - GO	Dinâmica Socioespacial
2012	Cenários, olhares, tramas e cotidiano: a educação ambiental à luz de distintas representações e territorialidades na Ilha do Bananal e entorno -	Análise Ambiental

	TO	
	Viver entre margens: a persistência na paisagem e no lugar dos beiradeiros do rio de Ondas - Barreiras - BA	Dinâmica Socioespacial
2013	A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma cerrado	Análise Ambiental
	Mapeamento do preço da terra no estado de Goiás com o uso de geoestatística	Análise Ambiental
	Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado	Dinâmica Socioespacial
2014	“Kalunga”: identidades territoriais de um gênero de vida em transição nas terras do nordeste goiano	Dinâmica Socioespacial
	A constituição do meio técnico-científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucroenergético	Dinâmica Socioespacial
	A Ilha do Bananal, o povo Iny e suas representações cartográficas: dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas	Dinâmica Socioespacial
	Caracterização e mapeamento biofísico ambiental da bacia hidrográfica do rio vermelho a partir de dados remotamente sensoriados	Análise Ambiental
	Modernização territorial e redes técnicas em Goiás	Dinâmica Socioespacial
	O enredo da conservação no estado de Goiás: possibilidades e desafios para a valorização do Cerrado em pé	Análise Ambiental
	Trajatória e contexto espacial dos desmatamentos no bioma Cerrado	Análise Ambiental
	Uma nova (des) ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas	Dinâmica Socioespacial
2015	A espacialidade da indústria em Goiás: a nova "marcha para o oeste" - o exemplo de Catalão	Dinâmica Socioespacial
	Racismo ambiental no Quilombo Mesquita: uma análise do conflito territorial ambiental e espacial no Quilombo Mesquita localizado no limite municipal de Cidade Ocidental e do Distrito Federal	Dinâmica Socioespacial
2016	A sociedade, o estado e a ciência na apropriação e na diferenciação socioespacial do Cerrado	Análise Ambiental
	Da agroindústria canavieira ao setor sucroenergético em Goiás: a questão técnico-gestional e as estratégias de controle fundiário	Dinâmica Socioespacial
	Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano	Dinâmica Socioespacial
	Influência do uso da terra na qualidade da água	Análise Ambiental

em bacias hidrográficas com usos distintos, em Jataí-GO e Canápolis-MG	
Inventário das cinzas: brasas dormentes da produção literária sobre o Cerrado em Goiás	Dinâmica Socioespacial
Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense	Dinâmica Socioespacial
No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás	Dinâmica Socioespacial
O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade Quilombola Kalunga – Goiás	Dinâmica Socioespacial
Poder e legitimidade na disputa pelo território do Jalapão	Dinâmica Socioespacial
Reconfiguração da paisagem nas savanas da Amazônia: o processo de ocupação do "lavrado" no município de Boa Vista, Roraima	Dinâmica Socioespacial
Singrar rios, morar em cavernas e furar <i>jatoká</i> : ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins	Dinâmica Socioespacial

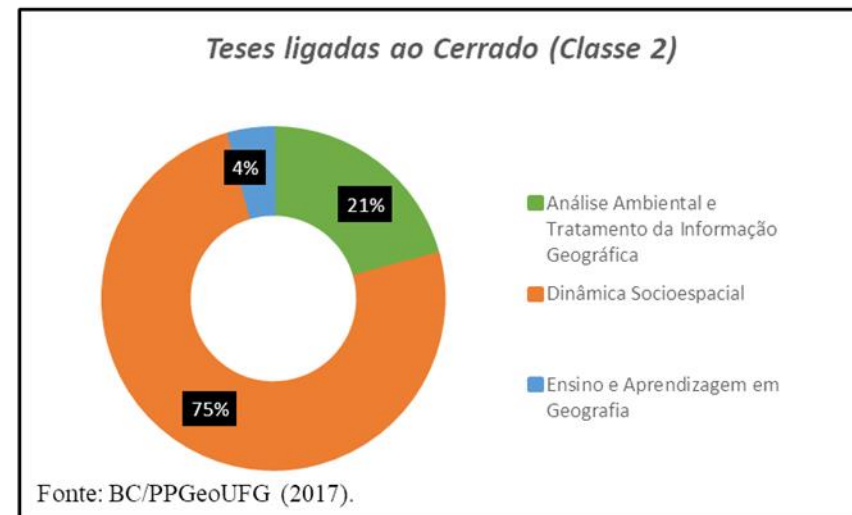
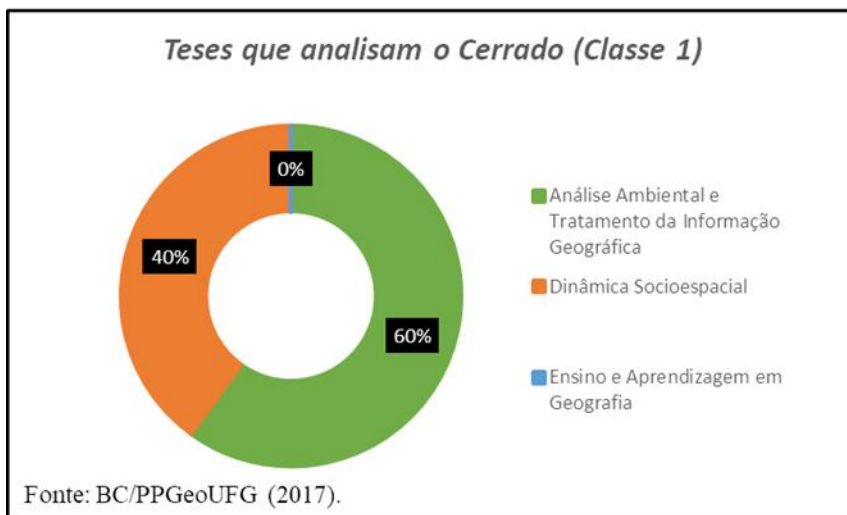
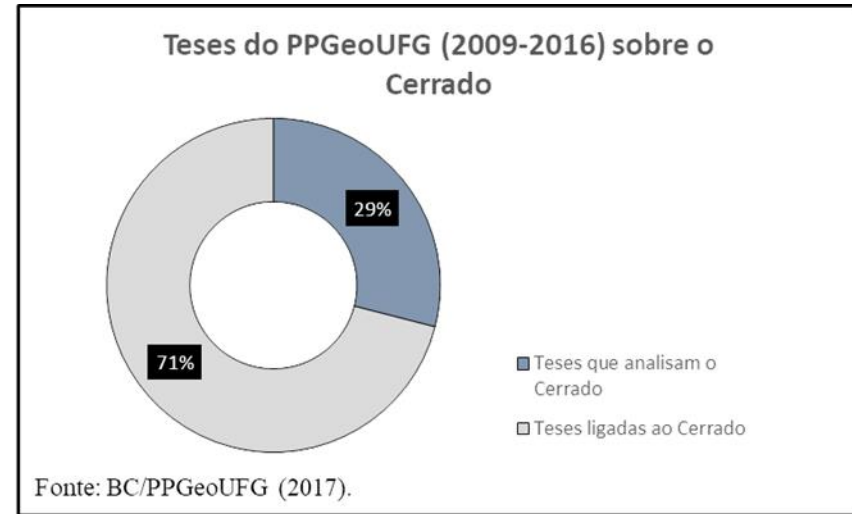
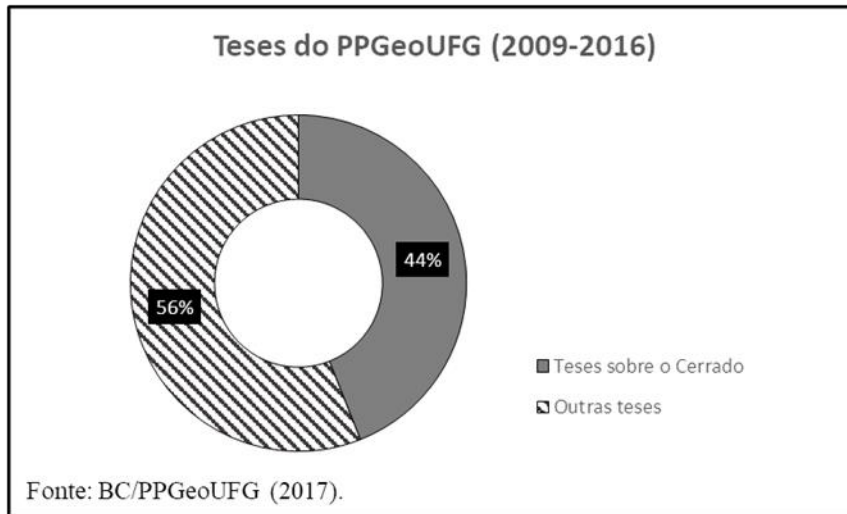
Fontes: Biblioteca Central UFG/PPGeo-UFG – Organizado pelo autor

#### QUADRO 7 – Número de teses sobre o Cerrado (Total)

<i>Teses sobre o Cerrado (Total)</i>	<b>34</b>
Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica	11
Dinâmica Socioespacial	22
Ensino e Aprendizagem em Geografia	1

Fonte: Organizado pelo autor

Figura 1 - Gráficos de porcentagem das Teses sobre o Cerrado



### 1.2.2 Termos recorrentes

Pronta a amostra de 34 teses sobre o Cerrado, procedemos a identificar os *termos recorrentes nos resumos* desses trabalhos como indicadores iniciais das tendências de análise do Cerrado. Isso consistiu em mais, porém, do que compilar as palavras-chave apresentadas pelos autores para catalogação bibliográfica, que para a maioria dos trabalhos somente ligados ao Cerrado não expressavam a presença desse conteúdo. Nesse sentido, pôde-se obter termos indicados pelas próprias análises propostas, *com base em sua frequência e utilização nos resumos*, o que forneceu uma visão mais completa dos perfis de pesquisa sobre o Cerrado produzidas no Programa, conforme os seguintes quadros:

QUADRO 8 – Termos recorrentes nas teses sobre o Cerrado em Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica

<b>Termos recorrentes (Análise Ambiental)</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Relevo/solos	07
Bioma/ecossistema	06
Impactos ambientais/alterações ambientais/degradação ambiental/serviços ambientais	06
Vegetação	05
Território/Territorialidade	05
Paisagem	04
Economia/econômico	04
Expansão	04
Ambiente/meio ambiente	02
Biodiversidade	02
Ocupação	02
Ordenamento/planejamento	02

Fonte: Organizado pelo autor

QUADRO 9 – Termos recorrentes nas teses sobre o Cerrado em Dinâmica Socioespacial

<b>Termos recorrentes (Dinâmica Socioespacial)</b>	<b>Nº de trabalhos</b>
Território/Territorial/Territorialização/Territorialidade	18
Economia/Atividades econômicas/Desenvolvimento econômico	11
Capital/Capitalista/Capitalismo	11
Representações/Identidade/Pertencimento/Significações	11
Expansão	09
Cultura/Cultural/Tradicional	07
Modernização	07
Conflitos/Confrontos/Disputas	07
Trabalho	06

Populações/Comunidades	06
Bioma/ecossistema	05
Histórico/Historicidade	05
Paisagem	05
Política	04
Ocupação	04
Ordenamento/planejamento	03
Apropriação	03
Resistência/Luta	03
Relações de poder	02
Políticas públicas	02
Geopolítica	02
Redes	02
Impactos ambientais/alterações ambientais/degradação ambiental/serviços ambientais	02
Conservação/preservação	02
Biodiversidade	02

Fonte: Organizado pelo autor

A frequência desses termos em cada linha de pesquisa, conforme disposto, começa a delinear o caráter das teses sobre o Cerrado. Nota-se que são termos compartilhados pelos trabalhos, mesmo entre linhas de pesquisa diferentes, e que de tal forma não totalizam um somatório, mas representam-se individualmente em relação ao montante total de teses. Além disso, estão agrupados de forma a abranger termos semelhantes ou que se referem a objetos próximos, no intuito de simplificar a busca e os números finais. Nas linhas que apresentam termos semelhantes, está indicada a recorrência de quaisquer deles, o que não significa que apareçam simultaneamente nos trabalhos. Por último, verifica-se também que os termos variam de uma linha de pesquisa para outra, em razão de dois fatores:

- a) O número de trabalhos por linha de pesquisa influencia no número de termos que se verificam recorrentes, ou seja, quanto mais trabalhos dentro de uma linha de pesquisa, mais termos compartilhados entre eles - *o que justifica a ausência de termos para a linha de pesquisa de Ensino e Aprendizagem em Geografia*, que não poderia indicar recorrência ao contar com apenas uma tese sobre o Cerrado (o limiar de recorrência é de 02 trabalhos);
- b) Naturalmente, cada linha de pesquisa se diferencia por tendências de análise próprias, o que acaba por consolidar termos e palavras distinguíveis.

### 1.2.3 Eixos de tendência

Os termos recorrentes são úteis para uma verificação superficial de tendências para as pesquisas trabalhadas. No entanto, pelo caráter introdutório que os situa nos resumos, não são o suficiente para a formação de grupos de análises sobre o Cerrado. A relação estabelecida entre as classes de abordagem, as linhas de pesquisa e os termos recorrentes culminou na etapa final da análise das teses, o de reconhecer os *eixos de tendência* ou *tendências temáticas* dos trabalhos. Paralelamente à leitura geral das teses estabelecida nas etapas anteriores, a assimilação dos termos recorrentes e sua sobreposição com os outros parâmetros permitiu a fundação de tais eixos de tendência nas análises sobre o Cerrado.

Baseado no que é trazido em totalidade nos títulos, nos resumos e palavras-chave, no sumário ou mesmo na introdução das teses, foi possível obter uma noção satisfatória do que pretendeu-se analisar, em nível de recortes temáticos, espaciais e temporais. O que, em última instância, se alinha à recorrência dos termos apresentados há pouco nos trabalhos. Com essas variáveis à disposição, dividiu-se os caminhos visíveis em oito eixos de tendência predominantes entre as teses sobre o Cerrado, que mediante nossa leitura, organizamos e listamos a seguir:

*Eixo 1 – Estudos sobre o(s) território(s):* Este eixo de tendência é presente nos trabalhos que buscam analisar um determinado arranjo espacial de processos sociais, políticos e econômicos. Remete, portanto, a análises conjunturais assim como estudos de caso, que dependendo do objeto, variam em fundamentação teórico-metodológica (logo, com recortes espaciais variáveis). Compartilham, no entanto, pelo motivo que os agrupamos, de leituras baseadas no território como conceito (e objeto indireto de pesquisa) ou categoria de análise para a interpretação de um espaço geográfico produzido. São exemplos de trabalhos aqueles que tratam da modernização agrícola, da modernização territorial, da territorialização do capital, da territorialização do trabalho, etc. É predominante na linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial e nos trabalhos *ligados ao Cerrado*.

*Eixo 2 – Análise de complexos agroindustriais sucroalcooleiros-sucroenergéticos.* Este eixo de tendência é mais específico, e trata de estudos de caso sobre operações econômicas de cultivo de cana-de-açúcar e produção de derivados, destacadamente o etanol para o mercado de energia; e envolvem nas teses abordagens tanto políticas quanto ambientais, que podem incluir tanto o eixo anterior quanto os

seguintes. Além da especificidade de sua problemática, mantém-se como eixo próprio pela frequência com que aparece entre as linhas de pesquisa. É comum entre as linhas de pesquisa de Análise Ambiental e Dinâmica Socioespacial, e comum entre trabalhos que *analizam o Cerrado e ligados ao Cerrado*.

*Eixo 3 – Análise de cobertura e uso da terra.* Este eixo de tendência edifica-se em análises que investigam a espacialidade das feições de cobertura da terra tomando por base o manejo e utilização de áreas nativas e/ou cultiváveis. Embora tal manejo refira-se a atividades antrópicas, esse eixo tem foco maior em análise de impactos, passivos, serviços e mitigação ambientais do que na discussão das atividades em si, revelando teses de caráter mais técnico e descritivo. É predominante na linha de pesquisa de Análise Ambiental e nos trabalhos que *analizam o Cerrado*.

*Eixo 4 – Estudos sobre cadeias produtivas de alimentos/commodities.* Este eixo de tendência centraliza análises de impactos socioeconômicos das atividades de produção de alimentos e/ou *commodities*, que envolvem tanto o uso da terra e quanto as dinâmicas de mercado, embora a preocupação principal mantenha-se a de compreender conflitos sociopolíticos e relações mercadológicas e de trabalho. Não inclui os estudos de complexos sucroalcooleiros-sucroenergéticos pela ênfase em complexos produtores de grãos, carnes e minérios, entre outros. É predominante na linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial e nos trabalhos *ligados ao Cerrado*.

*Eixo 5 – Técnicas de monitoramento e sensoriamento remoto/Geoprocessamento.* Este eixo de tendência é presente nas teses que utilizam de tais técnicas como ferramentas indispensáveis ao estudo dos objetos de análise. É de natureza complementar para alguns trabalhos, porém destaca-se em outros como tendência temática na medida em que revela leituras específicas de espaço e ambiente e indica prioridades de análise que dialogam ou suplantam os demais eixos. É predominante na linha de pesquisa de Análise Ambiental e nos trabalhos que *analizam o Cerrado*.

*Eixo 6 – Análise de transformações na paisagem.* Representam esse eixo de tendência as teses que estudam transformações espaciais decorrentes da ação antrópica, visualizadas em alterações das condições tanto sociais quanto ambientais. Assimila-se ao Eixo 3, porém destaca-se pela ênfase em compreender os processos de ação antrópica pelos seus efeitos observados, mais do que uma avaliação dos mesmos; favorecendo análises críticas aliadas à uma metodologia técnica. É predominante na linha de



pesquisa de Análise Ambiental, e comum entre trabalhos que *analisam o Cerrado e ligados ao Cerrado*.

*Eixo 7 – Estudos sobre cultura e populações tradicionais.* Trata-se de um eixo de tendência ocupado com a análise da produção do espaço por grupos humanos com existência e distribuição atribuídos ao recorte espacial pesquisado, situados subjetiva ou simbolicamente; relacionados ao espaço geográfico pelas noções de identidade e pertencimento. Ancora-se principalmente em estudos de caso localizados em agrupamentos, povoados e aldeias, exemplificados por povos indígenas, sertanejos, ribeirinhos e minorias étnicas, entre outros; com o objetivo de compreender as relações que se estabelecem interna e externamente entre esses sujeitos. É predominante na linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial e nos trabalhos *ligados ao Cerrado*.

*Eixo 8 – Educação ambiental.* O oitavo eixo de tendência corresponde aos estudos de educação ambiental, que competem a discorrer sobre alternativas de produção do espaço pela discussão do conhecimento sobre o(s) ambiente(s), apoiando-se comumente em referenciais teóricos e no horizonte epistemológico dos conteúdos, a fim de estabelecer diálogos transdisciplinares aplicados à formação didática e cidadã, ao planejamento institucional ou ao debate acadêmico. É comum entre as linhas de pesquisa de Análise Ambiental e Ensino e Aprendizagem em Geografia, e predominante nos trabalhos *ligados ao Cerrado*.

Indicada ao final da descrição de cada eixo acima está a frequência com que são empregados nos trabalhos, primeiramente por linha de pesquisa e posteriormente por classe de abordagem sobre o Cerrado. Por exemplo, dizer que o Eixo 2 “é comum entre as linhas de pesquisa de Análise Ambiental e Dinâmica Socioespacial, e comum entre trabalhos que analisam o Cerrado e ligados ao Cerrado” significa que ele é proporcionalmente distribuído entre ambas linhas de pesquisa e presente em teses de ambas as classes apontadas. Para fazer essa afirmação sobre as linhas de pesquisa, relacionamos os eixos de tendência apresentados e sua presença entre as teses analisadas, na tabela a seguir:

TABELA 1 – Eixos de tendência por linhas de pesquisa

<i>Eixos de tendência</i>	<i>Análise Ambiental (11 teses)</i>		<i>Dinâmica Socioespacial (22 teses)</i>		<i>Ensino e Aprendizagem (01 teses)</i>		<i>Total de trabalhos (34 teses)</i>	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>Eixo 1</b>	03	27%	09	41%	-		12	35%
<b>Eixo 2</b>	02	18%	04	18%	-		06	18%
<b>Eixo 3</b>	09	82%	02	9%	-		11	32%
<b>Eixo 4</b>	01	9%	03	14%	-		04	12%
<b>Eixo 5</b>	06	54%	02	9%	-		08	23%
<b>Eixo 6</b>	07	64%	05	23%	-		12	35%
<b>Eixo 7</b>	02	18%	12	54%	-		14	41%
<b>Eixo 8</b>	02	18%	-		01	100%	03	9%

Fonte: O autor.

Os números trazem a realidade das tendências apontadas. É necessário notar, no entanto, o funcionamento de sua proporcionalidade e distribuição. Ainda utilizando o exemplo do Eixo 2, é possível enxergar na tabela que esse é presente em mais trabalhos da linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial do que na linha de Análise Ambiental. Afirmamos que o eixo é distribuído proporcionalmente entre as duas linhas de pesquisa, porém, pelo fato de que a segunda linha possui exatamente o dobro de trabalhos da primeira. Se afirmado que por conta da quantidade, tal eixo é predominante na linha de pesquisa com maior índice, seria olvidada uma relação essencial de proporção. Em outros casos, porém, pôde-se lançar mão desse cuidado pelo fato da disparidade extrapolar essa proporção, indicando vantagem maior que o dobro entre as quantidades e as linhas de pesquisa.

Em termos percentuais, foram gerados valores referentes ao total de trabalhos, primeiramente por linha de pesquisa; e conforme consta na última coluna da tabela, pelo total de teses sobre o Cerrado. É evidente, porém, que as porcentagens apresentadas não culminam num somatório de 100%, pelo fato de que cada eixo representa uma incidência própria sobre o total de trabalhos, independente da representatividade dos demais eixos, assim como nos termos recorrentes. Isso quer dizer que o Eixo 2 representa 18% dos trabalhos da linha de pesquisa de Análise Ambiental sem interferir na porcentagem de 82% do Eixo 3 para a mesma linha, pelo simples fato de que os eixos de tendência não se excluem, e cada tese poderia, em teoria, empregar

todos os oito. Portanto, o valor que expressa a incidência pontual dos eixos nas teses é a quantidade; porém, o valor que nos expressa a tendência real é o de porcentagem.

Com base nesses dados, é possível finalmente apontar a distribuição dos eixos de tendência para as teses sobre o Cerrado produzidas no PPGGeo, por linha de pesquisa.

Os principais eixos de tendência em Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica sobre o Cerrado são: *Eixo 3 - Análise de cobertura e uso da terra (82%)*; *Eixo 6 - Análise de transformações na paisagem (64%)*; *Eixo 5 - Técnicas de monitoramento e sensoriamento remoto/Geoprocessamento (54%)*.

Os principais eixos de tendência em Dinâmica Socioespacial sobre o Cerrado são: *Eixo 7 - Estudos sobre cultura e populações tradicionais (54%)*; *Eixo 1 - Estudos sobre o(s) território(s) (41%)*; *Eixo 2 - Análise de complexos agroindustriais sucroalcooleiros-sucroenergéticos (18%)*.

Os principais eixos de tendência em Ensino e Aprendizagem em Geografia sobre o Cerrado são: *Eixo 8 - Educação ambiental (100%)*.

A representatividade desses eixos de tendência por linhas de pesquisa está demonstrada visualmente nos gráficos a seguir:

Figura 2 - Gráficos dos Eixos de tendência nas teses sobre o Cerrado



Se há de se apontar, em suma, dentre os oito eixos distinguidos até aqui, quais as principais tendências de análise presentes nas teses sobre o Cerrado do Programa, em totalidade, obtém-se: *Estudos sobre cultura e populações tradicionais* (Eixo 7 - 41%); *Estudos sobre o(s) território(s)* (Eixo 1 - 35%), equiparados pela *Análise de transformações na paisagem* (Eixo 6 - 35%); e *Análise de cobertura e uso da terra* (Eixo 3 - 32%). Os demais eixos, de menor representatividade perante o total de trabalhos, não deixam de demonstrar especificidades seja das linhas de pesquisa, seja das classes de abordagem, conforme apontado acima, e essas relações constroem também as tendências de análise sobre o Cerrado do Programa como um todo. Discute-se adiante o que tudo isso representa.

### **1.3 Análise das tendências nas teses sobre o Cerrado**

Dentre as 78 teses produzidas no PPGeo-UFG durante o período de 2009 a 2016, 34 equivaleram a trabalhos sobre o Cerrado, segundo os critérios desta pesquisa, o correspondente a 44% da produção total do Programa em nível de doutorado.

Esse número é emblemático ao se traçar um perfil para a produção do Programa sobre o Cerrado, considerando todo o montante de trabalhos que não foram contemplados na amostra - principalmente as dissertações, que apresentam o seu expressivo número de análises sobre o Cerrado. No entanto, contando que quase metade da produção de teses de doutorado revolveu em torno do Cerrado, é possível afirmar que há uma produção significativa que permite avaliar tendências de estudo sobre esse ambiente. Pelo peso que se dá à produção das teses por seu nível de titulação, entretanto, não se pode afirmar que os estudos sobre o Cerrado são o carro-chefe do Programa, como poderia se inferir pela sua localização e apresentação.

Agrega para isso o fato de que nem todas as teses sobre o Cerrado são pesquisas diretas sobre esse tema, conforme aponta a distinção de classes, no sentido de que outros recortes o sobrepõem como objeto central. Dentre as teses elencadas sobre o Cerrado, a distinção de classes revela que há mais *teses ligadas ao Cerrado* (Classe 2, 24 de 34 teses - 71%) do que *teses que analisam o Cerrado* (Classe 1, 10 de 34 teses - 29%), conforme apontado nos Quadros 4 e 5.

Essa constatação não atribui um peso menor à produção desses trabalhos no Programa, mas evidencia que há diferentes focos de análise para o Cerrado, o que nega uma uniformidade dessa produção acadêmica, ao menos sobre o tema. Visualiza-se tal situação com clareza nas classes estabelecidas pela pesquisa, onde constam os trabalhos afiliados no Quadro 6. Mais ainda, numa leitura dos valores nos Quadros 4 e 5, em que foram

apresentadas as classes, observa-se também que essas são notoriamente ligadas às linhas de pesquisa, pela representatividade acentuada das linhas em cada classe: as classes de abordagem agrupam em si as tendências predominantes das linhas de pesquisa.

Por essa razão nos munimos dos eixos de tendência para identificar os perfis tanto das linhas de pesquisa quanto das classes de abordagem, no sentido em que essas categorias convergem em representatividade. As exceções encontraram-se somente nos eixos que giram numa variação de cerca de metade de trabalhos por linha, pelo fato de que as duas grandes linhas – Análise Ambiental e Dinâmica Socioespacial – diferem em dobro na quantidade de trabalhos, o que aponta nesse caso para eixos em comum. Os demais eixos, no entanto, estão distribuídos com pesos distintos entre as linhas de pesquisa, o que acrescenta para a relação entre a natureza de suas análises e a quantidade de seus trabalhos.

É notório que a linha de pesquisa Dinâmica Socioespacial possui a maior produção no Programa, quer se fale da produção total (53 de 78 teses) ou da produção sobre o Cerrado (22 de 34 teses), equivalendo sempre a mais da metade da produção nos índices. Conseqüentemente, o perfil da produção sobre o Cerrado no Programa é encabeçado pelos eixos de tendência predominantes nessa linha de pesquisa, os eixos de *Estudos sobre cultura e populações tradicionais* e *Estudos sobre o(s) território(s)*, conforme evidenciado na Tabela 1. Da mesma maneira, os trabalhos dessa linha de pesquisa totalizam 18 de 24 das *teses ligadas ao Cerrado*, o que torna esses eixos também os predominantes a essa classe de abordagem. Destarte, de 71% (24 de 34) das teses no Programa ligadas ao Cerrado (Classe 2), 75% pertencem à linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial (18 de 24).

Em contraponto, as *teses que analisam o Cerrado* (Classe 1) e o elegem como objeto central, em posição que o evidencia como recorte espacial de ambiente regionalizado, representam um número menor de trabalhos: equivalem a 10 teses, representadas em 60% pela linha de pesquisa de Análise Ambiental com um número de seis (6) teses, em que os principais eixos, conforme consta na Tabela 1, são *Análise de cobertura e uso da terra*, *Análise de transformações na paisagem* e *Técnicas de monitoramento e sensoriamento remoto/geoprocessamento*.

Sendo assim, a tendência marcante é que a linha de Análise Ambiental concentra os trabalhos que analisam o Cerrado, enquanto a linha de Dinâmica Socioespacial concentra os trabalhos ligados ao Cerrado, mesmo que ambas as linhas apresentem exceções na classe oposta. O caso especial, nessa conjuntura, é o da linha de pesquisa de Ensino e Aprendizagem em Geografia, que pela baixa quantidade de trabalhos, é representada exclusivamente por um

único eixo de tendência (*Eixo 8 – Educação Ambiental, 9%*) que, no viés quantitativo, não possui peso para o perfil do Programa.

Os eixos de tendência usados para pautar esse perfil, por sua vez, foram elaborados com base nos termos recorrentes nos resumos e na contextualização da palavra “Cerrado” nos trabalhos. É possível, partindo desse princípio, atribuir aos eixos os termos que lhe dão forma, principalmente no contexto das classes e das linhas de pesquisa a que pertencem os trabalhos que lhes empregam. A linha de Dinâmica Socioespacial, por exemplo, que concentra a maior quantidade de teses e os eixos mais representativos do Programa, aponta, conforme o Quadro 9, para a grande incidência de termos como: território; economia; capital; representações, identidade, pertencimento, significações; tradicional, cultura; modernização; conflitos; trabalho; resistências; ocupação; política; e populações.

Torna-se visível, nessa apuração, a tendência a uma *abordagem territorial*, mesmo que vagamente delineada, porém presente de forma evidente pelos termos nos quais giram em torno as tendências de análise. É uma posição alinhada à proposta do Programa e sua área de concentração (*Natureza e produção do espaço*), que afirma oficialmente um direcionamento das pesquisas para uma interpretação de “configurações territoriais”:

O Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia tem como área de concentração Natureza e Produção do Espaço. Esta área de concentração ampara a busca em interpretar, a partir do pensamento geográfico – e de suas ferramentas – as configurações territoriais e socioambientais em diferentes escalas. Considera-se, neste pleito, o papel desempenhado por diferentes atores como os movimentos sociais, políticos e culturais que ocorrem e se desenvolvem no espaço geográfico. [...] O programa objetiva decisivamente contribuir para a formação de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados no campo de abrangência proposto e de áreas que desenvolvem a pesquisa territorial, enriquecendo a capacidade de investigação do território nacional e daí, possibilitar uma maior lucidez na intervenção do uso do território e na produção do espaço. (PPGEO, 2017)

Nesse campo, destaca-se a ênfase dada aos “diferentes atores como os movimentos sociais, políticos e culturais” no desenvolvimento do espaço geográfico, que transparecem como tendências nos parâmetros aqui evidenciados e mantêm-se como escopo para o estudo de ambientes ou de “configurações socioambientais”. Nessa descrição, não se encontra referência direta ao Cerrado, o que atesta para um caráter secundário de suas abordagens, em que os seus estudos são realizados complementarmente<sup>9</sup>, seguindo uma agenda que propõe

---

<sup>9</sup> O que consiste numa contradição, dado o prestígio que o tema ainda encontra no Programa. Exemplo disso é a disciplina de “Ambiente e apropriação da região do Cerrado”, ofertada anualmente e obrigatória a todos os discentes da pós-graduação no Programa, independentemente das pesquisas que realizam. Atesta para o que apontamos em nossa análise, pois, de que há na abordagem do Cerrado pelo Programa uma tendência acessória, marcante nas pesquisas ligadas ao Cerrado e na linha de pesquisa predominante, de tratar do conteúdo de

desenvolver atividades de planejamento territorial e ambiental, [...] a criação de alternativas que fomentem novos modos de desenvolvimento nacional e regional [...], o desenvolvimento de estudos que contemplem a relação unitária entre a sociedade e a natureza, observando as diferentes escalas e abordagens, primando pelo respeito à pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas [...], bem como ao desenvolvimento de uma prática social que, ao mesmo tempo em que questione o modelo de desenvolvimento implementado, ofereça elementos alternativos para uma sociedade mais justa a partir de um projeto que lhe dê sustentabilidade, resgatando a concepção de região enquanto forma de análise espacial que permita visualizar com coerência fenômenos ditados por ações universais e, ao mesmo tempo, particulares. (PPGEO, 2017)

Como vemos, a “análise espacial” proposta pelo Programa gira em torno da concepção de uma “prática social” na produção do espaço e, portanto, o arcabouço chamado *socioambiental* – que dá nome ao próprio instituto - está pautado no ambiente produzido socialmente, da mesma maneira, política e historicamente. Afinal, seria esse espaço construído por meio de “ações” que se propõem questionar, o que reitera para um caráter eminentemente *crítico*. Não seria uma conjectura longínqua, portanto, afirmar que a vertente mais candente a esse discurso científico é inspirada pela Geografia Crítica que movimentou a disciplina no Brasil desde o final do século passado. Não obstante, toda a variedade de objetivos que consta na última citação constitui a polpa das pesquisas ligadas ao Cerrado, principalmente aquelas da linha de Dinâmica Socioespacial, por representarem os conteúdos abrangidos pelos termos recorrentes apontados.

Logo, a base para a produção desses estudos territoriais e socioambientais, por égide do Programa, estaria em análises que negam uma racionalização do escopo geográfico, opondo a tradição quantitativa que exerceu influência teórica e metodológica na disciplina em seu formalismo acadêmico até a guinada crítica dos anos 1980. Esse cunho naturalista, a que se opõe, significaria a sistematização dos conteúdos, a redução das dimensões de análise e a indiferença ao âmbito social e o tempo histórico, fatores de produção do espaço geográfico. Nesse viés, a atenção ao ambiente o teria antes como um conjunto sistêmico de leis gerais em funcionamento, do que como espaço moldado por disputas humanas pautadas em fenômenos entendidos subjetiva e historicamente.

A importância da categoria (e conceito) de *território* no âmbito científico (além da esfera social a que os críticos atribuem suas análises) residiria, grosso modo, em justamente suplantar aquele formalismo reducionista como eixo de interpretação da realidade - em nosso caso do espaço geográfico. Não somente na perspectiva teórica, onde há tempos se perpetua as discussões no circuito acadêmico, mas na competência metodológica que legitima a pujança

---

maneira onipresente, porém subjacente à estudos de outra natureza. É uma tendência sobretudo discursiva, que remonta à noção de estudos “socioambientais”, em que o *ambiente de Cerrado* é tema latente sem que seja necessariamente objeto direto das pesquisas.



da ciência naturalista. Em contrapartida, se a teoria natural tem de provar seus pesos e medidas na condição de vetores de uma abordagem neutra e isenta de humanidades, só poderia se reforçar o reducionismo dos estudos generalistas por meio de análises regionais de um espaço de montanhas nativas, movidas apenas pela fé nas leis da física mecânica. Geograficamente, essa dimensão corresponderia à *paisagem natural*.

Discutível, certamente, é o arcabouço da concepção paisagística. Reconhece-se que a paisagem não se limita, na Geografia, ao espaço estático, no sentido de que os seus estudos variam entre os impactos naturais e a sua transformação visível. Muito menos se refere estritamente a contextos materiais, como discordam os estudos locais e urbanos que ressaltam a importância das paisagens aos sujeitos e sua dimensão sinestésica. Esses estudos são também de fatores antrópicos, que do mesmo modo, resultam de fenômenos humanos. No entanto a paisagem, naquela perspectiva naturalista, é vista mais em uma série temporal do que em processo, por ser apresentada como uma sucessão de quadros morfológicos. Na perspectiva culturalista, a paisagem está na condição de representação subjetiva cotidiana. Logo, seria insignificante à ambas análises de paisagem o tempo histórico, que é tanto insuficiente para abrigar as suas transformações físicas quanto é indiferente à experiência subjetiva, que abstrai as suas feições. De tal forma, não seria a categoria mais prolífica ao estudo dos processos sociais que sustentam a crítica geográfica.

No que importa às ciências naturais, no entanto, serviria elegantemente a um procedimento contido, que produz dentro de si as respostas para as indagações que o propulsionam, ou melhor, em que os resultados são o objeto da pesquisa. De uma natureza quantitativa, constitui numa tendência em que os dados são de importância regente, e os indicadores constituem indisputavelmente a essência das pesquisas. Se a condução metódica é o elemento de maior força na investigação, identifica-se uma adesão à categoria menos flexível, capaz de conceber, na perspectiva naturalista, um *espaço absoluto* para a identificação e classificação dos fenômenos, que atesta para uma aproximação mais pragmática. Nesse sentido, no pleito geográfico concebido como “físico”, a paisagem é a categoria-chave.

As tendências verificadas nas teses da linha de pesquisa de Análise Ambiental afirmam esse procedimento. As *Análises de cobertura e uso da terra*, *Análises de transformações na paisagem* e as *Técnicas em monitoramento/sensoriamento remoto e geoprocessamento* consistem nos eixos temáticos definidores dessa linha de pesquisa, e seus trabalhos estão marcados por termos como: relevo, solos; bioma, ecossistema; impactos ambientais; vegetação; paisagem; ambiente; e biodiversidade. Esses remetem

comprovadamente a conteúdos de caráter natural, alguns deles objetos de análises externas à Geografia, em ciências exatas ou da terra (ciências naturais). Conforme demonstra o Quadro 9, alguns desses termos também são comuns à linha de Dinâmica Socioespacial, embora possuam maior peso na definição dos eixos predominantes na Análise Ambiental do que nos que predominam naquela linha.

Não é possível, entretanto, concluir que a linha de Análise Ambiental tenha um caráter exclusivamente exato pelas suas tendências temáticas ou técnico pelos seus procedimentos. Prova disso neste trabalho é que essa linha compartilha de termos recorrentes como território, economia, expansão, ocupação, e possui termos de recorrência própria, como ordenamento e/ou planejamento, que apontam todos para investigações de cunho crítico. As teses que usam desses termos, afinal, procedem de um aporte técnico para fazerem apontamentos interpretativos, que permitem estabelecer uma compreensão de “configurações territoriais”, conforme a proposta do Programa.

Importante ainda é reconhecer que isso soma para a construção de uma análise conciliada de Cerrado, que o tem como objeto central, sem que haja um reducionismo categórico: transcende-se uma classificação estritamente instrumental sem perder de vista a reflexão sobre a produção do espaço. Há, igualmente, os eixos de tendência comuns às linhas de pesquisa destacadas, o caso dos *Estudos sobre complexos sucroalcooleiros/sucroenergéticos* e da *Análise de transformações da paisagem*, que exemplificam tais pesquisas. Em outras palavras, não se pode qualificar de reducionistas esses trabalhos. Pelo menos um terço das pesquisas em Análise Ambiental, por exemplo, podem ser indicadas também como praticantes de uma abordagem territorial.

Permanece, todavia, que se destacam nessas pesquisas os procedimentos técnicos, que por sua vez determinam a forma e o conteúdo de toda a linha de pesquisa. Nesse sentido, ao tratar da medida em que as linhas de pesquisa se apoiam nas categorias de paisagem e território, é possível visualizar que não existe uma disputa entre as vertentes, pelo fato de que aspiram por diferentes cenários finais de investigação, e muitas vezes, operando simultaneamente. Como tal, mantém-se que os caminhos traçados pelos procedimentos das pesquisas as distinguem como abordagens distintas. A encruzilhada nessa trilha metodológica é o que remete a um “contraste” na Geografia, que reside eminentemente na apreensão do espaço geográfico.

Por exemplo, há de um lado a produção desse espaço, que é levada a cabo pelas pesquisas (majoritariamente, conforme aqui demonstrado) dentre as categorias de paisagem e território; e de outro, há a delimitação desse espaço, que é trazida comumente nas noções de

região e ambiente. A região é familiar à disciplina, já o *ambiente* se apresenta emblemático, por consistir em um conceito que não é categoria geográfica de análise, mas que desempenha comumente o papel de um fator de localização<sup>10</sup>. Esse pluralismo não seria tão marcante em outros objetos que já estabeleceram sua filiação a tradições acadêmicas, em disciplinas fechadas em competências, mas existe no Cerrado pela centralidade de sua caracterização ambiental na Geografia e pelo fato de que a mesma dimensão disputada socialmente é regionalizada em parâmetros naturais.

Logo, não é suficiente dizer que a pauta de Cerrado no Programa é definida por uma abordagem territorial influenciada por uma Geografia Crítica. Por exemplo, as teses sobre o Cerrado que procedem pela abordagem territorial exibem, tanto nos eixos de tendência predominantes quanto nos termos recorrentes, dois fluxos marcantes de análise que estão contemplados na conceituação do território: o primeiro é materialista histórico-dialético, que prioriza a teoria social marxista como base para a produção do espaço geográfico; e o segundo é de base humanista, que destaca a construção subjetiva do espaço pela experiência e consciência, e, por conseguinte, das relações que definem esse espaço.

Ambos os fluxos para o território representam oposições à uma concepção metodológica reducionista, e logo, nenhum dos dois suporta uma noção ecológica baseada em espaço absoluto, que marca a delimitação paisagística de Cerrado. No entanto, mesmo amplamente tido como campo fértil de uma abordagem territorial, o “bioma”, “ecossistema” ou “domínio” de Cerrado é ainda concebido como espaço rígido, seja por uma classificação externa à Geografia ou por uma regionalização alinhada à uma Geografia quantitativa.

Daí se pode enxergar que esse contraste espacial evade uma distinção metodológica entre paisagem e território, mas compreende, em essência, a construção do objeto analisado. Objeto esse que não é pura realidade observada, mas que já foi teorizado cientificamente e, portanto, possui base epistemológica tanto quanto o método que se aplica. Afirma-se aqui que não se entende o Cerrado somente como espaço produzido, na condição de fenômeno contingente, ao que propõe observar a abordagem territorial; mas também como espaço dado, sistema ecológico, região delimitada e apriorística, conforme concebido pelo formalismo naturalista-paisagístico. O peso dessa variação ontológica impõe limitações à abordagem territorial, a serem discutidas nos capítulos posteriores.

---

<sup>10</sup> No entanto, há novamente uma potência discursiva e simbólica residente na noção de *ambiente*, conforme apontamos anteriormente na tendência geográfica *socioambiental* e sua representatividade acadêmica (Instituto de Estudos *Socioambientais*). Noção essa que desempenha um papel específico na aproximação geográfica entre a produção de espaço e o conceito de *natureza*, conforme será abordado no Capítulo III.

Quanto aos recortes, as pesquisas nessa abordagem indicam, salvo poucas exceções, escolhas em comum. Tais escolhas certamente, baseadas por influência do Programa, sua proposta e contexto local. Especialmente, as teses trabalhadas, conforme verificável por títulos no Quadro 6, convergem em estudos sobre o território goiano. De distritos a municípios, complexos agroindustriais, redes de infraestrutura, e a unidade federativa que demarca o estado, as pesquisas concentram-se em avaliar primeiramente as configurações territoriais, e em alguns casos, as condições socioambientais associadas ao recorte – o que remete ao Cerrado como produção espacial por ações políticas.

Em termos temporais, as pesquisas dedicam-se na maior parte a fenômenos contemporâneos, porém sempre com base em recuos históricos que sustentam a compreensão dos processos. As tendências predominantes dessa abordagem territorial, os *Estudos sobre cultura e populações tradicionais* e os *Estudos sobre o(s) território(s)*, comumente dizem respeito aos mesmos processos históricos, como é o caso da expansão da fronteira agrícola a partir de meados do século XX no Brasil (especificamente da década de 1960 em diante, no contexto da intervenção militar e da ocupação estratégica do país)<sup>11</sup> e os impactos sociais e culturais da ocupação política e da apropriação econômica desses territórios até a conjuntura atual.

Institucionalmente, no que tange ao peso das orientações, produções dos laboratórios e grupos de estudos do Programa no desenvolvimento das pesquisas e suas vertentes teórico-metodológicas, as frentes disciplinares mais participativas dessa “abordagem territorial goiana” são a Geografia Agrária e a Geografia Cultural – que se dedicam justamente aos dois eixos de tendência mais presentes no Programa<sup>12</sup>.

De tal maneira, considerando que esse é o perfil mais representativo das teses sobre o Cerrado - de acordo com a quantidade de trabalhos que assim procedem – tem-se como a grande tendência verificada na presente pesquisa que as análises sobre o Cerrado no PPGeo-UFG são pautadas por estudos sobre *a ocupação moderna do território goiano*.

Por isso é investigada e apresentada, no capítulo seguinte, a produção do conhecimento sobre o Cerrado no contexto que mais se destaca em seus estudos: a abordagem territorial e suas referências. Ressalta-se que o foco em tal abordagem não equivale à uma opção dessa pesquisa de elegê-la como modelo de análise do Cerrado, mas como tendência

<sup>11</sup> Há ressalvas, por exemplo, em pesquisas sobre modernização territorial, que estabelecem um recuo histórico mais extenso do que aquele da modernização agrícola, acompanhando assim fontes e autores distintos.

<sup>12</sup> Dentre essas frentes, há de se considerar a existência da Geografia do Trabalho, que é representada em teses produzidas e possui especificidades quanto ao objeto que estabelece em suas análises. Para nossas reflexões, porém, no que tange à participação na abordagem territorial específica ao Cerrado, consideraremos as frentes mencionadas como suas inclusivas.

predominante na produção das teses levantadas, a fim de evidenciar as bases teóricas de seus procedimentos metodológicos. Logo, não se pretende neste trabalho definir a soberania de uma categoria sobre outra.

Poderia se arguir aqui, também, que a amostra das teses não seria o suficiente para estabelecer uma análise sobre a produção geográfica sobre o Cerrado em Goiás, por trazer números inexpressivos da realidade de outros polos científicos e acadêmicos. No entanto, é mantida a importância deste trabalho por não se tratar de uma análise cienciométrica ou quantitativa, mas de uma pesquisa com foco teórico-metodológico, que diz respeito à temas e objetos de estudo da Geografia como um todo.

## **CAPÍTULO II - TERRITÓRIO E APROPRIAÇÃO NO CERRADO**

Neste capítulo partimos da análise do estado da arte e da produção do Programa para investigar quais os recortes predominantes das pesquisas sobre o Cerrado. Tendo que os trabalhos apontam para uma tendência geral em torno da *ocupação moderna do território goiano*, é a partir dessas leituras que é feita aqui uma periodização e identificação dos elementos trazidos nas análises. Importante destacar, mais uma vez, que no tópico que segue buscamos traçar o mesmo caminho de investigação desses trabalhos para evidenciar os seus processos e objetos de estudo mais notórios, o que *não* representa o estabelecimento desse caminho por parte desta pesquisa. Priorizamos, nesse tópico, um diálogo com os trabalhos, a fim de alcançar o que se entende em sua abordagem como um *território do Cerrado*.

Isso posto, buscamos em seguida compreender quais bases teórico-metodológicas contornam os procedimentos da abordagem territorial, discutindo a conceituação de território para elucidar sua proposta de análise como alternativa para uma crítica geográfica. Delineados os limites para tal abordagem, fechamos a seção ao qualificar quais são as disparidades entre a análise territorial e uma regionalização paisagística clássica de Cerrado, para circunscrever em quais elementos residem as principais questões de base epistemológica, a serem discutidas no terceiro capítulo.

### **2.1 Periodização e elementos da abordagem territorial do Cerrado**

A ocupação moderna do território goiano, como pauta da abordagem territorial de Cerrado nas teses do PPGGeo-UFG, é analisada como processo ou conjunto de processos, desenvolvidos em um período específico que possui marcos históricos referentes à inauguração de ações políticas e econômicas que tanto produziram esse espaço – ao que se propõe tal abordagem - quanto o delimitaram.

Antes de prosseguir, no entanto, faz-se necessário distinguir, no que diz respeito à ocupação do território goiano, que não é equivalente a estudos da formação sócio-histórica de Goiás. Os estudos do Programa, atribuídos ao Cerrado e tidos como abordagens territoriais, consistem na análise de fenômenos sobrepostos entre os recortes de Goiás e do Cerrado, essencialmente por uma visão regional. A apreensão do território aqui é vital, portanto, para destacar seu procedimento metodológico, a problemática visualizada e os recortes tomados. Se tratam da formação sócio-histórica goiana o fazem apenas ao resgatar muitas das referências desse assunto, sem que seja essa a âncora de suas pesquisas.

Conforme visível no capítulo anterior, a maioria das teses levantadas tem como caráter definidor a metodologia de estudos de caso, salvo aqueles trabalhos que se propõem a leituras conjunturais, que se situam em recortes contemporâneos baseados em recuos históricos, sustentados nas produções pioneiras e norteadoras sobre Goiás. Como exemplo, ao se tratar da formação sócio-histórica goiana, frequentemente são referenciados trabalhos de cunho historiográfico como os de Palacin e Moraes (2008), e de Chaul (2015); de viés econômico como o de Estevam (2004); e aqueles geográficos, como os de Gomes et al. (2004) e Arrais (2016).

Alheia ao que seria uma formação sócio-histórica mais ampla, a periodização que se faz da abordagem do território é fundamental para suas conjecturas, pela forma indissociável em que essa categoria se relaciona com o tempo histórico. O recorte temporal, portanto, elencará quais variáveis de produção do espaço, desenvolvidas ao longo do tempo, serão centrais na compreensão dos fenômenos estudados na forma de processos. Santos e Silveira (2002, p. 27) reforçam em sua obra que “assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território”, como a categoria-chave para a compreensão de uma conjuntura estrutural e histórica.

No que diz respeito a esse recorte temporal, reconhece-se a história da construção de uma ideia de Cerrado a partir de uma necessidade de demarcação dessas terras perpendiculares ao litoral brasileiro, postas à ocupação desde as expedições pioneiras datadas do período colonial até os movimentos oficiais do Estado no século XX para a integração do território nacional. De tal maneira, somam para a criação de uma definição primitiva sobre esse ambiente as empreitadas de colonização, as narrativas literárias, os encontros com povos indígenas e os relatos de naturalistas europeus que o percorreram durante esses longínquos períodos<sup>13</sup>. Lembrando, ainda, que na exploração mineradora e na colonização agrícola anteriores ao último século houve uma apropriação também intensa dos recursos no Cerrado, que na leitura dos autores geógrafos mencionados há pouco, já consistia na formação de um território goiano.

Todavia, mesmo considerando esse recuo histórico e sua importância na produção do conhecimento sobre o Cerrado, a presente leitura estará contida na periodização da abordagem territorial predominante nos trabalhos analisados sobre o Cerrado. Lembrando que

---

<sup>13</sup> Barbosa et al. (2014) fazem uma leitura efetiva desse contexto em seu trabalho de “narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado”, com destaque a uma análise arqueo-antropológica das formações humanas primitivas até à ocupação moderna desse ambiente. Também é notável a obra de Bertran (2011), sobre a “eco-história” da ocupação do Planalto Central e do Cerrado.

estão sustentados nas tendências de estudo representativas do Programa, tais trabalhos propõem investigar transformações socioespaciais intensas sobre esse ambiente, que à luz de seu aporte metodológico, visualizam-se em processos que correspondem tanto à ocupação territorial e a transformação da paisagem quanto à mudanças nas relações de sujeitos e agrupamentos mediante novas lógicas de espacialidade.

Tais análises mesclam abordagens entre a Geografia Agrária e Cultural, como observado anteriormente, e o período a que remontam esses trabalhos corresponde à uma ocupação diferenciada do ambiente de Cerrado que ganhou fôlego na forma de ação política advinda do Estado nacional e ao mesmo tempo como projeto econômico de maior escala - em que se propagou uma mercantilização do meio, atrelada a sua inserção em dinâmicas comerciais internacionais e globais.

Concebe-se a culminação de tal processo pela ação do próprio Estado, num projeto nacionalista, por meio da integração de polos produtivos dissociados pela lógica de ocupação colonial e pela vasta extensão continental brasileira. Durante todo o século XX o *Brasil Central*, assim classificado na política desenvolvimentista de Getúlio Vargas - a "Marcha para o Oeste" - foi alvo de programas para sua ocupação, a fim de preencher os supostos "vazios demográficos" e estabelecer corredores de industrialização, partindo da abertura de linhas férreas e a urbanização do interior do país, como foi com a fundação de Goiânia, capital goiana, em 1933. Seguindo a divisão regional estabelecida pelo IBGE em 1941, esse período foi posteriormente marcado pela criação de grandes centros urbanos, a exemplo da transferência da capital nacional para o Planalto Central e os anos que se seguiram com investimentos de grande porte no modal rodoviário, agora já associados à forte presença do capital estrangeiro no país durante a expansão da indústria (predominantemente automobilística) no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

A ocupação do Cerrado nativo, para além das estradas e centros urbanos, desenvolveu-se desde o início por pioneiros vindos do litoral, dos tempos de colonização portuguesa em diante, mas assumiu diferentes características com a intensificação das atividades produtivas (ANJOS, 2016). Nesse sentido, ao que confirmam as análises morfoclimáticas, a região conta com terreno ideal para o cultivo e pastoreio, que lograram a longo prazo proporções industriais, principalmente durante o período de Governo Militar (1964-1985), onde foram implantadas políticas para o que se chamou de *expansão da fronteira agrícola* nacional. No contexto de transformações econômicas do período, destaca-se nos trabalhos que a ocupação do território correspondente ao Cerrado foi marcada pela



criação de um moderno aparato de produção que o caracterizou eminentemente como ambiente rural, em sobreposição à sua face nativa.

Corroborando para uma análise territorial dessa conjuntura como determinante na produção do espaço do Cerrado o fato de que essa atuação do Estado nacional ensejou um projeto imediato de *planejamento territorial*, que não se restringiu nesse contexto a uma preocupação exclusivamente econômica. A presença marcada do Estado e seu patrimônio físico significou uma expressão de soberania política, ou melhor, geopolítica, no contexto espacial de longas disputas por controle de territórios que não envolveram especificamente interesses comerciais<sup>14</sup>. Becker (2001) afirma com o exemplo do ordenamento amazônico que o projeto de ocupação nacional articulado por infraestrutura e redes técnicas, como as rodovias e ferrovias – sobretudo como base para uma economia de exportação - permanece como uma afirmação da soberania do Estado nacional e sua presença na região, sob a lógica de território estabelecida por Lefebvre (1978, apud BECKER, 2001):

Segundo esse autor, após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território. (BECKER, 2001, p. 137).

No caso do Cerrado, aponta-se com frequência que dois programas exercidos durante o referido período, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), foram os maiores responsáveis pela modernização do campo e sua especialização junto à indústria, abrindo caminho para o estabelecimento da agricultura moderna como vetor de produção do espaço nesse ambiente. Longe de serem projetos isolados, porém, - atribuídos ao nacionalismo ufanista no país - esses adventos estiveram ligados a um movimento de escala mundial de modernização e abertura de mercados agrícolas que atravessou esse período,

---

<sup>14</sup> Essa presença se fez marcante na ocupação efetiva do território nacional durante todo o século XX, em luz de recentes insurreições nos territórios mais longínquos da recém-instituída República, como a Campanha de Canudos (1896-1897) no sertão baiano e a Revolução Federalista (1893-1895) e a Guerra do Contestado (1912-1916) no sul do país. Posteriormente, o Regime Militar foi marcado também por violentos e longos conflitos armados, dentre esses a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), cujas implicações sociopolíticas são trabalhadas em Campos Filho (2003, 2012). Reforçada pela tensão internacional de uma expansão comunista no contexto da Guerra Fria, a ameaça de tais insurgências também representou um interesse imediato do governo brasileiro em implementar o controle estratégico sobre o território nacional.

conhecido internacionalmente como Revolução Verde, conforme trabalhado por Gonçalves Neto (2000) e Graziano da Silva (1982).

Aliados a diversas agências nacionais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tais programas efetivaram a ocupação de vastas áreas originais de Cerrado, e implementaram a denominada expansão da fronteira agrícola, representada expressivamente na modernização da base técnica pela mecanização e cultivo de grãos adaptados, como a soja, que já era consolidada nas regiões Sul e Sudeste. Além disso, um grande determinante dessa ocupação em larga escala foi o fornecimento de linhas especiais de créditos rurais e concessão de recursos financeiros a grandes empresas dispostas a vultosos investimentos na região. Assim, de maneira geral, a produção agropecuária em todo o alcance do Cerrado e principalmente na região Centro-Oeste cresceu substancialmente a partir dos anos 1970 e se expandiu ainda em tempos de crise, como na década de 1980 - indiferente às quedas de produção das regiões meridionais (REIS, 2014).

Anjos (2016), em uma das *teses que analisam o Cerrado*, observa que

Tendo em vista que o interior do país continuamente respondeu bem aos anseios econômicos nacionais, vê-se que também o conhecimento desse espaço nunca cessou de se avolumar desde a Nova República de Vargas. Esse é o cuidado que se deve ter quando se analisa os acontecimentos históricos: a profusão científica e cultural sobre o interior do país na década de 1970 é apenas o momento em que um processo lento se torna mais visível. Havia preparação para essa *realização econômica capitalista* [...]. Não é à toa que se façam leituras do ambiente do Cerrado logo que instaladas as máquinas econômicas modernas nessas terras [...]. Pois bem, a dificuldade de se fazer do Brasil um país industrializado, a partir da década de 1960, transfere para o Cerrado uma parte importante da máquina econômica nacional, ainda que os controles estejam no Sudeste do país. (ANJOS, 2016, p. 225, grifo nosso).

A apropriação moderna do Cerrado em condição integrante do território goiano, como fator determinante em sua ocupação e suas transformações socioespaciais, é enxergada pois como um processo gradativo, imposto pela ação política, em primeiro momento pelo Estado e posteriormente pelos mercados. Disso originou diferentes contradições e alterações nas relações de poder em cada contexto, e no cenário atual, definindo também como seria construída a ideia de Cerrado e o que se faria dele.

Corrêa (1986, p.61) sublinha que “o capital e o Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital”. Logo, a legitimidade da reprodução espacial econômica procede por meio de relações de poder que envolvem o setor público, que no panorama da internacionalização torna-se aliado do aparelho mercantil. Nesse contexto, a superação do Estado - apregoada pelas escolas econômicas liberais do tardar do

século - não consiste em sua deflagração, mas em sua cooperação por meio de políticas de desregulamentação, incentivos e flexibilidade legislativa (REIS, 2014). Inocêncio (2010, p. 26), em *tese que analisa o Cerrado*, situou esse ambiente, da mesma maneira, “ao jogo das economias nacional e internacional através das diferentes articulações do Estado com o capital”, sustentando essa tese com base em um caminho específico de periodização que é muito presente em todos os estudos subsequentes, e que é retrçado aqui.

A realidade econômica instaurada no Cerrado – e no território goiano – nesse processo gradativo, foi pavimentada pelo Estado nacional e seguiu ao encontro de “variáveis externas” (SANTOS, 1996a), das lógicas que excedem a escala regional e articulam fluxos de recursos e mercadorias em escala global. A financeirização das economias e a mundialização dos mercados que se seguiu passou a formar as transformações socioespaciais nesse ambiente com base no aporte econômico estabelecido até então. A ponte entre o Estado e o capital, entretanto, só pôde ocorrer num contexto de “aliança de classes” (OLIVEIRA, 2015)<sup>15</sup>, que significou a reestruturação e o fortalecimento de uma burguesia nacional sustentada num projeto de industrialização do país, anterior à associação ao estrangeiro no fim de século. Oliveira (1988, p. 39 e 40)<sup>16</sup>, em análise da economia brasileira, avalia que

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo [...]. Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresárias industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema [...]. Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora. Com o colapso das relações externas [crise pós-1930], essa hegemonia desemboca no vácuo; mas nem por isso entram em ação mecanismos automáticos que produzissem a industrialização por “substituição de importações” [...]. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção [...] cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas de acumulação.

Nessa análise conjuntural, o autor sustenta que a acumulação industrial brasileira que houve entre a crise internacional de mercado pós-1929 e a reestruturação econômica do pós-1950 até o “milagre econômico” do governo militar não se desenvolveu conforme um mecanismo automático do sistema capitalista, mas baseada na especificidade do cenário de

---

<sup>15</sup> (OLIVEIRA, A. U. de., 2015).

<sup>16</sup> (OLIVEIRA, F. de., 1988).

produção nacional<sup>17</sup> e da vontade política de seus detentores, por meio de uma apropriação de “relações não-capitalísticas” (OLIVEIRA, 1988, p. 44) que definiam as relações produtivas e de trabalho, marcadamente na agricultura e na ocupação do campo. “Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas [...] a condição necessária, porém não suficiente” (OLIVEIRA, 1988, p. 28).

Segundo essa leitura, a internacionalização econômica atribuída ao período mais estudado pelas análises territoriais da modernização produtiva só pôde obter êxito mediante a reestruturação da classe dominante e sua construção industrial, seja no campo ou nas cidades; o que corrobora para os estudos de uma configuração territorial consolidada. Isso se deu por meio da formação de “empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2015), associadas ao estrangeiro, porém plenamente nacionais. No que compete ao Estado nacional, cumpriu o papel de fornecer os imperativos para tal processo, referente à infraestrutura, o cenário econômico e a mediação entre o capital e as forças de trabalho<sup>18</sup>. Somente então

as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais [...]. Assim, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial [...]. Isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais *commodities* do campo, estão o trigo, o milho, o arroz, a soja, o algodão, o cacau, o café, o açúcar, o suco de laranja, o farelo e o óleo de soja, entre outras. No Brasil, há também o etanol e o boi gordo. (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

---

<sup>17</sup> “A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva [...]. O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; [...]. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contrarrevolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.” (OLIVEIRA, 1988, p. 75).

<sup>18</sup> Caracterizou esse período no que se chama de *modernização conservadora*. O caminho para a internacionalização e inserção global, que seguiram, foi marcado por uma retração do Estado federal mediante crises cambiais e reformas econômicas de orientação liberal, entre os anos 1980 e 2000, que significaram a superação desse ciclo. Ver Graziano da Silva (1981) e Delgado (2012).

Esse modelo classifica-se efetivamente como o *agronegócio*<sup>19</sup>, por organizar uma lógica de acumulação que atravessa toda a cadeia produtiva, em mecanismos que o autor chama de a *territorialização dos monopólios* e a *monopolização dos territórios*. O primeiro consiste no “controle da propriedade privada da terra e do processo produtivo no campo e processamento industrial da produção agropecuária e florestal”, enquanto o segundo envolve a comercialização das terras por meio da subordinação dos produtores do campo mediante o controle da circulação de sua produção no mercado mundial, sem que haja a intervenção direta sobre a terra (OLIVEIRA, 2015). A exportação de *commodities* agrícolas afirma a mercantilização do cultivo da terra, ao atribuir um valor de base universal, sendo essas cotadas no mercado financeiro em nível de ações e até de moeda<sup>20</sup>.

O modelo de exportação de *commodities*, que representa a especialização e industrialização da produção no campo a partir de todo esse contexto histórico, traduz-se para o interesse desta pesquisa na espacialização da abordagem territorial de Cerrado. Como evidencia-se nos trabalhos, o principal vetor de produção do espaço no Cerrado (isto é, pela ação hegemônica) passa a ser a agropecuária moderna ou agronegócio, que espacializa-se na presença dos *complexos agroindustriais (CAIs)*<sup>21</sup>. Geridos por aquelas empresas monopolísticas, constituem os nós da modernização dos territórios, além de reproduzirem tanto uma estrutura material de produção e circulação de mercadorias quanto uma estrutura social de trabalho e vivência, que são também os alvos das *teses ligadas ao Cerrado*.

Os complexos agroindustriais consolidam-se em um momento de descentralização industrial e flexibilização econômica, em que o molde de modernização passa pela articulação entre o Estado nacional, o capital estrangeiro e o poder local. Mesmo em um ambiente internacionalizado, a instauração desse aparelho produtivo não se deu de forma verticalizada pela imposição do capital estrangeiro, mas em concordância com outras formas da produção nacional. Assim é que o território foi organizado em múltiplas escalas, de acordo com especificidades próprias, marcadas principalmente pelo fortalecimento de oligopólios

---

<sup>19</sup> De tal maneira, o *agronegócio*, enquanto termo cunhado para definir a agropecuária moderna, não possui representação simplista numa acumulação primitiva da burguesia nacional, mas depende intrinsecamente de uma associação ao capitalismo financeiro, conforme evidencia-se na determinação de uma cadeia produtiva que compreende desde a exploração dos recursos naturais até a circulação de mercadorias, sustenta Mendonça (2013).

<sup>20</sup> Cacciamali et al. (2012) analisam que a especialização em produção de *commodities* é uma tendência de todo o continente latino-americano, consolidada por séculos de dependência econômica e que se reforça nos últimos anos pelo aumento nos preços desses bens primários no mercado internacional, principalmente pela ascensão de um custo ambiental agregado. Sobre as *commodities* ambientais na América Latina, nota-se o aprofundamento do trabalho de El Khalili (2009).

<sup>21</sup> Borges (2006) informa que o termo foi primeiramente utilizado nos Estados Unidos na década de 1950, então publicado em literatura intitulada *Agribusiness* (agronegócio).

mundializados (OLIVEIRA, 2015) atrelados à dinâmicas e escalas locais e regionais. Como tal, essas últimas desempenham um papel destacado:

O poder local é fundamental para atrair e desenvolver um processo de agroindustrialização, mesmo diante do poder do capital internacional em criar condições para produzir. A importância do local está na relevância das atividades desenvolvidas, no capital humano e no exercício do poder dos atores sociais, que produzem e transformam o espaço local para que os agentes produtivos possam se instalar. *Assim se incorpora poder ao território.* (BORGES, 2006, p. 06, grifo nosso).

Para o autor, o CAI, “espacialmente, torna-se o principal agente de transformação, juntamente com o Estado, [...] metamorfoseando o espaço [...]. É um mosaico paisagístico e espacial se formando e materializando as relações socioespaciais historicamente distintas” (BORGES, 2006, p. 11). O papel do Estado é reestruturado, porém ainda vital para a organização do território, o que se verifica principalmente na atuação das unidades federativas, que passam a mediar de forma mais determinante os investimentos entre setor público e privado.

No estado de Goiás, destacam-se os programas do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar, descontinuado) e Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), de incentivo fiscal, que contribuíram amplamente para a instalação dos CAIs operantes. Dentre esses, projetam-se atualmente os complexos sucroalcooleiros-sucroenergéticos, que se expandiram na última década e equipararam a produção de grãos e carnes, por razão da abertura de “mercados verdes” para a conversão da cana-de-açúcar em etanol, utilizado como biocombustível.

De tal maneira, os complexos agroindustriais, de todos os tipos, marcam o desenvolvimento regional com força no território goiano, sendo responsáveis pela pujança econômica de municípios como Rio Verde, Goianésia, Jataí, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás, entre outros; sendo da mesma forma objetos de análise recorrentes nos trabalhos sobre o Cerrado, conforme evidenciado. Esse cenário torna tais atividades altamente representativas do arranjo espacial que se apreende do Cerrado como território apropriado e espaço produzido. Corrobora para a afirmação dessa configuração territorial a transformação da paisagem, conforme ilustra a figura seguinte:



Figura 3 - Lavoura mecanizada de cana-de-açúcar em CAI sucroalcooleiro localizado em Goianésia – GO.  
Fotografia do autor (maio 2017).

Silva (2016, p. 47 e 48), em *tese ligada ao Cerrado*, expõe:

Considerando que a relação entre a agroindústria canavieira e o Estado beira ao paternalismo e que este é o seu principal financiador, Goiás se tornou o estado com maior área disponível para receber investimentos no contexto da expansão. Além da ação estatal na esfera federal, há também condições criadas na esfera estadual que incentivam a realização de investimentos da agroindústria canavieira em Goiás. Dentre essas, a principal está relacionada aos incentivos fiscais. Com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico foi criado, em 1984 pelo Governo de Goiás, um programa de incentivos fiscais [Fomentar] que tinha como principal finalidade atrair investimentos em atividades produtivas, sobretudo ligadas ao segmento industrial [...]. As empresas que se beneficiam desse programa [Produzir] deixam de recolher, a título de financiamento, o valor de até 73% do ICMS devido. Esse valor é, a princípio, um empréstimo com juros de 0,2% mensais e sem correção monetária, realizado pelo Estado como forma de incentivar investimentos industriais. As vantagens concedidas sem correção monetária e juros baixos por si só são diferenciais com capacidade de atrair investimentos, no entanto, esse financiamento pode se transformar em subsídio. A legislação que regulamenta o PRODUIR permite que seja concedido desconto sobre o saldo devedor, que pode variar de 30% a 100%, a título de subsídio, para investimentos na instalação ou expansão de unidades industriais. Dessa forma, o PRODUIR possui a capacidade não apenas de financiar, mas de subsidiar atividades industriais no estado.

Deve-se visualizar aqui que essa modernização do campo goiano erguido sobre o Cerrado provém eminentemente de uma alteração artificial de condições ambientais (a exemplo das monoculturas e das pastagens). A exploração desse ambiente não é, portanto, apenas uma extração de recursos naturais, mas envolve a apropriação e modificação do todo das características naturais que lhe espacializam, ou seja, de sua paisagem natural: o relevo e morfologia, o potencial de insolação (fotossintético), os solos e a drenagem, etc.

Da mesma maneira, no que tange à transformação da paisagem, as questões de ordem agrária pautam as transformações socioespaciais no Cerrado partindo do princípio de que estão fundamentadas na privação mercadológica, no processo de se criar riqueza por meio da instauração da escassez sobre a abundância, essa que é característica inerente aos espaços nativos. A desigualdade na distribuição de terras e da renda dos produtos nelas cultivados determina os atores com o maior poder de exploração e domínio de mercado, dando continuidade a esse processo, assim como os identifica também como os maiores vetores da degradação ambiental.

E é baseado nessas relações que, para a abordagem territorial, o processo de modernização traz consigo mais do que a expansão da produtividade e dos lucros, mas reforça, de forma direta, relações de poder que se dão em planos tradicionais de embate de classes e divisão do trabalho, que já ocorriam nos campos do Cerrado anteriormente à sua inserção no mercado global, mas que perante esse advento, porém, são potencializadas. Esse é um cenário que não é exclusivo do Cerrado, mas da conjuntura agrária brasileira em geral, da qual se pode deprender algumas aproximações. Os achados das pesquisas territoriais no Cerrado, da mesma maneira, apontam para essa constatação. Assim é que autores como Graziano Neto (1986) aparecem com frequência nos trabalhos de Geografia Agrária que estudam a modernização agrícola no Cerrado, que têm como referência esses estudos gerais. Para ilustrar, utiliza-se esse autor aqui para afirmar esse contexto:

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição de técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas "modernas": o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado. E, quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários. Modernização, porém, significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se [...]. (GRAZIANO NETO, 1986, p. 26).

O autor chama atenção para as variáveis de caráter social que são afetadas pela mecanização do setor agrícola, num sentido geral, ao denunciar que práticas típicas da produção capitalista, como a apropriação da mais-valia e do trabalho excedente, são elevadas juntamente com o aumento generalizado na produtividade; e novas tensões são criadas entre estratos sociais quando se requer repensar as condições de trabalho, por exemplo, e no caso agrícola, do aproveitamento das terras e uso dos solos.

No âmbito do Cerrado, conflitos como embates entre o que é definido por essas abordagens como *campesinato* e as oligarquias fundiárias são intensificados. A continuidade



dessa lógica de apropriação por tais atores perpetua as mazelas mais locais que se dão nessa porção do território, como: a repressão à movimentos sociais, a violação de direitos trabalhistas, a consolidação de monopólios e de concorrência desleal, a truculência coronelista, a apropriação indébita de terras, fraudes comerciais, a agressão a saúde de populações, a adulteração de mercadorias, a sonegação de impostos, conflitos de interesses, entre outros (REIS, 2014).

Há ainda o beneficiamento de grandes produtores, que têm vantagens institucionais e de mercado pela sua alta representatividade legislativa, a exemplo da forte bancada ruralista presente na Câmara dos Deputados e no Congresso Federal (sobretudo a partir da década de 1960); que representa em primeira instância uma oligarquia agrária transformada em burguesia industrial, como explorado anteriormente.

De tal maneira, o rearranjo do(s) território(s) pelas relações de mercado e os conflitos sociais que dele se originam, no advento da modernização territorial, passam a cingir não apenas rupturas nas condições prévias de produção, mas também, no arcabouço subjetivo que remete as significações de existência de sujeitos ou grupos de sujeitos e sua produção desse espaço – contido, em análise, nas categorias de lugar e de território<sup>22</sup>. Essa consiste, segundo nossos resultados, em tendência marcante das teses sobre o Cerrado no Programa, que remete aos *Estudos sobre cultura e populações tradicionais*. Tal interface reserva as seguintes considerações.

No que tange ao Cerrado, encontra-se uma íntima relação entre a organização dessa modernização de territórios e uma racionalização da produção desse espaço, que se reflete na sobreposição dos significados desse ambiente. A modernização territorial, sobretudo técnica, anuncia a necessidade de planejamento do território por meio da submissão de suas condições naturais, para a sua ocupação. Não por acaso, a concepção de Cerrado como unidade paisagística neutraliza a contestação de suas disputas - tanto no prisma institucional quanto científico - e torna esse ambiente ainda mais fértil para a apropriação econômica capitalista. Nesse sentido, tal relação de substituição semântica manifesta-se pela obliteração de relações não-capitalísticas no Cerrado, que têm nesse território uma existência

---

<sup>22</sup> Haesbaert (2014, p. 39) reconhece abordagens relacionais de região “em outro plano” [que não sejam zonais ou reticulares], que concebem um espaço vivido, enfatizado pelo conceito de lugar, e ao mesmo tempo regionalismos como movimentos políticos, priorizados pelo conceito de território; baseado em uma leitura foucaultiana de poder que o situa tanto na macro (jurídica-legal) quanto microescala (intersocial). “O poder, não sendo tratado como objeto ou coisa, que alguns grupos ou classes detêm e outros não, num sentido absoluto, e não sendo apenas dominação, coercitiva, mas também ideologia, símbolos (o que nos remete à concepção de hegemonia, num sentido gramsciano), permite falar num amplo espectro de diferentes sujeitos e espaços de territorialização.” (ibid, p. 45).

e uma produção de espaço avessas à lógica mercadológica, que é atravessada pelos processos de ocupação e aproveitamento da potencialidade produtiva nesse ambiente.

Enuncia-se aí uma questão não só de apropriação econômica, mas de apropriação simbólica do Cerrado, ao que Borges (2016, p. 164 e 165), em *tese ligada ao Cerrado*, evidencia que

[...] o movimento de substituição da terminologia *sertão* para a identificação de Goiás esteve atrelado ao planejamento de expansão capitalista no interior do Brasil. O que corrobora com essa afirmação foi o fato de as propostas de substituição serem apresentadas em momentos conjunturais, cruciais para esse movimento expansionista. Nesse sentido, as referidas terminologias fizeram parte estratégica da ação ideológica do capital veiculada pelo estado em sua expansão pelo território brasileiro. Nessa condição, a nomenclatura Cerrado consolida-se na década de 1980 como força representativa e de poder simbólico de uma conjuntura de modernização do campo em Goiás, haja vista o fato inspirador estar atrelado à proposta de crescimento de produção de grãos [...]. É com a modernização do campo e a reestruturação produtiva de Goiás, que a estrutura sertão perdeu preeminência. *Nessa condição, a terminologia Cerrado representou então a nova matriz espacial do território goiano.* O termo sertão esteve condicionado à ideia de atraso, condição que na perspectiva de sua superação passaria pela nomenclatura. A proposta era superar o sertão em nome de um novo tempo que reorientaria a organização produtiva de Goiás e o integraria à lógica mundial da acumulação intensificada do capital. Goiás foi ponto estratégico para isso por se constituir na porta de entrada para expansão capitalista no interior do Brasil. O fato que corrobora essa condição foi a intensa intervenção do Estado Nacional em solo goiano a partir do início do século XX. No entanto, entende-se que na década de 1970 que Goiás deixa de ser Sertão e passa a ser Cerrado. Nesse momento, as variáveis externas suplantam as variáveis internas, condicionando o Cerrado como uma nova organização espacial de Goiás. [...] O fato é que a transição Sertão para Cerrado ao transformar a estrutura espacial de Goiás impôs condições reestruturadoras de base socioespacial, o que reverbera na existência do sertanejo goiano, que a partir de então esteve sujeito a uma nova condição existencial, ou seja, a uma (re)existência. (Grifos nossos).

Termos como *(re)existência*, *resistência*, *ressignificação* e *des/reterritorialização* são amplamente utilizados nessas abordagens para determinar processos de recomposição dos sujeitos em suas relações originárias ou formativas com os lugares que lhe conferem identidade, e têm a cultura e conhecimentos tradicionais como fatores de produção do espaço; em oposição à planificação engendrada pela apropriação capitalista, e uma suposta homogeneização inferida pela modernização dos territórios<sup>23</sup>.

Visualiza-se nas pesquisas que as vertentes Agrária e Cultural, predominantes nas teses sobre o Cerrado, compartilham dessa perspectiva. A primeira, no entanto, visualiza a espacialização das subjetividades pelas relações com a terra e a situação de dependência

<sup>23</sup> “Assim compreendemos a (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Nesse sentido, as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, [...] entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. À medida que se organizam forjam uma consciência de classe [...]” (PELÁ & MENDONÇA, 2010, p. 54).

orgânica e simbólica desses grupos para com ela, que resulta, eminentemente, em sua organização socioeconômica<sup>24</sup>. Já a segunda, cultural, evidencia priorizar a investigação das relações em si, no fluxo entre a consciência dos sujeitos e sua noção de identidade espacial ou pertencimento; o que a aproxima de estudos sociológicos e antropológicos, porém com o destaque diferencial de obter dessa condução uma interpretação espacial<sup>25</sup>.

Assim sendo, dentre as teses analisadas, é comum que se encontrem as duas vertentes, Agrária e Cultural, estabelecendo pesquisas complementares, passando por rotina semelhante de procedimentos metodológicos (estudos de caso, entrevistas, pesquisas participativas, etc.) e alcançando teorizações próximas no tocante aos objetos que estudam e compartilham. Fica claro que - em terminologia arraigada nesses trabalhos - não se concebe na Geografia Agrária um campesinato sem que haja o camponês, ou na Geografia Cultural, o camponês sem que haja o campesinato.

A aproximação entre essas vertentes é notória e nos leva à uma refutação da leitura estritamente quantitativa de nossos dados: a tendência de *Estudos sobre cultura e populações tradicionais (Eixo 7)*, tida em primeiro momento como predominante nas teses sobre o Cerrado, só o é pelo fato de estar frequentemente vinculada ao eixo de *Estudos sobre o(s) território(s) (Eixo 1)*. Fato que confere ao Eixo 7 um caráter acessório na maioria dos trabalhos em que é presente – conforme enunciam os termos recorrentes. Os trabalhos que lhe conferem diferença numérica são aqueles que o empregam exclusivamente ou em associação com outros eixos, e estão na verdade em minoria quando comparados com os trabalhos do Eixo 1. *Sendo assim, os Estudos sobre o(s) território(s) revelam-se, em face do desdobramento dessa abordagem territorial, como a tendência predominante nas teses sobre o Cerrado.*

Diante dessas análises, por autores de referência e pelas pesquisas levantadas, verifica-se que a abordagem territorial tem o Cerrado na condição de ambiente espacializado pela apropriação humana de sua materialidade; e que um estado de monopolização das atividades produtivas e de segregação sociocultural o reforçam como espaço produzido.

---

<sup>24</sup> “A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, cotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico. Não foi por acaso que ela foi estruturada quase um século depois da Economia Política. Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática.” (VALVERDE, 2006, p. 15).

<sup>25</sup> Análises afins são fundamentadas pelas obras de Y. Tuan; D. E. Cosgrove; E. P. Thompson; J. Bonnemaïson; E. Relph; entre outros.

Espaço de vastos cultivos em latifúndios, mais do que região de feições nativas. Esse consiste no *território do Cerrado*<sup>26</sup>.

## 2.2 Território: conceituação e ideologia

Por todos os exemplos utilizados para compreender a periodização que fundamenta a abordagem territorial de Cerrado, não é difícil observar uma interpretação viabilizada pelos fatos econômicos, que seriam, pelo método materialista-histórico-dialético, parte de uma ação política que movimentou o território e sua ocupação. De tal maneira, a *apropriação econômica capitalista* consolida-se como processo-chave para o entendimento da produção do espaço no Cerrado, em condição de território. Tematicamente enunciada pela abordagem territorial como matriz dos conflitos e disputas pesquisados. A análise desse processo é originária, porém, mais de uma tendência teórica das vertentes acadêmicas do que dos estudos que a reproduzem. Isso quer dizer que faz parte de uma narrativa anterior à reprodução acadêmica, que reflete o contexto estrutural resultante da forma em que o modo de produção interagiu com as leituras de mundo e realidade.

Ianni (2001) explora que foi no contexto da globalização que houve uma potencialização de racionalidades, no que remete às relações sociais por meio de uma racionalização da ordem civilizatória, tendo esse advento global como ápice de um processo histórico. Por isso resgatou-se, nessa conjuntura, um debate sobre a “modernidade-mundo”, da organização social reinventada, que “coloca o tempo e o espaço como categorias essenciais” (IANNI, 2001, p. 207). Segundo o autor, “elas permitem articular a historicidade e a *territorialidade*, a biografia e a história, o *território* e o planeta, a continuidade e a descontinuidade, a sincronia e a diacronia, a multiplicidade dos espaços e pluralidade dos tempos [...]” (IANNI, 2001, p. 207, grifos nossos). São todos determinantes de uma “dominação política e apropriação econômica de alcance global, próprios das condições e horizontes que se abrem com a *generalização do capitalismo* [...]” (IANNI, 2001, p. 209, grifos nossos).

A “generalização do capitalismo”, pois, é o processo que se intensifica no séc. XX e culmina num mundo efetivamente transformado e cingido de racionalidades impostas, em que esse modo de produção configura no seu indisputado vetor *hegemônico* - de acordo ao

<sup>26</sup> Território *do* Cerrado ou Cerrado como território, destaca-se, não é uma chamada desta pesquisa, mas uma concepção da abordagem territorial e seus estudos. Em nossa perspectiva, por um questionamento epistemológico, preferimos enxergar que tal abordagem estabelece o território *no* Cerrado (como enuncia o título deste capítulo), na condição de procedimento metodológico (categoria de análise) ou construção teórica (conceito) aplicado ao estudo do Cerrado como conteúdo (objeto de conhecimento, novamente numa perspectiva epistemológica).

que incute o termo, propelente de uma dominação, que se assume não ser monolítica, mas em variadas formas. Essa relativização do espaço e tempo, pela racionalização deliberada desse sistema imposto, denuncia fenômenos cabíveis de analisar-se pelo mesmo calibre transformativo e de transitoriedade. Esse cenário é o germe da renovação do conceito e abordagem de território na Geografia, que conforme explorado à frente, tem suas raízes inegáveis nas teorias sociais, e como tal estabelece as suas conjecturas.

Envolvendo de tal maneira essa renovação da prática científica, e mesmo atribuindo a esse fazer novos objetos e métodos, seria necessário, nesse momento, que a análise geográfica realizasse uma introspecção ou uma espécie de meta-investigação sobre suas leituras. Poucos trabalhos se competem a tal, entretanto, e a abordagem territorial, pela reprodução generalizada de seus elementos de análise e periodização, aparenta haver cristalizado uma forma de discurso.

Anjos (2016, p. 223) destaca, para o período em que se consolida essa apropriação capitalista territorial, que as “narrativas ontológicas do Brasil”, mediante tais processos, foram reconstruídas e, portanto, feitas em releituras sobre os padrões socioeconômicos que regem a produção do espaço, “vide a modernização da agricultura e a criação de uma sociedade urbana” – o que posicionou tais reflexões como objetos da crítica científica pautada na abordagem de uma malha social-político-econômica sobre o espaço geográfico.

Não obstante, a “*Crítica à razão dualista*” de Oliveira (1988) é direcionada à noção economicista que teorizava o desenvolvimento nacional, desprovida de imperativos políticos, os quais esse autor chama de variáveis endógenas. Deliberadamente quitada de uma retórica ideológica, portanto, era afeita à racionalização de problemas sociais dentro da lógica reinante de mercado. Filiada a uma teoria “marginalista, neoclássica e keynesiana”, que vislumbrava uma consciência moral apenas por uma “paixão reformista comprometida com o status quo da miséria e do atraso” (OLIVEIRA, 1988, p. 10) – sendo, nesse sentido, dualista. Daí a concepção de binômios como “sociedade moderna e sociedade tradicional”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “moderno e atrasado” (OLIVEIRA, 1988, p. 11). Olvida-se, para o autor, que os antônimos dessa dualidade são elementos criados em interdependência, e que um dito subdesenvolvimento ou atraso são produtos da própria expansão do sistema capitalista.

Castilho (2014, p. 46 e 47), em *tese ligada ao Cerrado*, desenvolve essa ideia ao qualificar uma postura crítica da modernização do território goiano:

As teorias dualistas são “naturalizadas” nas sociedades capitalistas para cindir ou provocar uma cisão no modo de entender o mundo, mas também em função de

interesses que defendem determinado caminho (a exemplo da modernização) como única saída do atraso. De maneira análoga, podemos imaginar um líder religioso a convencer um fiel de que existem apenas duas alternativas para sua vida: o bem ou o mal – o céu ou o inferno. Com esse raciocínio, o líder religioso alcançará seu objetivo com facilidade. O capitalista também está convencido (e quer convencer a todos) de que a modernização é a única alternativa para aquele que não quiser se “queimar” nas “chamas” do atraso. A vida, nesse caso, é reduzida a dois caminhos, caracterizando a alienação dos sujeitos [...]. Como consequência, a modernização é imposta, inclusive no plano teórico, como única alternativa para o desenvolvimento social, alcançando patamares de aceitação não só no meio social como também no campo científico.

A apreensão do território confirma-se como essa alternativa à racionalização de análises sociais baseadas no aporte economicista, mediante o endosso do próprio modo de produção capitalista a essa visão de neutralidade dualista, a fim de perpetuar a sua reprodução. No entanto, denota-se que a resposta ao dualismo estrutural seria a crítica dialética, e que a busca de uma genuína consciência moral seria aquela derivada da teoria social marxista e seu comprometimento em denunciar a luta de classes. Nesse sentido, a análise conjuntural que se pusesse guia às reflexões críticas, seria, da mesma maneira ao racionalismo mercadológico, economicista – em uma moda diferente apenas ao estar imbuída de uma significância social e cultural, que efetivamente, lhe confeririam uma ética universal como bandeira de insurgência teórica.

Resgatemos aqui uma noção citada na introdução dessa pesquisa. Por abordagem territorial, observamos o texto de Castilho e Chaveiro (2010, p. 37), “*Por uma análise territorial do Cerrado*”, que se encarrega de “compreender que dinâmica socioespacial resulta do processo de apropriação desses ambientes do Cerrado, propondo uma efetiva leitura da dinâmica territorial no Cerrado”. Para os autores, a discussão acerca do território, como proposta analítica ao Cerrado, inicia-se primeiramente como contraponto à sua negação enquanto ambiente natural, imanente da produção socioespacial de ocupações “modernas”. Logo, a abordagem territorial, enxergando o Cerrado a partir de relações de poder, quer tratar do sentido político que mobiliza a sua exploração, valorizando sua naturalidade à medida em que gera disputas, com base na apropriação econômica capitalista desse ambiente e os valores que lhe são atribuídos.

O que revelam as teses levantadas, entretanto, é que a maior parte dos estudos que assumem uma abordagem territorial, pelas tendências verificadas, tomam como procedimento o Cerrado para discutir os conflitos socioeconômicos que se dão nessa sua dimensão política, referindo-se a esse ambiente, indiretamente, como um plano de fundo para os processos estudados. Esse recorte temático denota, mais que um caminho metodológico, uma postura teórica: nega ele próprio o meio natural, em sua atribuição ontológica. Mesmo a defesa do

Cerrado como meio de vida para a manutenção de marginalizados e ferramenta de sua emancipação traduz-se, mediante as pesquisas, num projeto sociopolítico para esse ambiente, especificamente *ideológico*.

As análises baseadas nessa tradição histórico-dialética tendem da mesma forma, portanto, a um unilateralismo ao tratar o Cerrado como território. Enquanto o objeto da crítica é verticalizado por uma racionalização do natural - por meio de um cientificismo utilitarista - a resistência intelectual se limita a pautar a “dinâmica socioespacial resultante” como uma abstração estritamente política, conforme evidenciado no perfil e periodização da abordagem territorial.

Esse procedimento, no entanto, não é estranho ao que designa a análise do território. Conforme expõem Santos e Silveira (2002, p. 19 e 20):

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado [...]. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território.

Para os autores, o território como nome político (do Estado), ultrapassa a raça humana no sentido que se equipara à uma construção de um espaço de vivência e reprodução, comum a todos os animais. A territorialidade humana, todavia, é a preocupação com o destino, com a reprodução e a vivência na história, assegurada primeiramente na mediação do Estado, e portanto, de natureza *política*. Na análise sistêmica da constituição do território, a política é representada nas ações realizadas sobre as configurações territoriais condicionais, que são a combinação dos sistemas naturais e das técnicas e culturas:

*O território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise* ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. *A categoria de análise é o território utilizado.* A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira defrontamo-nos com o território vivo, vivendo [...]. As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. *As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real advém das ações realizadas sobre elas.* É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 247 e 248, grifos nossos).

Nessa passagem, os autores fazem um esclarecimento fundamental ao colocar que o território não pode ser entendido superficialmente como uma visão histórica do espaço

geográfico. O *território utilizado*, por sua vez, é a única forma que carrega sentido para a sua abordagem na maneira em que consiste no conceito preenchido pelo fazer histórico, sugerindo, portanto, que o uso ou constituição do território não é um estudo de espaço, mas de preferência um estudo de espacialização ou de produção do espaço; pela ação política sobre uma materialidade territorial que lhe propicia as condições de atuação. Essa materialidade territorial, todavia, não é o que garante a reprodução das dinâmicas territoriais: essa função é exercida pela ação política.

Assim, mesmo que se reconheça os ambientes ou meios como parte da materialidade e configurações territoriais, não cabe a esses objetos uma posição central dentro da abordagem territorial, exercendo assim uma função condicional para a ação política. Na abordagem territorial a Geografia Agrária desemboca em análises da economia política (cf. nota 23) e a Geografia Cultural enxerga o meio natural apenas pelos significados que lhes são atribuídos humanamente – sendo esses resultados de conflitos existenciais motivados pelas disputas políticas que reproduzem os territórios pela “re-territorialização” e as “desterritorializações”.

De certa forma, tem-se nessas análises que as disputas políticas e a “(re)existência” social são seus próprios reprodutores (reterritorializadores), ao travar os embates com o modo de produção capitalista, numa espécie de *uróboro* que evade o folclore “cerradeiro”. A relação fundamental nesse fluxo é de que a conjuntura de sociedade estabelecida pelos meios de produção territorializa-se pela manutenção de suas bases de constituição, eminentemente pela valoração de sua própria epopeia histórica e seu sentido político-ideológico, em detrimento dos aspectos que constituem sua materialidade territorial. Essa é uma feição inerente ao método, como posto.

Evitando o risco de adotar uma postura reducionista, há de se explorar brevemente a concepção de território como conceito. Nesse sentido, aproveitamos do trabalho de Saquet (2010, p. 15), que identifica as seguintes bases para abordagens territoriais:

[...] a partir dos anos 1950-70, por outro foco de interpretação, foi possível identificar e caracterizar, como o texto demonstra, em diferentes países, quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos: a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar [...]. Agrupando ainda, de outra maneira, foi possível apreender três grandes *matrizes* ou *escolas* das abordagens territoriais que foram efetivadas a partir



dos anos 1950-70: a) a primeira, *a partir* das argumentações de J. Gottman, R. Sack e N. Entrikin; b) a segunda, *com* os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin e, c) a terceira, *com* as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, G. Becattini e M. Quaini. A segunda, comumente denominada de *escola* francesa, é mais difundida e conhecida no Brasil, sendo que há uma interação bastante significativa entre autores e argumentações do segundo e do terceiro grupos. (grifos do autor).

O autor esboça um arcabouço muito elucidativo das bases para a abordagem territorial brasileira, indicando, inclusive, onde ela é mais representada. A diferenciação entre essas abordagens (no plural) é importante a fim de apreender, no nível conceitual, o lugar das análises sobre/do território; além de poupar o trabalho de resgatar esses clássicos, na medida em que é possível concentrar-se na conjuntura nacional ou mesmo regional desses estudos. Haesbaert e Limonad (2007), por sua vez, auxiliam nessa compreensão ao elaborar um quadro mais expositivo das vertentes conceituais básicas do território:

QUADRO 10 - As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	Concepções correlatas	Concepção de território	Territorialização		Perspectiva da Geografia	Exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			Principais atores/agentes	Principais vetores		
Jurídico-política	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>fronteiras políticas e limites político-administrativos</li> </ul>	Um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>diversas organizações políticas</li> </ul>	Relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
Cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>lugar e cotidiano</li> <li>identidade e alteridade social</li> <li>cultura e imaginário (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</li> </ul>	Produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>indivíduos</li> <li>grupos étnico-culturais</li> </ul>	Relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>divisão territorial do trabalho</li> <li>classes sociais e relações de produção</li> </ul>	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>empresas (capitalistas)</li> <li>trabalhadores</li> <li>Estados enquanto unidades econômicas</li> </ul>	Relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Adaptado de Haesbaert e Limonad (2007).

Com base nessas colocações, é possível visualizar no método territorial exposto há pouco a predominância de uma perspectiva materialista-histórico-dialética, que privilegia a utilização jurídico-política do território e visualiza a ação humana pelo trabalho e por associação, pelo viés econômico, na atribuição de sentido aos “objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 248), que formam as

configurações territoriais<sup>27</sup>. As dimensões jurídico-política e econômica, diferenciadas no último quadro, visualizam-se - em nosso julgamento - unidas na conjuntura de abordagem periodizada na história recente da modernização dos territórios, que concebem a muito citada relação entre capital e Estado. Portanto, diferentemente desses autores, enxergamos nesse âmbito uma vertente unificada.

No que diz respeito à abordagem culturalista, verifica-se em peso nos trabalhos levantados, embora esteja menos próxima da leitura histórico-dialética do “espaço habitado” estabelecida por Santos (1988), que atribuía uma apreensão perceptiva à paisagem - mesmo que alheio à uma interpretação humanista ou simbólico-identitária -, em uma roupagem bem diferente daquela naturalista<sup>28</sup>. Diante disso, a tentativa de superação de uma visão estritamente materialista de território é proposta por Saquet (2010) e Haesbaert (2014), que é a de produzir uma abordagem territorial *relacional*, ao resgatar a esfera culturalista e das representações, ou, segundo Saquet (2010), em relacionar a ideia e a matéria, numa abrangência econômica-política-cultural do território.

Tal esforço parte, em primeira instância, de estabelecer uma processualidade tanto histórica (de produção social, política e econômica) quanto relacional (de produção cultural e simbólico-identitária), em que “os tempos *histórico e coexistente* estão em unidade, no mesmo movimento” (Saquet, 2010, p. 130, grifo nosso), de forma a abrigar no território as relações de poder multiescalares, de tradição filosófica foucaultiana. Essa apreensão temporal, no entanto, só se desata num espaço geográfico relativo, diferente do “plano de fundo” como era tratado na perspectiva materialista, mesmo por autores como o próprio Raffestin (SAQUET, 2010, p. 77).

Nesse caminho, Haesbaert (2014) substantiva que pela limitação de focos dados por cada conceito a diferentes problemáticas, poderia relativizar-se os próprios conceitos:

Algumas problemáticas constituem o “foco” central do conceito, que sempre evidencia determinadas questões ou relações, deixando outras em segundo plano, reconhecendo sua presença, mas deixando-as como fora de foco. Por exemplo,

---

<sup>27</sup> Não por coincidência, o *meio técnico-científico-informacional*, visualizado por Santos (1994), é tão recorrente em sua obra e sublinha a materialidade da configuração territorial que repousa sobre as técnicas, essas sendo produtos históricos da ação humana.

<sup>28</sup> Para este fim, Saquet (2010, p. 140 e 141) compara em sua obra a visão de paisagem em M. Santos e no cientista italiano E. Turri: “Para Milton Santos, a paisagem tem um caráter histórico, pois seus objetos são criados em momentos diferentes; uma materialidade marca cada época, cada instante da sociedade [...]. Espaço e paisagem são diferentes, mas estão relacionados, numa relação de *aparência-essência*. A paisagem também é distinta da configuração territorial, embora seja *uma parte dela*, perceptível, visível, através dos sentidos, fotografias e mapas. Já na perspectiva de abordagem humanística, [...] para Turri (1974 e 1979), a paisagem significa um conjunto de signos organizados socialmente, resultante de elementos *funcionais*, como estradas, pontes, casas, fábricas, cidades, áreas cultivadas, etc.; [...] referimentos simbólicos do *espaço vivido*.” (grifos do autor).

enquanto “espaço” coloca seu foco no caráter de coexistência e coetaneidade dos fenômenos (sem, obviamente, reduzir-se a ele), “território” discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço [...]. Assim, o conceito não nega todo um complexo conjunto de outros conceitos que jogam seu foco sobre outras problemáticas e dimensões e que, no conjunto, formam uma complexa família de conceitos, dentro da correspondência a um determinado campo de pensamento filosófico. Podemos então definir, no interior da Geografia, uma constelação ou sistema de conceitos que, mergulhados na categoria espaço, *se ordenam e se reordenam constantemente a partir das problemáticas que enfrentamos* e das bases teórico-filosóficas que acionamos para melhor defini-las e enfrenta-las – sempre cientes de que a percepção clara da problemática é o ponto de partida fundamental. (HAESBAERT, 2014, p. 29 e 32, grifos nossos).

A leitura relacional do autor, portanto, não se limita a uma postura metodológica mas estende-se mesmo a um panorama epistemológico de atribuição de competências analíticas e na criação das ferramentas de análise dos fatos objetivos. Essa seria, enxergamos, sua alternativa a sucessivos entraves conceituais nas concepções territoriais, como a referida anteriormente de Santos e Silveira (2002), que dissocia o território conceitual do espaço geográfico ao priorizar um território usado; ou aquelas destacadas por Saquet (2010, p. 81), que aponta o entrave materialista de Raffestin, que tinha o espaço como palco; ou a de Dematteis, que tinha o espaço como uma “metáfora de relações territoriais”.

O fato de tais abordagens dialogarem de forma tão labiríntica talvez se explique pelo ímpeto ideológico dos autores, nessa leitura relacional, de atribuir um fazer social mesmo à teoria, ultrapassando a proposta analítica do território e atribuindo a esse conceito uma importância praxiológica, semi-normativa. Como destacado pelo próprio Haesbaert (2014, p. 30), “todo conceito, em síntese, sem se confundir com ela, possui também uma natureza política – como todo campo do saber, num sentido foucaultiano”. Nesse sentido, Saquet (2010, p. 127) elabora a indissociabilidade entre ideia e matéria na proposta que chama de “(i)material”, que se apoia “na noção de espaço construído socialmente, tanto objetiva quanto subjetivamente”:

Dessa maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. *A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital.* A rotação do capital também é envolvida por signos, significados e forças políticas. (SAQUET, 2010, p. 130, grifos nossos).

O espaço construído socialmente - em contraponto a uma sociedade construída espacialmente - demonstra a aproximação dessa leitura relacional com uma disposição espaço-tempo relativista, que confere uma flexibilidade conceitual ao território, explorada por esses teóricos. “A produção do conhecimento e do pensamento é processual e relacional, como resultado e condição da relação espaço-tempo” (SAQUET, 2010, p. 16). Essa é a

máxima epistemológica que permite a essas abordagens a dissolução de sua materialidade para uma imaterialidade econômica-política-cultural: “passa-se de estudos do território de matriz biológica [...] entendendo o território como base ou conjunto de recursos naturais, para abordagens processuais-relacionais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder [...]” (SAQUET, 2010, p. 17). Essa imaterialidade ou materialidade relacional, no entanto, só efetiva-se mediante essa elevação epistemológica que socializa o ato de análise, ou seja, lhe imprime um valor político.

Dentro dessa leitura relacional, Haesbaert (2014, p. 42) afirma ele mesmo até uma superação da dicotomia sujeito/objeto. Essa leitura, em seu contexto geral, mede o que é realidade por meio de artifícios (“arte-fatos”, para o último autor) postos, ou aquilo que é produzido – socialmente - em detrimento de qualquer materialidade apriorística. Sua relativização concentra-se em demonstrar a visualização de relações internas ao próprio conceito, mais do que sua interação com variáveis externas conflitantes. Estabelece-se uma infinidade de modelos teóricos, empregando amplamente termos como redes, nós, malhas, tessituras, formas, conteúdos - verticais/horizontais e em disposições afins - que derivam-se em discussões sobre seus diferentes entendimentos de processos internos como territorialidade, territorialização, desterritorialização, desreterritorialização, entre outros, em relações frequentemente autodenominadas de complexas e contraditórias.

Logo, as abordagens territoriais, concebidas conceitualmente como fruto de uma crítica à racionalidade moderna e modernizadora – tida como criadora da “dominação social” que têm como objeto de escrutínio -, propõem-se claramente a questionar não apenas as relações sociais reinventadas mas o próprio espaço do fazer científico, que no caso da Geografia, consiste em praticá-la primeiramente como ciência social, e mais ainda, em abrigar uma perspectiva ideológica em seu aporte teórico-metodológico. Para o próprio Saquet (2010, p. 129), “as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle *do* e *no* espaço geográfico”. O espaço *é tornado* território pela apropriação e dominação social (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 43).

O que ocorre é que temos uma nova realidade ao mesmo tempo altamente tecnicada/informatizada e dependente de redes materiais de alimentação/energia (que se esgota). Dentro desse novo contexto, a relação espaço-tempo, a realização espaço-temporal da sociedade, torna-se muito mais complexa, marcada por múltiplas formas de organização territorial e, assim, por uma intensificação daquilo que denominamos multiterritorialidades (Haesbaert, 2004). É essa, de algum modo, a problemática central enfrentada por esse livro: a multiplicidade contemporânea de tempo-espacos, mobilizações e fixações, aberturas e fechamentos territoriais, e que reforçam práticas ligadas a uma percepção de crescente incerteza e insegurança, uma espécie de “vida no limite” ou “nas fronteiras”. Como argumentou Prigogine (1996), enquanto “a ciência clássica privilegiava a ordem, a estabilidade”, “em todos os

níveis de observação reconhecemos agora o papel primordial das flutuações e da instabilidade”, as quais aparecem associadas às noções de “escolhas múltiplas” e “horizontes de previsibilidade limitada” (p. 12). Assim, “as leis fundamentais agora exprimem possibilidades e não mais certezas” (p. 13). (HAESBAERT, 2014, p. 14).

A essência do conceito, pois, parece intentar para a abstração de todo o contexto caótico marcado, centralmente, pela filosofia da reificação que permeia o modo de produção capitalista e as lógicas impostas pela reinvenção instrumental ou utilitarista do mundo social. Da mesma maneira, é o que apontam os objetos de estudo das próprias abordagens territoriais e mais ainda, sua periodização histórica, conforme demonstrado em nossa amostra. Nesse sentido, o território é concebido não apenas como categoria de análise, mas como dimensão objetiva, como produto da coletividade civilizatória e das relações de poder implícitas a ela - o que por si só denota a visão ideológica de ciência que o sustenta, em primeiro lugar, por legitimar o embate proposto.

Mesmo que muito forte na Geografia, porém, não é consenso de que a abordagem territorial seja um cânone científico do espaço produzido pelas sociedades, por meio da crítica ideológica ao modo de produção capitalista, em que é concebido. A título de ilustração, Comparato (2011) analisa que os principais elementos formadores da civilização consistem na mentalidade coletiva e na organização social. Importa a noção de *mentalidade* do pensamento historiográfico de teóricos não-marxistas, como os franceses L. Febvre e F. Braudel, para reiterar que “as ideias e os valores predominantes em uma sociedade não são mero produto de suas condições econômicas, mas mantêm uma certa autonomia em relação a estas e, muitas vezes, as engendram e transformam” (COMPARATO, 2011, p. 251). Já a organização social, ainda para esse autor, trataria das relações de poder e sistemas normativos; sinalizando, ao nosso entendimento, que as dinâmicas territoriais *não* são inerentes à coletividade ou à civilização em sua inteireza, como se quer afirmar<sup>29</sup>. Ao dizer do projeto civilizatório capitalista, o próprio Harvey (2011, p. 130) ressalva brevemente:

Se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma manifestação de algum anseio humano universal ou um produto específico das paixões da classe capitalista, jamais saberemos. O que pode ser dito com certeza é que a conquista do espaço e do tempo, assim como a busca incessante para dominar a natureza, há muito tempo tem um papel central na psique coletiva das sociedades capitalistas. Apesar de todos os tipos de críticas, acusações, repulsas, e movimentos políticos de oposição, e apesar das consequências involuntárias maciças na relação com a natureza que são cada vez mais perceptíveis, ainda prevalece a crença de que a conquista do espaço e do tempo, bem como da natureza (incluindo até mesmo a natureza humana), está de algum modo a nosso alcance.

---

<sup>29</sup> Saquet (2010, p. 78) cita essa noção como basilar ao pensamento de C. Raffestin, à medida em que este retomou as reflexões de M. Foucault em sua apreensão de território.

De tal modo, mesmo que se conceba uma noção não-capitalística da configuração territorial, evade a sua completude que a relação dialética de maior peso na contestação ao dualismo se refira à interação sociedade-*natureza*. Essa, em sua essência, apresenta-se como central à abordagem territorial à medida que implica as *hegemonias* econômicas de ação política como vetores da *dominação* social pela produção e pelo trabalho – *transformação da natureza*. Isso situa o capitalismo e seus representantes como antagonistas, naquela luta de classes pela “riqueza do homem”<sup>30</sup>, que haveria de desmistificar a “ciência burguesa” e sua mímica social de um conhecimento natural. No entanto, atentamos para a impressão de que essa “conquista do espaço e do tempo”, a ser exposta geograficamente pelo território, parece não percorrer todo o caminho até a transformação da *natureza*, e essa interação social-natural que outrora seria central a essa abordagem não é abarcada.

Ao que se entende, pois, a conquista do espaço e do tempo pela burguesia ou pelo *Capital* (como sujeito mistificado), em sua abrangência mais estrutural, consiste no projeto último da dominação social, e não da interação com a *natureza* em si. Dominação essa na condição de fato objetivo, párea a qualquer outra realidade dada do espaço e tempo, a exemplo da própria *natureza*. Logo, o reconhecimento desse espaço-tempo disputado objetivamente realiza-se na análise social como reflexo da realidade. Na forma de conceito científico, legitimado pela teoria, que por sua vez, impulsiona a sua racionalidade revolucionária. É Löwy (1996) quem bem sublinha que a *ideologia, em termo geral, reside no materialismo histórico-dialético pela sua natureza transformadora da realidade*. Isso implica que o fazer científico contemplado pela teoria marxiana e suas derivações denuncia a neutralidade dualista como ideologia antagônica; e como tal, assume para si a face *ideológica oponente* que resgata – ou, para o último autor, utópica - no sentido que é subversiva, inconformista<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Pegamos o termo emprestado do memorável ensaio marxista de L. Huberman, “*A História da Riqueza do Homem*” (1979).

<sup>31</sup> “Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo [ideologia] em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade [...]. Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real [...]. Para Marx, claramente, ideologia é um termo pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante [...]. Mas o conceito de ideologia continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha um outro sentido, bastante diferente: a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece, então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc. Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe.” (LÖWY, 1996, p. 12).

Logo, a base jurídico-política-econômica (conforme os termos do Quadro 10) da análise territorial é ideológica ao passo que, ao determinar uma noção de dominação social do espaço ou do espaço-tempo (seja no tempo histórico ou no tempo coexistente), concilia a análise com a realidade analisada, e circunscreve logo de início a problemática que há de admitir. Sendo assim, atribui a realidade socioespacial dualista à ideologia hegemônica, e concebe ter aberto à análise uma realidade exposta em que o espaço é evidenciado pelo seu controle, em uma perspectiva contra-ideológica. Analisar as relações de poder pela dominação social no espaço, assim, é um estatuto que entende que há uma dominação social por relações de poder no espaço.

De tal maneira, no momento em que se propõe uma contestação do *status quo*, uma alternativa à racionalidade dualista pela racionalidade dialética historicista, é necessário admitir que ambas definem os fatos objetivos pelos fatos analíticos, no prelo das ciências sociais, ou aquela indistinção entre *sujeito e objeto* lembrada por Haesbaert (2014); que é na verdade bem anterior à perspectiva de espaço relacional e se encontra no embate de teorias sociais conflitantes como foram o marxismo versus o positivismo, como demonstra Löwy (1996). Esse é um tópico de primeira importância para nossas reflexões, que expandiremos no terceiro capítulo.

É indispensável que esteja claro, entretanto, que a conceituação do território não se reduz ao materialismo histórico-dialético e tampouco a abordagem territorial, na variedade de trabalhos em que se apresenta, é estritamente materialista. Essa vertente se destaca em nossa análise por motivo de sua marcada presença em uma noção primordial do território, que diz respeito às disputas e relações de poder situadas historicamente, como determinantes de arranjos espaciais, principalmente pela riqueza produzida e sua distribuição, o que remete aos estudos socioeconômicos e o resgate do viés marxista da luta de classes.

Ademais, a reprodução desse movimento histórico estaria encaixada, em tal teoria social, na sua abrangência superestrutural, segundo sua terminologia, que seria o habitat de uma genuína discussão ideológica, como concordamos em chamar. Há, todavia, uma dimensão ainda mais profunda na apreensão de território, que é a própria catálise da produção

---

“É por isso que em sua primeira formulação filosófica, na 11ª Tese sobre Feuerbach, ele [Marx] diz: o problema não está em interpretar a realidade, mas em transformá-la. Logo, o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa *transformar* a realidade, visa uma transformação revolucionária. Trata-se portanto de compreender a realidade para transformá-la revolucionariamente a partir de um ponto de vista de classe, do ponto de vista das classes dominadas [...]. Isto, obviamente, se aplica também à análise das ideologias e é por isso que uma análise dialética das ideologias e das utopias ou das visões de mundo tem que começar com a distinção essencial entre aquelas visões de mundo que visam manter a ordem estabelecida, as ideologias, e aquelas que visam ou aspiram transformá-la, que são as utopias.” (ibid, p. 18, grifos do autor).

da riqueza e remete àquela interação sociedade-*natureza*, que na maioria das vezes é reduzida nas pesquisas de modo a ser reconhecida somente pelo valor ideológico, do favorecimento unilateral das classes em disputa, como temos demonstrado.

Quando se fala, por exemplo, de apropriação do ambiente, muito é dito dos conflitos, das territorializações, e do *território usado*, enquanto o debate sobre o território como materialidade sugere uma deturpação que possa levar a um tortuoso determinismo, seguramente negado apenas por outra noção do materialismo histórico-dialético: o de priorização histórica da *natureza* ou da *natureza* como parte integral da história social<sup>32</sup>.

Como tal, reforçamos que a abordagem territorial como um todo é ideológica por conter-se nessa esfera de superestrutura, mesmo quando praticada em outras fundamentações teórico-metodológicas<sup>33</sup>, pelo fato de que compartilha dessa raiz materialista histórico-dialética que entende o território como dimensão de superfície social, sobreposta a uma materialidade física já superada pela análise. As territorialidades e seus processos intrínsecos, portanto, são o objeto de estudo da maioria das pesquisas territoriais, não diferente na maioria das pesquisas sobre o Cerrado (notadamente nas pesquisas *ligadas ao Cerrado*), a despeito do Cerrado em si.

Assim, ao falar de apropriação do ambiente - novamente em sobreposição a categorias paisagísticas e naturalistas - há uma insuficiência que delinea limites à abordagem territorial, que aparece especialmente em sua apreensão dos conteúdos naturais. É no debate sobre as disputas de racionalidades, sobre a justiça social e sobre os sentidos do desenvolvimento, sobre a riqueza, o trabalho e a política, que está a força dessa abordagem. E é por essa força discursiva que o território ganha espaço na Geografia, tornando conceitos

---

<sup>32</sup> “De fato não podemos ignorar, principalmente no âmbito da Geografia, que a definição de território precisa levar em conta a dimensão material e/ou natural do espaço, mas sem sobrevalorizá-la. É importante não esquecer que há sempre uma base *natural* para a conformação de territórios e que, dependendo do grupo social que o produz (por exemplo, as comunidades indígenas), a relação dos grupos sociais com a *primeira natureza* pode mesmo ser primordial na sua definição. As diferenças naturais atuam em si mesmas como uma espécie de território – neste caso preferimos utilizar o termo *domínio natural* - que, com a modernidade e sua dinâmica tecnológica, acabaram bastante relativizadas. Hoje, entretanto, com a intensidade das transformações sócio-econômicas, de efeitos imprevisíveis, essa relação volta a receber atenção. Ecossistemas, biomas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade são concepções que, sob prismas distintos, evidenciam esse *retorno* a uma natureza indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade.” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 46, grifos dos autores).

<sup>33</sup> Assim é que, mesmo numa perspectiva relacional de espaço-tempo, que concebe a formação socioespacial além do historicismo, priorizando o tempo de vivência e as relações de poder no âmbito antropológico e psicológico, os valores atribuídos a uma diferenciação entre o global e o local, o moderno e o tradicional, o homogêneo e o heterogêneo - e as relações que definem lados opostos na territorialização - ainda partem de um discurso ideológico de dominação social e política, que também diz respeito às disputas seculares na produção de riqueza, porém ligado a uma noção de ética humanista. Em aspectos gerais, visualiza-se uma dicotomia que emana da dialética historicista, e que diferencia-se do dualismo que critica apenas por reconhecer uma interdependência causal entre seus binômios, sem que os tenha abolido.



essas noções, o que também emana do materialismo histórico-dialético como teoria social crítica e vertente de intento transformador. Esse movimento de sobreposição é visível no caso do Cerrado, e diante disso, sua atribuição como “ambiente apropriado” coloca questões significativamente mais complexas.

### **2.3 A paisagem do Cerrado e a apropriação do ambiente**

Vimos até aqui que em seus principais aspectos, o território como categoria de análise se qualifica como uma ferramenta espacial da crítica social na Geografia; e que como conceito consiste em alternativa à uma racionalização teórica do espaço. A base da abordagem territorial do Cerrado, portanto, é de que há uma *territorialização da apropriação econômica capitalista* nesse ambiente, que por sua vez cria e mantém os processos derivados de desterritorialização e reterritorialização que propõem tais análises. Esse processo, ao dizer do Cerrado, aponta que há uma apropriação socioespacial do meio natural que forma o Cerrado e abriga os seus sujeitos e atores.

A delimitação do Cerrado como região geográfica não abarcou uma proposta territorial, entretanto, e a materialidade inerente à sua construção teórico-metodológica tampouco considera uma configuração territorial em qualquer sentido que fomente a ação humana, política ou social. O Cerrado é antes de tudo, pois, um ambiente disposto em *paisagem natural*. De tal modo, a visualização desse aparato territorial no Cerrado exige, em primeira instância, a superação de uma perspectiva paisagística que muito difere daquela entendida pela leitura social – seja ela materialista ou relacional - de espaço.

Tal perspectiva sobre o Cerrado, em termos gerais, é comumente um esforço categórico que se resume a uma exposição didática de suas feições físicas, e mesmo dentro da esfera acadêmica, salvo por iniciativas mais recentes, acaba restringindo-se a um campo ou disciplina específicos, ainda que se queiram analisar variados fatores que perpassam diversas competências. Para uma pesquisa aprofundada de Cerrado, geralmente se fazem necessárias as observações de solos; relevo; clima; vegetação; biodiversidade; demografia; economia; etc., mas ainda assim há controvérsias em se classificar este objeto de estudo, quando não é logo tido, aos méritos das ciências biológicas, como um *bioma* (REIS, 2014).

As divisões atuais dos biomas surgem paralelamente aos estudos ecológicos, ainda no século passado, acompanhando a delimitação de *ecossistemas*, determinantes de certo grau de homogeneidade de fatores bióticos e abióticos. Seguindo uma tradição biologista de classificações sistêmicas das ciências naturais de então, o esforço contínuo das comunidades científicas foi o a identificação dessas áreas específicas em diversos ambientes

do planeta, derivado das tendências de sistematização dos objetos de estudo de variados campos acadêmicos.

Na análise geográfica, porém, haveria uma preocupação imediata em destacar nesses conjuntos não apenas a homogeneidade que se verifica em suas qualidades, mas a sua heterogeneidade, ou aquilo que diferencia cada um desses (eco) sistemas de outros. Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que o estudo e a concepção de Cerrado são de importância à Geografia primeiramente por tratarem da espacialização das diferenças, tanto a modo descritivo quanto a modo interpretativo.

No contexto dos estudos que conferiram um significado natural à região de Cerrado, mantém-se invariável que consistiram, na ciência geográfica, nos expoentes de uma produção que se classifica, em distinção arcaica, porém ainda prática, de Geografia Física. O termo é demasiado amplo e não representa um contraponto direto ao que se chama de Geografia Crítica - que possui um caráter mais contextual - ou Geografia Humana, considerando várias tendências que adotaram essa nomenclatura ou outros “humanismos”. Denota, de qualquer maneira, um fazer científico distinto das vertentes mais “emancipadoras” na Geografia, mantendo-se fiel a tradições mais cristalizadas no rol das ciências naturais. Como coloca Sanjaume (2011, p. 102),

A geografia física tem suas raízes nos conceitos da ciência positiva e empírica, nas perguntas que faz o homem sobre a natureza. Seu desenvolvimento teve lugar nas ciências naturais dos séculos XVIII e XIX, se baseia na apreciação darwinista da mudança através do tempo, e aspira entender os ambientes da terra através dos métodos científicos positivistas. O núcleo da geografia física científica é o estudo dos processos que têm lugar sobre a superfície da terra, ainda que inclua o conhecimento do meio em relação a sociedade e as modificações humanas dos processos naturais. Muito pronto se fez evidente que os eixos climatológicos, hidrológicos e geomorfológicos podiam ser reduzidos a leis matemáticas e geométricas, colocando-os, portanto, como parte de um fenômeno global mais do que uma anomalia local. (tradução nossa).<sup>34</sup>

Por “fenômeno global” entende-se não uma referência ao advento civilizatório, como soa a princípio, mas no sentido de um modelo teórico-metodológico universalista, em contraponto a que fosse qualquer fenômeno tópico e localizado, como seriam aqueles das formulações não-físicas, que tratassem dos objetos de complexidade antrópica. Nesse âmbito,

---

<sup>34</sup> “La geografía física tiene sus raíces en los conceptos de la ciencia positiva y empírica, en las preguntas que se hace el hombre sobre la naturaleza. Su desarrollo tuvo lugar en las ciencias naturales de los siglos XVIII y XIX, se basa en la apreciación darwiniana del cambio a través del tiempo, y aspira a entender los ambientes de la tierra a través de los métodos científicos positivistas. El núcleo de la geografía física científica es el estudio de los procesos que tienen lugar en la superficie de la tierra, aunque incluye el conocimiento del medio en relación a la sociedad y las modificaciones humanas de los procesos naturales. Muy pronto se hizo evidente que los hechos climatológicos, hidrológicos y geomorfológicos podían ser reducidos a leyes matemáticas y geométricas, por tanto poniéndolos como parte de un fenómeno global más que de una anomalía local.”

a paisagem que se preza, portanto, não é uma esfera representativa, produzida socialmente, mas advém de uma empiria precisa que impera em prioridade o entendimento natural de espaço geográfico – leia-se, nesse discernimento, da superfície terrestre.

As aproximações de *fisiologia da paisagem* foram as principais representantes desses estudos. Contêm uma paisagem, ao dizer de Troll (1997), que consiste no objeto definitivo da Geografia, mais do que um espaço geográfico, uma visualização da unidade espacial que abriga os fenômenos que a configuram. Segundo o autor, “toda paisagem se apresenta ao geógrafo dotada de uma certa fisionomia” (TROLL, 1997, p. 02), ainda que, como reconhece, a paisagem possa se distinguir, conceitualmente, em uma competência fisionômica e noutra funcional. A última conteria as paisagens econômicas e culturais, em oposição àquelas naturais, admitindo que

Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em um ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria investigação do geógrafo. (TROLL, 1997, p. 03).

Admite o autor uma distinção temporal que reflete, metodologicamente, em diferentes caminhos para a análise geográfica, ao que fosse creditar mérito a uma contestada “Geografia Regional”, naquele momento. Mantém, entretanto, que as paisagens são sempre “enquadradas por limites naturais das outras paisagens de caráter distinto” (TROLL, 1997, p. 04), logo atribuindo à sua apreensão uma concepção invariavelmente areal, que sustenta os estudos paisagísticos provinciais.

Já para Bertrand (2004), tal flexibilidade metodológica sobre a paisagem, no que comumente era concebida como um recorte de homogeneidades, consistiria num problema essencialmente de método. Defende o autor que por uma “hipertrofia da pesquisa geomorfológica e por graves carências, em particular no domínio das ciências biogeográficas” (BERTRAND, 2004, p. 141), houve um afastamento do entendimento de paisagem da geografia física tradicional pelo seu uso arbitrário em geografias regionais, que quisessem falar de ordens mais específicas de paisagem como paisagem vegetal, paisagem climática, etc. Exemplifica com a concepção de ecossistema, que evadiria escalas em favorecimento de uma análise sistemática. Ressalta, porém, que “nenhuma tipologia sistemática permite lançar claramente o problema da representação cartográfica” (BERTRAND, 2004, p. 143), logo, não seriam conceitos geográficos. De tal modo, em sua síntese, a paisagem deveria ser tomada como objetiva, indiferente aos recortes, e que a “delimitação sistemática das paisagens em unidades hierarquizadas” (BERTRAND, 2004, p. 144) só poderia ocorrer em razão de escala.

Sua crítica situa-se, em primeiro lugar, à taxonomia tópica dos estudos regionais, ao passo que ele concebe a paisagem como uma “entidade global”, em que concorre tarefa de “procurar os mecanismos gerais” (BERTRAND, 2004, p. 148).

De tal maneira, no que tenha ocorrido um contínuo descolamento metodológico na abordagem de paisagem na Geografia Física, os estudos regionais que empregavam a delimitação provincial como finalidade última - ao que se opunha o último autor em favor de uma Geografia Física sistêmica – marcaram o emprego de uma hierarquização funcional da paisagem; e por associação, uma aproximação de seu “potencial” natural tornou-se mais factível do que nessa apreensão “global” de uma Geografia da superfície terrestre. Reforça-se, por essa tendência, que uma noção funcional da paisagem tenha retido uma roupagem de área delimitada, pela proximidade de sua escala<sup>35</sup>.

Não diferente, foi essa a tendência que marcou a regionalização institucional do séc. XX no Brasil e esteve presente nos estudos de Waibel (1948, 1955), ao delimitar as “zonas pioneiras”, assim como marcou em grande número as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>36</sup>. O que Waibel (1955) situou como zonas pioneiras não se refere, entretanto, à uma mera classificação naturalista, pois assume a tarefa da identificação de potenciais econômicos, mediante as fronteiras naturais. Compara, com suas ressalvas, a marcha varguista no Brasil com a *frontier* estadunidense, que consistiu no hostil ambiente que foi “vencido” pelo Estado norte-americano, anteriormente à sua consolidação como potência mundial. O geógrafo russo Grigoryev (1968, p. 80), situado em um contexto político semelhante de desenvolvimentismo nacional, traça uma síntese bastante elucidativa sobre essa aproximação dos estudos paisagísticos com um aproveitamento econômico:

O tema e as tarefas das ciências físico-geográficas, acima mencionados, revela que, como regra, elas investigam os fenômenos naturais de considerável importância para a expansão da produção. Elas estudam leis, conhecimentos e utilizações para a

<sup>35</sup> Na esteira da Teoria Geral dos Sistemas, a noção de escala temporo-espacial em Bertrand advém da classificação de A. Cailleux e J. Tricart (BERTRAND, 2004). Em sua classificação taxonômica da paisagem, define o *geossistema* (originalmente em V. B. Sothava) como grandeza da paisagem global compatível com a organização do espaço e com a escala humana, logo sujeito à uma ação antrópica. Ação antrópica, porém, como agente nos fluxos de matéria e energia do sistema, numa lógica termodinâmica. Diante dessa leitura, concebe anos depois (BERTRAND; BERTRAND, 2007) uma abordagem revisionista, com o esquema GTP (geossistema-território-paisagem), em que reconhece dimensões socioeconômicas e socioculturais como mantenedoras de uma dialética com os sistemas naturais. Não se pode, contudo, interpretar tais relações dialéticas dessas leituras como uma incorporação da crítica geográfica nos procedimentos de classificação paisagística formal, no sentido de que não abrange que tais dimensões sejam objetos de estudo nessas formulações, mais do que aproximações interdisciplinares. A relação dialética fonte-recurso aí residente ainda é das trocas de matéria e energia no meio físico.

<sup>36</sup> Como um todo, o IBGE atuou desde os anos 1930 como um centro formador de geógrafos, propagando vertentes específicas da Geografia; continuamente fortalecidas pela recorrente estada de geógrafos estrangeiros no país, com destaque aos franceses, como P. Deffontaines, P. Monbeig, P. George, J. Tricart, M. Rochefort, F. Ruellan, entre outros (MOREIRA, 2014).

solução correta de muitos problemas práticos. Esta aplicabilidade prática tem sido sempre de especial importância para o desenvolvimento das ciências geográficas. Ao mesmo tempo, seu valor prático cresce à medida que elas se desenvolvem. Seu papel, em particular, é especialmente grande nos países socialistas em condições de economia planificada e exploração e desenvolvimento planejado dos recursos naturais, na utilização de terras aráveis, técnicas agrônômicas diferenciadas, no combate à erosão e solos áridos, no desenvolvimento da irrigação e suprimento de água em regiões secas, etc., na projeção de usinas hidrelétricas e na previsão das alterações de longo alcance na natureza e no desenvolvimento econômico de áreas circunvizinhas, na implantação de ferrovias, rodovias, oleodutos e gasodutos e na construção de sistemas de irrigação, de estruturas de melhoria das terras e canais de navegação; no estudo de problemas da silvicultura, pesca, caça, elaboração de métodos de prospecção mineral, etc.

O autor ilustra um cenário um tanto semelhante ao que haveria de se verificar no Cerrado, “no outro lado do mundo”, de uma apropriação econômica que se serve do conhecimento geográfico das paisagens, num viés físico-naturalista que além de descritivo é “funcional” o suficiente para atribuir ao método geográfico esse papel colonizador. Ironicamente, no entanto, a base para uma racionalidade dualista, intrínseca a noção de desenvolvimentismo, está alojada nesse caso na apropriação socialista do Estado soviético, e não num projeto de expansão capitalista – o que leva a refletir novamente sobre as legitimações ideológicas da crítica que lhe é feita<sup>37</sup>.

De qualquer modo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [2012]), não se falou de Cerrado até 1943<sup>38</sup>, quando o termo foi então introduzido pelo geógrafo Lindalvo Bezerra dos Santos, no que esse órgão considera como a primeira divisão “fitogeográfica puramente fisionômica, acompanhada de terminologia regionalista” (IBGE, 2012, p. 31), inaugurando uma classificação regional das paisagens baseada nas formações vegetais, base para o discernimento atual dos biomas nacionais. Em contraponto a essa nomenclatura ela própria regionalista, o termo mais assimilado internacionalmente, da “savana brasileira”, ao caracterizar um contínuo paisagístico, se refere ao Cerrado como denominação biológica, baseado em qualidades gerais que o constituem na condição de

---

<sup>37</sup> Não era incomum, aos autores russos, pautarem suas análises físicas pelo aproveitamento dos ambientes. A classificação geossistêmica de V. B. Sotchava (1978), que trata da investigação genética das paisagens naturais, concebe uma ambição quantitativa em condicionar a realidade observada em modelos rígidos ao propor como finalidade a “revelação de leis concernentes ao meio natural” (ibid, p. 19). Já I. P. Gerasimov (1983) vislumbrava mesmo uma ecologia racional com a missão de incorporar a produção industrial moderna e o consumo de recursos naturais aos “ciclos gerais de transformação de energia”, admitindo para essa mediação uma racionalidade socioeconômica; que agregasse uma variabilidade metodológica a esses estudos, porém, advertindo que uma sobreposição das análises poderia causar uma confusão teórica. Nos demonstra que essa rigidez empírica - que naturalizava mesmo a transformação industrial de energia como parte de um ciclo natural - já era próxima à uma apropriação econômica dos ambientes que, daquele lado do mundo, não ocorria por nenhum projeto capitalista, porém, pelas mesmas bases científicas.

<sup>38</sup> Há uma discreta discordância, entretanto, que atribui o primeiro uso do termo ao botânico dinamarquês E. Warming, em sua obra *Lagoa Santa*, originalmente de 1892 e no Brasil em 1908, para caracterizar as estepes campestres brasileiras compostas de “vegetação xerofítica” (IBGE, 2012, p. 109). No entanto, apenas a contextualização de L. B. Santos (1943) o teria como representado em sua forma *lato sensu*.

sistema. Do mesmo modo, passa a se visualizar o Cerrado em escala regional ou senso estrito como um perfil específico de vegetação, ou uma fitofisionomia delimitada por rigorosa taxonomia, que é tida como a predominante desta área homônima que se quer definir no campo geográfico.

Certamente que o caminho para a sistematização fisionômica da paisagem, ao utilizar das formas florísticas ou botânicas para delimitar a homogeneidade de uma região natural, não foi exclusiva da ciência geográfica e desde sua concepção se apoiou na biologia para ser viabilizada. Não deixam de ter, entretanto, o mesmo aporte naturalista que até um passado recente, não delineava uma divisão tão abrupta entre seus conteúdos, como consideram os teóricos da Geografia Física que citamos anteriormente. Atesta para um protagonismo geográfico, no entanto, que resida no cerne dessa diferenciação zonal a leitura espacial reclamada pela Geografia, que é em maior grau a constituinte das regionalizações e seu sentido metodológico-científico.

Partindo desse contexto, tem-se até a atualidade como referência a posterior classificação dos *domínios morfoclimáticos*, conforme proposto por Ab'Saber (1970/2012). Essa classificação - que inclui o *domínio dos Cerrados* - identifica no território brasileiro tais regiões, de *potencialidades paisagísticas* e feições naturais semelhantes, que reúnem diversas especialidades bióticas e abióticas que se relacionam de maneira distinta em seu recorte espacial. Há nessa proposta a preocupação de tratar da interação entre os objetos de diversas disciplinas que se encontram nesse ambiente, na condição de sistema organizado de peculiaridades, que possui continuidade e abrangência espaciais. Ao mesmo tempo, pois, que agrega um corpo multidisciplinar de conhecimentos naturais, resgata uma valorização de conteúdos como a morfologia (relevo) e o clima, tendo nestes os indicadores da diferenciação, como sugere sua denominação, fazendo justiça às qualidades naturais - em um cândido retorno aos termos geográficos - da paisagem<sup>39</sup>.

No que diz respeito à produção técnica, despontaram nesse contexto os estudos do Projeto RadamBrasil (Inicialmente apenas Radam – Radar na Amazônia), entre as décadas de 1970 e 1980, em que foram realizados extensos mapeamentos por aerofotografia e trabalhos de campo, no intuito de estabelecer uma classificação universalizada do sistema fitogeográfico brasileiro, em um projeto institucional oficializado pelo Estado nacional, sob

---

<sup>39</sup> Ab'Saber (1969) advoga pela importância da geomorfologia ao tomar como referência os estudos de compartimentação da paisagem, com destaque para o período Quaternário, por ter sido marcado por intensas variações climáticas que intemperizaram os terrenos intertropicais, atribuindo-lhes suas feições atuais e a formação evidente de sua paisagem.

égide do Ministério de Minas e Energia do Regime Militar. Mediante os avanços feitos pelo projeto, tange ainda hoje a classificação canônica de *Savana (Cerrado)*, que expõe:

Resolveu-se adotar o termo Savana como prioritário e Cerrado como sinônimo regionalista, por apresentar uma fitofisionomia ecológica homóloga à da África e à da Ásia. A Savana (Cerrado) é conceituada como uma vegetação xeromorfa, que ocorre sob distintos tipos de clima. Reveste solos lixiviados aluminizados, apresentando sinúsias de hemicriptófitos, geófitos, caméfitos e fanerófitos oligotróficos de pequeno porte, com ocorrência em toda a Zona Neotropical e, prioritariamente, no Brasil Central. Em outras partes do País, recebe nomes locais, como: “Tabuleiro”, “Agreste” e “Chapada”, na Região Nordeste; “Campina” ou “Gerais” no norte dos Estados de Minas Gerais, Tocantins e Bahia; e “Lavrado” no Estado de Roraima, entre outras denominações. A Savana (Cerrado) foi subdividida em quatro subgrupos de formação: Florestada; Arborizada; Parque; e Gramíneo-Lenhosa. (IBGE, 2012, p. 109).

Ao sintetizar um “sistema biogeográfico do Cerrado”, Barbosa (1996) o caracteriza por parâmetros semelhantes, guiados por essa consecutiva produção científica – e eminentemente geográfica – sobre esse ambiente:

O Sistema Biogeográfico dos Cerrados abrange área de uma grandeza espacial que recobre quase dois milhões de quilômetros quadrados, regiões de maciços planaltos de estruturas complexas e planaltos sedimentares compartimentados; cerradões ou cerrados nos interflúvios e florestas – galeria contínua, ora mais larga ora mais estreita; cabeceira em ligeiros anfiteatros pantanosos; solos de fraca fertilidade primária em geral; drenagens perenes para os cursos d’água principais e secundários, com o desaparecimento dos “caminhos d’água” das vertentes e dos interflúvios na época das secas; interflúvios muito largos e bastante espaçados entre si, com pouca ramificação geral da drenagem na área core dos cerrados; enclaves de matas e manchas de solos ricos ou áreas de cais de nascente ou de olho d’água perenes; ausência de mamelonização, calhas aluvionais de tipos particularizados, em geral não-meândricos nos planaltos; níveis de pediplanação nos compartimentos de planalto, pedimentos escalonados e terraços com cascalhos; sinais de flutuações climáticas e paisagísticas, vinculadas nas depressões intermontanas centrais ou periféricas da grande área dos cerrados; climas do tipo sudanês, com precipitações entre 1.300 e 1.800 mm, concentradas no verão e relativamente baixas no inverno; enclaves de matas na forma de capões de diferentes ordens de grandeza espacial. (BARBOSA, 1996, p. 21).

Em suma, consolidou-se o Cerrado em matéria de ciência pela sua regionalização paisagística, baseado na notoriedade de suas feições nativas, o que evoca a sua imagem como domínio natural, bioma ou ecossistema, pelo conjunto de suas características físicas. Tal imagem é resgatada por quadros como o da figura abaixo:



Figura 4 - Vista da Serra Dourada, município de Cidade de Goiás – GO. Fotografia do autor (maio 2012).

Tais caracterizações são suficientes para visualizar em que contexto científico é produzido o conhecimento sobre esse ambiente denominado Cerrado, e em quais bases teóricas é atribuído o seu entendimento. Esse formalismo, que repousa sobre uma Geografia Física considerada como uma das poucas fundamentais ao corpo das ciências naturais (Grigoryev, 1968), estabelece esse conjunto de qualidades paisagísticas como os determinantes de maior importância na diferenciação de fenômenos no espaço geográfico; fenômenos esses de caráter evidentemente generalista, contidos sistematicamente em uma esfera natural precisamente medida e calculada. As bases para essa composição metódica - que varia pelas disciplinas de acordo com seus objetos mas retém a sua natureza pragmática - repousariam, conforme dialogado anteriormente com autores, no legado positivista, que marcou a consolidação de um fazer científico universal no cenário europeu do séc. XIX em diante, marcadamente na Geografia pela sua secular filiação naturalista. Legado, diz-se, que não manteve sua herança intacta, mas dialogou com outras variáveis e agregou outros elementos a análises outrora irredutíveis.

No que tange a relação desse fazer científico com a apropriação dos ambientes, faz parte da renovação crítica de fins do século passado, em nosso caso de uma Geografia Crítica, de estabelecê-la. De tal modo, no horizonte teórico e epistemológico, passou a se questionar os efeitos de um posicionamento analítico que propõe uma esterilização ideológica de seu contexto estimado de produção social. O que restou a essa crítica denunciar na



“construção dos ambientes”, assim como se deu o entendimento do Cerrado, é se tratou-se de uma regionalização lastreada por um método obsoleto, indiferente ao espaço mutável proposto e atrelada à um objetivismo absoluto; ou se foi inadvertidamente dualista, inserida num âmago paradigmático.

Por ambos os pontos, a racionalidade dialética é trazida à frente, nesse momento, como uma alternativa à neutralidade da exaltação naturalista da realidade objetiva, que seria servil, inconteste, de uma apropriação econômica do modo de produção capitalista sobre os ambientes, ao entendê-los como base de sua reprodução material e mercadológica. Para o Cerrado, em pleno e contínuo enfoque tanto científico quanto econômico, residiria efetivamente nessa relação a base de sua territorialização hegemônica. Isso se deu nesse ambiente, ao nosso ver,

- a) Pela postura de compartimentação multidisciplinar, que cercou a apreensão de sua materialidade em um procedimento fragmentado, afirmando uma hierarquia científica do entendimento de conteúdos, mesmo no espectro das ciências sociais. Exemplifica-se pelo reconhecimento de um caráter funcional da paisagem, que fosse alçada de uma Geografia Regional contida em suas próprias formulações, o que faria da apropriação econômica dos potenciais paisagísticos ela mesma uma disciplina antes que uma crítica;
- b) A verticalização de seu entendimento em parâmetros técnicos por meio do universalismo do método empírico, o que conferiu uma instrumentalização dos seus estudos e sua separação de qualquer experiência social cotidiana – como é a negação de pertencimento natural e o escapismo urbano-industrial que compuseram os projetos de ocupação;
- c) A concepção de uma ação antrópica abstrata, atribuída novamente a uma intencionalidade puramente instrumental e isenta de representações políticas, como invariável a um caminho desenvolvimentista concebido dentro da racionalidade dualista – como é o reconhecimento da predação ambiental no Cerrado acompanhado de seu simultâneo agravamento.

Esses pontos como os sublinhamos, no entanto, não consistem numa crítica adepta de nossa parte, ou mesmo uma filiação ao que viria intentar a abordagem territorial do Cerrado. Preferimos enxergá-los como uma disputa de racionalidades, que se deu nesse contexto, abrindo caminho às novas propostas de entendimento desse ambiente. Não foi exclusivamente pelo desígnio territorial que foram concebidas as críticas baseadas nessas

constatações, reiteramos. Mesmo nos cientistas da fisiologia da paisagem, como aqueles soviéticos, já enxergavam de relance as ligações inerentes à uma apropriação econômica associada a um método científico utilitarista. No Brasil, Caseti (1991, p. 23) sintetiza com veemência essa racionalidade dialética, mesmo não advogando por uma análise territorial, porém importando para seus estudos geomorfológicos – assim como posteriores estudos ambientais - o pensamento marxista:

Portanto, *a neutralidade científica, que é uma postura filosófica com finalidade de mascarar a realidade objetiva*, foi e continua sendo difundida com base nos pressupostos positivistas. As pesquisas, por sua vez, nessa visão de neutralidade, ou são inúteis ou possuem a finalidade de contribuir para a geografia do poder, relegando o sentido social da ciência, deixando de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Como se observa através da própria evolução do pensamento científico, a geografia tem sido resistente ao conceito contraditório de “natureza”, sobretudo a partir do momento em que se interessa pelas relações entre o homem e a natureza. Assim sendo, *o caráter dual imposto pelo modo de produção capitalista tem se constituído em recurso ideológico* para falsear a relação dialética entre o homem e a natureza e, por conseguinte, impedir a participação da força de trabalho no processo produtivo. Como a sistematização tanto da geografia como da própria geomorfologia, a ser considerada oportunamente, acontece com o processo de expansão capitalista (fins do século XVIII), torna-se evidente a vinculação da estrutura filosófico-ideológica voltada aos interesses do capital. Isso tem sido repassado por diferentes gerações, respondendo pelo processo de alienação em detrimento da formação crítica da consciência social. (grifos nossos).

É certo que, tampouco a racionalidade dialética ou a escalada de uma “ciência absoluta” de legado positivista não foram novidades do fim do século XX - e muito menos endêmicos do Cerrado -, mas que certamente culminaram nas “releituras ontológicas” de mundo em choque de então, quando na forma de alternativas a esses imbróglis epistemológicos surgiram as renovações de conceitos, como foi com o território na Geografia. De tal maneira, o que passou a configurar importância na concepção territorial a partir de então foi que o contexto ideológico neutralizado na produção científica deveria retornar como fator endógeno invariável no entendimento teórico do espaço; à medida que fosse atribuído ao modo de produção capitalista, como o grande vetor dessa disputa política-ideológica, um antagonismo irrevogável na produção espacial, tanto analítica como objetivamente, conforme sublinhado no tópico anterior.

Nesse sentido – assim como apontamos em Reis (2014) - Chaveiro e Barreira (2010), pesquisadores do Programa, fazem uma reflexão basilar a esse problema ao sugerir que a apropriação econômica capitalista do Cerrado se trata primeiramente de uma questão de *representação ideológica*. Para os autores, essa representação remonta aos termos "celeiro do Brasil", "caixa d'água do planeta" e "corredor produtivo", que seriam uma representação positiva, segundo os atores hegemônicos, em vista das antigas imagens que definiam esse

território como "região letárgica" e "sertão inóspito" (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.15). Ambas projeções imagéticas se referem ao construto da fisionomia de paisagens, pois o foco ao visível, aquilo que é essencialmente natural e não-humano - vegetação e águas, por exemplo - transfere o Cerrado de uma condição de suposta vacância para a incorporação de seus potenciais naturais ao desenvolvimento antrópico, seja ele industrial, urbano, rural ou qualquer outro que se impõe.

O mapeamento sofisticado de problemas ambientais ou mesmo de tipos de fitofisionomia; a identificação da lógica de drenagem e de sua importância; a demonstração das relações entre geologia, relevo e solo tipificando modelos e padrões de paisagens etc., assim como outras vertentes que geram representações do Cerrado a partir de um "esquecimento deliberado da política e do Estado" cumprem um papel ideologizador central: supor uma neutralidade desse pensamento. [...] A mais eficiente modalidade ideológica de não discutir o modelo é pensar o Cerrado apenas pelo prisma da natureza por meio dos conceitos de bioma, ecossistema e domínio. Ao se proceder à separação de sociedade e natureza [...], ao se separar o estudo das suas feições morfológicas, as potencialidades hídricas e pedológicas, o papel do relevo e da diversidade genética da flora e fauna etc. do modo com que foi incorporado no rol da economia nacional e internacional, revitaliza-se um determinismo natural [...]. (CHAVEIRO & BARREIRA, 2010, p. 29).

Reforçam, pois, que essa mudança de cenário no Cerrado partiu de um projeto político, legitimado por esses estudos paisagísticos e a noção de que traziam à análise o que era cientificamente relevante para esse ambiente. Foi produto de uma visão "empreendedora" da intervenção neoliberal, que pretendeu nivelar o desenvolvimento capitalista em uma região até então desprovida de aparelhos eficazes de exploração da riqueza natural, que agora era exposta pelas pesquisas que regionalizaram esse ambiente. Ademais, a lógica instaurada seguiu aquele processo de modernização técnica, aos moldes globais, que é situado na periodização da abordagem territorial que identificamos anteriormente, da instauração, entre outros aspectos, da empresa agrícola moderna.

Destaca-se uma racionalidade dualista nesse contexto em que a passagem de uma representação a outra, como sustentado, partiu de estudos que revelavam que a paisagem inóspita dos *cerrado(s)* - cujos solos necessitavam de correção química para abrigar as atividades agrícolas - era também berço de biodiversidade e ponto chave no abastecimento e manutenção de bacias hidrográficas em nível continental. Logo, o Cerrado foi incorporado às políticas de preservação ambiental e não mais poderia ser atravessado a fim de que se poupassem os espaços amazônicos. Nesse contexto, necessitou que o posicionamento do empreendedorismo no Cerrado assumisse a responsabilidade atribuída da conservação, sem que, no entanto, deixasse de englobar um de seus espaços mais promissores.

É indispensável destacar que a importância de trazer o debate ambiental para a compreensão do processo de apropriação do Cerrado é que, diferente de outros ambientes

como a Amazônia, de ocupação econômica secular, o aproveitamento mercadológico do Cerrado foi efetivado tardiamente, num contexto em que as preocupações ambientais e as bandeiras de preservação já possuíam ecoantes pleitos em escala mundial. Logo, a implantação dessa empreitada mercantil na região operou em um viés político distinto, justificada primeiramente aliando-se ao Estado nacional, ao compartilhar das aspirações de uma integração desenvolvimentista do país, que não poderia mais transgredir a intransponível fronteira ecológica amazônica e, portanto, teve no Cerrado – “feio e tortuoso” - esse novo campo de operações.

Assim, o primeiro ponto para a solidificação da abordagem territorial no Cerrado é a de identificar nessa conjuntura aquela razão dualista, do desenvolvimentismo binário, enxergada na contradição alojada na valorização ambiental do Cerrado, em sua regionalização, e o aumento exponencial de sua exploração predatória. Nesse contexto, as atenções que se tornam ao Cerrado revolvem no âmbito de uma questão ambiental, em que se defende a sua imediata preservação, diante de um simultâneo processo de exploração sem precedentes testemunhado nesse ambiente. Tendo essas relações como interdependentes e causais, far-se-ia necessário, assim, considerar variáveis de caráter social, político e econômico para compreender as mazelas que fazem notórios os estudos de Cerrado.

Exemplifica-se que esse processo veio acompanhado também de uma apropriação mesma da causa ambientalista, calcada numa oblíqua valoração ecológica das paisagens, pois "apesar de destruir, incursionando uma ideologia ambientalista, se coloca favorável a ele [o Cerrado] no intuito de não discutir o modelo que gera a destruição". (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.28). Essa valorização da paisagem natural sustentaria afinal um regime produtivo de cunho sustentável, atribuindo a predação desse ambiente a seu esgotamento ecológico, mas evadindo uma crítica de disputas visualizadas territorialmente, desconsiderando que o Cerrado não fosse somente espaço delimitado descritivamente (região-domínio), mas também produzido socialmente. De tal modo, *a questão ambiental é essencialmente territorial*, conforme trabalhado em nossa pesquisa anterior.

Destarte, calcificou-se a legitimidade da regionalização pela sistematização das paisagens, como matriz do conceito atual de Cerrado enquanto unidade geográfica, acompanhada da análise por fitofisionomias e separação de seus domínios em províncias fitogeográficas. No âmbito da conservação ambiental, a contribuição de pesquisas orientadas nesse sentido soma aos esforços para a identificação mais precisa de impactos ambientais específicos dessas feições naturais, traçando linhas de ação para o combate a processos

erosivos ou poluição antrópica, por exemplo, por meio de instrumentos desenvolvidos com base em características exclusivas das respectivas áreas (REIS, 2014).

No entanto, permaneceu o fato de que essa sistematização da paisagem do Cerrado acompanhou uma demarcação de seu potencial produtivo e sua exploração predatória, tendências essas verificadas justamente na atribuição de uma notoriedade ao Cerrado por conta dos problemas ambientais que lhe avançavam. Diante da escalada de estudos regionais dessa natureza como equalizadores do Cerrado, levantou-se o questionamento de porquê a valoração naturalista da região, somada à uma consciência ambiental, não freou a apropriação predatória e a degradação desse ambiente, mas pelo contrário, foi contemporânea do período de sua maior exploração. Essa é a contradição fundamental verificada no Cerrado, pela qual a abordagem territorial que fala da apropriação do ambiente estabelece uma crítica à racionalidade dualista; solucionada, a princípio, por sua leitura dialética.

Logo, a apreensão de território nesse contexto estaria em revisar a proposta que destaca o caráter "físico" em escopo naturalista, em uma regionalização pautada predominantemente pela paisagem natural, que olvida a abrangência das variáveis políticas (no sentido das relações de poder) que ensejam a região - ou melhor, o(s) *território(s)* concebidos. Tal destaque à natureza física do Cerrado, potencializado quando em diálogo com outras competências naturalistas (como a biologia, por exemplo), seria responsável por ocultar as abordagens mais características da crítica geográfica, que pretendeu emancipar essa ciência de uma objetividade atemporal e de leis gerais. Prontamente, uma visão reducionista do Cerrado – a que se considerem tais estudos pioneiros - resgataria então um pragmatismo no âmbito do entendimento ontológico desse ambiente. Em uma comparação teórica que apontasse para qualquer ética científica, teriam falhado em cumprir com o objetivo conservacionista a que fossem recorridos, fundamentalmente por deixarem fora de foco as variáveis decisivas de análise tomadas pela leitura territorial.

De tal maneira, recai primariamente sobre um método descritivo e acrítico, que destaca as feições paisagísticas - seja na Geografia ou em outros campos – o papel de reduzir os estudos pioneiros à delimitação dos aspectos físicos mais eleitos à previsibilidade de leis gerais, relegando a segundo plano as análises de objetos de complexidade qualitativa como as relações de poder, reclamadas pela categoria geográfica de território. Diante deste quadro de *determinismo natural* latente, as perspectivas para a preservação paisagística estariam refratadas em um prisma de neutralidade, referente a um consenso científico privado de qualquer atribuição de sentidos. Destarte, a alternativa de análise do Cerrado, para além de

uma visão reducionista de bioma ou ecossistema, seria trata-lo como um "Bioma-Território" (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010), ao incorporar divagações sociopolíticas em seu arcabouço, reflexos de relações que se dão nesse recorte espacial:

A tríade economia-política-cultura analisada têmporo-espacialmente também é fundamental. Nesse sentido, a abordagem territorial do Cerrado permite identificar as lógicas hegemônicas ou modernas que cortam este ambiente, assim como as resistências e tradições. Por conseguinte, o estudo das determinações do poder, seja local ou proveniente "das lógicas distantes", possibilita apontar o sentido do conflito que desenha o território. Isso, somado à *posição*, caracteriza-o enquanto histórico e geográfico. (CASTILHO; CHAVEIRO, 2009, p. 43).

Portanto, observa-se por essa abordagem o Cerrado não apenas pelas suas condições naturais, mas pelas relações que se dão sobre esse ambiente e que promovem o uso dos seus recursos e a apropriação de seu potencial, ou como os autores acima propõem, "entendê-lo como produto da história social" (CASTILHO; CHAVEIRO, 2009). Analiticamente, considerar aspectos globais no Cerrado, típicos do sistema capital-financeiro que se apropria desse ambiente, seria possível apenas ao tanger um espaço reticular, como o das tecnologias de comunicação e infraestrutura logística que o recortam atualmente. São as "variáveis externas" de Santos (1996a), da lógica distante que se impõe nos lugares; fatores que excedem a escala local, mas que modificam as relações de poder para estabelecer uma rede articulada. Esses fluxos são o que fundamentam a exploração dos recursos naturais, para uma demanda de mercado, e por isso, a fim de entender como esse processo se dá no Cerrado inserido em tal viés econômico, necessitaria considerá-lo como um território apropriado. Tal abordagem, segundo as tendências de análise, torna possível visualizar uma produção do espaço no Cerrado manifestada na modernização do campo, da infraestrutura e redes técnicas, nas políticas públicas, em conflitos sociais, e na degradação ambiental.

Visualizamos aqui a completude do projeto territorial para o Cerrado. A racionalidade dialética que governa tal abordagem, efetivamente, é a de que o Cerrado, na condição de ambiente, só pode ser estudado como uma junção de causas e efeitos. Seria entendido pela *natureza* porque é uma região nativa, marcada por feições únicas, portadora de riqueza natural imensa e parte fundamental de biomas e ecossistemas continentais. Pela sociedade porque é também um território ocupado, alvo de disputas de poder e seio de conflitos de cunho social, político, econômico e cultural, que se produzem com base em suas riquezas e sua terra - ou seja, só se reproduzem a partir de sua materialidade natural.

## CAPÍTULO III - NATUREZA E ESPAÇO GEOGRÁFICO

No terceiro capítulo, expandimos a discussão teórico-metodológica sobre como uma abordagem territorial do Cerrado, ao tratar de um ambiente apropriado, está limitada a uma dimensão social de análise, por razão de ter como base epistemológica marcante a vertente materialista histórico-dialética e sua apreensão específica do conceito de *natureza*.

Partindo dessa exposição, direcionamos as reflexões para a prática geográfica como um todo, perpassando brevemente uma história de seu pensamento geral desde sua institucionalização - no contexto da Europa do séc. XIX - a fim de apontar que o conceito de *natureza* foi central às formulações fundadoras e ao desenvolvimento da Geografia como disciplina, seja pela valoração ou seja pela superação do conceito. Disso resultaram novos caminhos e novas variáveis na análise geográfica, e dentre essas, a apreensão de espaço geográfico e suas categorias, que vieram a sobrepor amplamente os estudos sobre *natureza* e guiar a ciência geográfica em direções como se conhece hoje e discute-se aqui.

Por último, situamos na leitura territorial toda a questão, considerando que há mais para a sua teorização que a base materialista histórico-dialética, e investigamos sentidos relacionais do território em seu tratamento de *natureza*. Sentidos esses que abrangem outra vertente de pensamento, mas que retornam ao âmbito da crítica socioespacial e da produção do espaço. De tal modo, os valores atribuídos ao território propõem uma unicidade analítica no que diz respeito à interação social-natural. Prosseguimos, porém, a apontar em tais visões uma dissonância entre *natureza* e espaço geográfico – presente nos estudos territoriais dos ambientes, e igualmente, no Cerrado.

### 3.1 Natureza e materialismo histórico-dialético

As relações processuais de territorialização, endógenas ao território, são bem delimitadas pelas abordagens e pelo conceito, como tem sido exposto. Entretanto, as relações do território com a materialidade natural – a que Saquet (2010) chama de a “natureza exterior ao homem” – continuam nebulosas. Talvez porque a aproximação de qualquer fator determinante nesse fluxo significasse literalmente uma imposição determinista; ou porque o espaço geográfico tanto se confunde e contradiz com o próprio território; ou porque a paisagem, nessa leitura, consista numa esfera estritamente representativa.

De qualquer modo, o lugar do meio natural perante o conceito de território é problemático, conforme reconhece o autor (SAQUET, 2010, p. 174), “que o componente natural do território é uma questão bastante complexa [...] tanto ontológica quanto

epistemologicamente”. Assim como demonstra esse autor, ao recorrer a Marx e Engels, na concepção de território a relação sociedade-*natureza* é sustentada, sobretudo, na dialética marxista. Aí a materialidade natural está na essência do trabalho humano<sup>40</sup>, que é a sua transformação, o que de tal forma torna essas esferas indissociáveis. Essa postura, no entanto, concebe a *natureza* já como socializada, como parte de uma história social.

Não restrita à uma abordagem territorial nominal, essa filiação marca a Geografia em sua renovação crítica mesmo em trabalhos que se ocupam do prelo “físico” da disciplina, a dizer dos solos, dos relevos, das vegetações e do clima. O *fator antrópico* há muito é anunciado na ciência geográfica, e desde a renovação crítica da Geografia passou de um mecanismo tecnificado e racional para ter respaldo em teorias que inserem o meio natural numa história social, que produz o espaço naquela relação dialética que mantém com a *natureza*, segundo a tradição marxista. Assim como já citamos ela é presente na obra de Caseti (1991, p. 14), que em sua análise geomorfológica da apropriação do relevo, coloca explicitamente:

O que assegura a unidade dialeticamente contraditória, a interação entre sociedade e natureza, do homem e seu *habitat*, premissas e condições da atividade vital do homem? O marxismo tem dado uma resposta clara e definitiva: é a produção material [...]. A natureza é, pois, para o homem, um depósito inesgotável de objetos de trabalho.

Ao se debruçar sobre a questão, Carvalho (1991) também aponta para uma essência do meio natural residente em sua produção humana, porém que transcende a materialidade produtiva, em que visualiza uma união entre a história social e a história natural. Destaca que mais do que por uma materialidade mediadora, a *natureza* é pautada pelo seu próprio entendimento, numa lógica em que apenas quando surge como negação ao artifício é que ela possui algum significado que a define como primeva: “num mundo sem artificios não há natureza” (CARVALHO, 1991, p. 26). A artificialização das relações, ou a construção da sociedade são os pilares desse fluxo, e “a diferenciação social precedeu a diferenciação entre o social e o natural” (CARVALHO, 1991, p. 30).

Tal leitura consistiria, a princípio, numa superação do materialismo histórico-dialético mais imediato, que marca a produção material - da atividade laboral transformadora da *natureza* - como precedente à consolidação daquela mentalidade coletiva civilizatória, que nessa teoria é referida como a superestrutura, conjunto das relações sociais, culturais,

---

<sup>40</sup> Diversos comentadores, como Foladori (2001), Foster (2005) e Smith (1988), identificam essa reflexão em Marx ao que chama de “relação metabólica”, que é o ponto central da questão dialética que produz a *natureza* como sujeito e objeto do trabalho. No entanto, apontam que a dialética da *natureza* é central ao pensamento de F. Engels, e não consistiu nas reflexões principais de Marx, sendo reconhecida como marxista pela unidade da obra desses autores.



ideológicas, etc. No entanto, mesmo a apreensão natural pelas “visões de mundo” ou paradigmas ainda situa a discussão entre a *primeira e segunda natureza* marxianas, que mantêm a ideia de uma *natureza* primitiva, sobreposta historicamente por outra que é produzida socialmente, independentemente da ordem estrutural que se sucede. Além do mais, tal diferenciação social postulada como a inventora da *natureza* – seja na “infraestrutura produtiva” material ou na “superestrutura ideológica” imaterial (LEFF, 2006) - trata novamente da luta de classes e da dominação hegemônica.

Nesses termos, a *natureza* só é indissociável da sociedade na medida em que é classificada como fator na produção do espaço; ou, acrescenta-se, de territorialidade. Sobre o horizonte epistemológico desse método, Moraes (2005) nos demonstra que

[...] o marxismo é um método restrito às ciências sociais, onde conhece uma ampla difusão. Alfred Schmidt mostrou, em interessante estudo, a inexistência de uma perspectiva ontológica a respeito da natureza no interior da obra de Marx. Nesta, os fenômenos naturais nunca são enfocados em seu movimento intrínseco, porém abordados enquanto recursos para a vida humana. Assim, é uma “natureza para o homem” que sempre está em foco nas considerações marxianas [...]. É ao modificar sua natureza exterior que o homem substantiva suas potencialidades naturais, adestrando à mente os músculos na transformação do ambiente. Aqui já se vê o trabalho como categoria fundamental na concepção marxista da relação homem/natureza, sendo entendido como atividade (exclusivamente humana) de dar forma útil à vida humana aos materiais oferecidos pelo meio natural (tornando os valores de uso para a sociedade). Num segundo momento, Marx vai distinguir os quadros naturais intocados daqueles que já trazem em si as marcas de uma transformação pretérita. A estes denomina “segunda natureza”, ou natureza socializada [...], diferenciando assim da primeira natureza, esta um resultado exclusivo do movimento da história natural. Tal distinção visa destacar a historicidade dos lugares e a tendência inexorável à contínua antropomorfização da superfície terrestre. A história humana é também uma ininterrupta transformação da primeira em segunda natureza, num processo onde o homem vai alterando as paisagens da superfície da Terra, imprimindo-lhes a sua marca. Sintetizando, tem-se uma abordagem em que os fenômenos naturais são tomados nas suas implicações com o processo de reprodução da vida humana, isto é, como fatores e recursos dinamizados pelo trabalho [...] numa perspectiva centrada no entendimento da sociedade [...] Assim, da natureza passa-se às relações sociais – objeto central do método analisado. (MORAES, 2005, p. 72-74).

Escapa ao contorno filosófico de uma postura materialista, pois, que a história humana seja assumida como a base estrutural de uma *natureza* objetiva e apriorística. Afinal, “no seu sentido mais geral, o materialismo afirma que as origens e o desenvolvimento de tudo que existe dependem da natureza e da ‘matéria’, ou seja, trata-se de um nível de realidade física que independe do pensamento e é anterior a ele” (FOSTER, 2005, p. 14). Nesse sentido, o materialismo pela visão marxiana foi concebido em tronco comum ao mesmo naturalismo “renovado” que se cristalizou pouco depois no positivismo clássico. Isso ao modo que “a ampla designação de materialista dada a essas teorias devia muito ao seu repúdio comum (em maior ou menor grau) a princípios divinos na natureza” (FOSTER, 2005, p. 48).

A tal teologia natural<sup>41</sup>, Smith (1988) lembra que se remete a concepção naturalista de Francis Bacon (1561-1626), em que a *natureza* possuía essência na matéria e suas leis eram divinas, assim como a nobreza científica de investigá-las, e, portanto, numa posição exterior ao homem. Assim também o foi com Isaac Newton (1642-1727), que em sua mecânica clássica destacou o espaço e tempo como os elementos básicos da *natureza*, tornando-a “universal” mais do que exterior à existência humana - porém, sem abandonar um desígnio teológico em seu funcionamento.

Por outro lado, um “vitalismo universal, muitas vezes de caráter panteísta” (FOSTER, 2005, p. 48) marcou uma concepção romântica de *natureza*<sup>42</sup> – que se baseou não no empirismo mecanicista, mas no racionalismo transcendental da tradição kantiana que postulava a realidade como mediada pela experiência tanto sensível quanto racional das “coisas em si” pelo homem, logo negando que houvesse uma “razão pura” que emanasse da *natureza*, como realidade objetiva.

Nesse contexto, a teoria materialista mais radical que inaugurou um novo horizonte para as ciências naturais ao eliminar de seu corpo o teologismo e a metafísica foi senão a obra de Charles Darwin (1809-1882), que advogou por uma história biológica da *natureza*, de aproximações sociais e econômicas – inspirado tanto pelo organicismo de Humboldt quanto pela teoria econômica malthusiana (GOMES, 2003; MOREIRA, 2014; SMITH, 1988) - para o comportamento dos organismos, precedendo mesmo os estudos ecológicos.

Foster (2005) e Smith (1988) enxergam que para Marx, no entanto, a superação de um materialismo biológico que determinasse uma *natureza* exterior e de um espiritualismo idealista que determinasse uma *natureza* “universal” (*natureza* da condição humana, segundo Smith [1988]) se deu apenas pela sua apreensão epistemológica dos sujeitos e objetos na sua teoria de conhecimento. Os autores exploram que a concepção da dialética marxista foi justamente por uma dupla superação: da razão kantiana, que propunha uma alienação

---

<sup>41</sup> A gênese de uma noção de “ciência natural” não é precisa mas aponta para o movimento renascentista europeu dos séculos XV e XVI. Notavelmente a revolução heliocêntrica de Copérnico deu tradição, seguida por Galileu, de um mecanicismo inerente à matéria, em que residia o lugar de Deus como arquiteto e epíteto da razão pura e matemática. Nesse sentido, tudo o que é natural é físico e tudo que é humano é metafísico, toda ciência é por conseguinte ciência da *natureza* (MOREIRA, 2014). Assim também procederam, com o mérito de suas nuances, R. Descartes, G. Leibniz e B. Spinoza (GOMES, 2003).

<sup>42</sup> Sobre o Romantismo, foi movimento literário e estético iniciado na Alemanha do séc. XVIII, que concebia a intuição emotiva e estética, de catarse contemplativa, como forma de glorificação à experiência, e comumente, à *natureza* – afirmando seu universalismo e internalização no espírito humano. Conforme sintetizado por Silveira (2012), foi proeminente nas figuras de Goethe, Schiller, Schlegel e Novalis. Filiado ao idealismo transcendental kantiano, definiu o caminho ao idealismo alemão por meio de J. G. Fichte, F. Schelling e até G. W. F. Hegel, além de influenciar diretamente os trabalhos pioneiros de Geografia de Alexander von Humboldt (1769-1859).

fenomênica da realidade ideal; e do idealismo hegeliano, que visualizava a liberdade do sujeito conhecedor somente pelo seu próprio pensamento<sup>43</sup>. É nessa apreensão que Marx teria assumido um materialismo que tem como sujeito da lógica dialética a ação social e histórica – na forma da luta de classes –, que é ao mesmo tempo o objeto de suas formulações. De tal modo, para Foster (2005), o materialismo dialético é realista ao reconhecer uma realidade objetiva não-social da qual depende a história; ao mesmo tempo que é também prático, centrado na ação humana transformadora, não meramente na ideia.

Daí que para Smith (1988), Marx “explicitamente tentou uma reconciliação analítica da natureza e da história e estava claramente consciente da significação ideológica da natureza universal” (SMITH, 1988, p. 48). Por ideologia da *natureza* universal<sup>44</sup>, esse autor se refere ao projeto burguês, segundo ele inspirado por Kant (pelo cristalizado dualismo de *natureza* interior *versus* *natureza* exterior [SMITH, 1988, p. 29]), em que “a hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social” (SMITH, 1988, p. 45). Logo, pela construção específica de sua dialética e pelo intento de superar uma ideologia de alienação burguesa de raiz epistemológica, é que se supõe que há uma unidade entre *natureza* e sociedade na teoria marxista, e Foster (2005) defende mesmo que há uma ecologia latente na obra de Marx.

Por esse motivo a questão do sujeito e objeto do conhecimento é central para o debate sobre a *natureza* no sentido em que define a investigação científica e a sua base epistemológica. A justificativa ontológica da unidade contraditória entre sociedade e *natureza* é a pedra fundamental para o corpo teórico marxista ao conceber a história social como foco da ação dialética, ao passo que em um materialismo puro essa tenderia somente a reforçar

---

<sup>43</sup> “Kant havia lutado contra a rígida separação do Sujeito e do Objeto, tentando, mas finalmente fracassando em conciliar um Sujeito ativo e criativo com um Objeto existente “em si mesmo”. Hegel, seguindo Kant, conseguiu isso, mas somente dissolvendo o Objeto no Sujeito e, por último, a natureza na História – a história de seu próprio conceito. Deixou-se para Marx a tarefa de reconstruir a dialética: para avaliar isoladamente a eventual identidade de Hegel sobre o Sujeito e o Objeto sem, ao mesmo tempo, torna-los inconciliáveis como em Kant.” (SMITH, 1988, p. 58)

<sup>44</sup> “Por definição, a natureza exterior exclui a atividade humana, mas a natureza universal também exclui a atividade humana, exceto no sentido mais abstrato de que o trabalho é necessário e dignificado. A retórica de Leo Marx do ‘tecnológico sublime’ e a imagem da máquina no jardim são exceções que provam a regra. Lá nós vimos que, apesar da presença de artefatos humanos, a ideia transmitida pela ‘paisagem média’ humanizada é que a tecnologia da máquina se encontra como sendo absolutamente integral para a natureza, mas ficou assim considerada somente pela exclusão do trabalho concreto real e pela naturalização dos artefatos humanos que teriam, de outra forma, se imiscuído dos limites da natureza. A exclusão do trabalho concreto da universalidade da natureza [...] é um exorcismo da atividade social da natureza universal. A possibilidade de socialização da natureza universal é, em última instância, negada, não com base na experiência histórica, mas pela contradição com a natureza exterior. Essa é a ideologia da natureza.” (SMITH, 1988, p. 46 e 47).

uma externalidade natural da matéria em relação ao homem<sup>45</sup>. É característica deste aparelho conceitual, porém, que tal unidade só seja enunciada dentro da própria história na condição de objeto de análise, pelo fato de que, rompidos os limites sociológicos da teoria marxista para uma dedicação filosófica, tratar de uma *natureza* interna à condição humana como um todo (a-histórica) seria retornar ao universalismo espiritualista que moveu a ideologia burguesa e hegemônica<sup>46</sup>:

Em vez de discutir os aspectos filosóficos da suposta unidade do “homem e da natureza”, Marx estava mais interessado com os processos reais que poderiam provocar essa unidade. Essa perspectiva levou-o a discutir a função do trabalho humano, colocando-o no centro das relações entre os seres humanos e a natureza. Posteriormente, começou a tratar toda a questão como sendo histórica, e não como quebra-cabeça filosófico e abstrato” (SMITH, 1988, p. 68).

Em defesa da teoria marxista, o último autor insiste que a continuidade de uma discussão filosófica é abstrata e evade a história, que seria a única atribuidora de sentido à *natureza* por meio de sua produção, inextricavelmente social – a única certeza concreta. Defende, a partir daí, que o materialismo histórico-dialético não concebe uma dominação da *natureza*, mas de preferência, uma “produção da natureza”.

Assim ele resolve o problema de um contraste ontológico do ser humano e do meio natural em Marx, e propõe que a produção da *natureza* precede toda forma de produção do espaço. Produção essa que situa o antagonismo do capital não como um movimento universal de dominação técnica da *natureza* (que naturaliza a “paisagem média”), mas como uma produção contingente das condições ambientais em disputa, afirmando o conflito de classes como motor da história e sua apreensão intrínseca de *natureza*:

A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca. Como tal, ela é altamente diferenciada ao longo de qualquer número de eixos. Todavia, com o progresso da acumulação do capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais. Em suma, quando essa aparência imediata da natureza é

---

<sup>45</sup> Foladori (2001, p. 90) bem observa que na teoria marxista “O trabalho constitui o vínculo entre o objeto e o sujeito, mas vincula o objeto natureza ao sujeito humano ao converter o primeiro em um objeto útil, que, como tal, interessa como supridor de necessidades sociais e não como natureza em si. Disse Schmidt a respeito: ‘A não-identidade entre sujeito e objeto significa, em relação ao problema que aqui se discute, que a forma humana permanece indiferente e exterior com respeito à sua substância natural [...]’ ([1962], p. 82).”

<sup>46</sup> Não obstante estudiosos marxistas como Foster (2005) e Smith (1988) criticam “filosofias profundas” como um desserviço ao materialismo histórico-dialético. Mesmo a *Escola de Frankfurt* (J. Habermas, H. Marcuse, M. Horkheimer, T. Adorno, W. Benjamin, entre outros) - que se ocupou de reflexões neomarxistas – é apontada por Smith (1988) como recipiente de uma filosofia burguesa, ao que critica A. Schmidt, pelo seu trabalho sobre a *natureza* em Marx, citado anteriormente neste documento por Foladori (2001) e Moraes (2005).

colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. (SMITH, 1988, p. 67).

Por essa arquitetura epistemológica pretende-se resolver o dilema da *natureza* na teoria marxista, tanto quanto para qualquer abordagem materialista-histórica mais ampla ou mesmo descomprometida com o projeto marxiano original. No entanto, essa ecologia materialista-histórica justifica as suas bases apenas pelo contraponto à uma ecologia materialista-físico-biológica, na querela que remete a crítica à racionalidade dualista que se contornou na aurora da filosofia moderna ocidental - posteriormente solidificada no positivismo clássico pela adoção do cosmos de matéria natural como regente das leis sociais. Por isso é que, por todas as críticas, o materialismo-histórico é verdadeiramente histórico e preso à história social pela determinação de sua soberania, não apenas como objeto de apreensão, mas como primado epistemológico ao fazer científico<sup>47</sup>. Daí que a sua restrição às ciências sociais é qualificada, ao passo que a matéria da *natureza* parece repousar solenemente nas ciências naturais, consolidadas sob a filosofia positivista e exaltadas na expansão capitalista como parte de sua força de produção teleológica.

Peça importante desse quadro é que a base dessas concepções é cimentada primeiramente por um projeto ideológico, inconformista (LÖWY, 1996), que enxergava a alienação do homem do conhecimento da realidade como a fonte da alienação produtiva a que levantava crítica. Nesse sentido é que a apreensão da *natureza* é mais do que nunca, e principalmente nesse contexto, comum tanto à filosofia como base epistemológica da prática científica quanto aporte ideológico de uma “formação econômico-social”, em que segundo Leff (2006, p. 46), “o processo de reprodução social aparece como um todo articulado dos processos econômicos e dos processos superestruturais”:

O propósito de integrar as diferentes instâncias que conformam o todo social e seus processos de reprodução/transformação gerou um problema metodológico ainda não resolvido pelo marxismo: o que se refere à articulação dos processos naturais com as estruturas sociais (produtivas, jurídicas, políticas) na caracterização dos MP [modos de produção] e das FES [formações econômico-sociais] atuais. A estrutura e dinâmica de todo MP ou FES estabelecem-se numa articulação específica entre certas relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Todo MP e toda FES estabelecem conexões com a natureza por intermédio dos objetos e meios “naturais” de trabalho dos processos produtivos que ali se desenvolvem. Contudo, há uma dificuldade não resolvida para compreender as determinações do meio na estruturação das relações sociais e técnicas de produção e para incorporar os

---

<sup>47</sup> Leff (2006) concebe que o materialismo dialético surgiu como esforço “transcientífico” de unificação do conhecimento. Todavia, o que passou foi que na assimilação histórica, “[...] a concepção dos fenômenos físicos e biológicos em termos de uma contradição dos elementos constitutivos de suas estruturas foi sobrepujada pela produção de seus objetos e conceitos científicos; no social, o princípio de contradição só pode ser concretizado no conceito de luta de classes articulado aos conceitos que dão conta das determinações de uma formação social na qual se inscreve e as contradições discursivas das formações ideológicas.” (ibid, p. 38).

processos ecológicos nos processos produtivos globais e no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. (LEFF, 2006, p. 46-47).

Ocorre o assinalado, certamente, porque não pode haver uma “determinação do meio”, mesmo em ínfimo grau, no arcabouço materialista-histórico que concebe o “meio” como um produto histórico, ou mais abalizadamente um meio de prioridade social. Essa indeterminação reside essencialmente na colocação do processo histórico como correspondente à um movimento material, um fato de realidade objetiva. Logo, a dialética materialista-histórica busca transformar uma realidade de fatos analíticos que julga ideologizados antagonicamente - ao que chama a ciência positiva de ciência burguesa -, na apreensão de que foram produzidos como parte integral de uma história social. Promove um vácuo, porém, ao antagonizar os fatos analíticos positivos, que em sua própria competência, produzem fatos objetivos pela rigidez de sua filosofia, no que se refere ao entendimento da própria *natureza*. A dialética materialista-histórica não soluciona esse impasse ao considerar uma “segunda natureza”, produzida socialmente, que impõe ela mesma uma transitoriedade sobre a formulação de uma *natureza* pretérita ou primeira, também imaginada socialmente. Resta que não há uma materialidade essencial no materialismo histórico, que refira-se à uma *natureza* da matéria, apenas a *natureza* produzida como fato analítico.

Se é negada aquela neutralidade naturalizadora de uma alienação epistemológica da *natureza*, da razão dualista do mundo burguês de tradição kantiana, conforme Smith (1988), legitima-se uma dialética histórica que situa claramente a própria ciência como produto histórico e de contexto social, e nega-se também a simultaneidade positivista entre a ordem metodológica e a ordem normativa. Nesse sentido, obtém-se uma história social delineada e tangível; mas que elude, todavia, o entendimento de uma dimensão natural, que nessa concepção, é agregada à história social como teorizada, porém nunca objetiva além de sua relação “metabólica” dialética.

Leff (2006) conjuga o ponto cabal dessa problemática ao continuar que as determinações dos processos de conhecimento não os equalizam com os processos reais, e isto independe de uma neutralidade contextual, como uma obviedade epistemológica. O autor reconhece que a ciência não opera num vazio histórico, e a afirmação da história das ciências (que *não* se confunde com a história-matéria marxista) é senão o âmbito onde se revelam as relações entre o sujeito e objeto do conhecimento:

Esta indeterminação propõe o problema de entender a produção teórica enquanto geradora de um efeito de conhecimento do real, que é consequência desse conhecimento. Propõe-se dessa forma um *desdobramento do real*, no qual o pensamento, as formações ideológicas, e a produção científica aparecem como parte

desse real. Isso implicaria combater as noções empiristas e representacionais do conhecimento como abstrações da realidade, bem como o racionalismo de uma lógica do desenvolvimento interno das ciências, abrindo um campo da sociologia do conhecimento no qual se articulam as condições epistemológicas de fundação das ciências com as condições sociais nas quais se inscreve sua constituição e seu desenvolvimento. Dessa forma é possível pensar a historicidade dos conceitos que fundam o Materialismo Histórico – trabalho abstrato, valor, mais-valia – como um efeito – e nunca como simples reflexo – do processo real histórico [...]. Diferindo do conhecimento do real físico-biológico, onde os limites do conhecimento dependem de uma revolução teórica, *no campo do real histórico, os limites do efeito de conhecimento dos conceitos do materialismo histórico dependem da transformação das próprias formações sociais*. A mudança social delimita o efeito de conhecimento dos conceitos históricos. (LEFF, 2006, p. 28 e 29, grifos do autor).

Logo, o materialismo-histórico como transformador da realidade incute uma unidade do sujeito e objeto do conhecimento (pensamento e real) na história, que confunde-se com uma unidade entre sociedade e *natureza*, em que a *natureza* só é sujeito do conhecimento, interna e inseparável ao homem, quando assimilada historicamente. Esse fluxo reverso, no entanto, que reconhece a transitoriedade histórica do conhecimento, não é reconhecido internamente ao materialismo-histórico na forma de sua própria dependência contextual<sup>48</sup>, à medida que seu pensamento-como-realidade ou sujeito-objetivo é a joia de sua coroa ideológica.

As ciências não são uma representação subjetiva nem o reflexo imaginário dos processos reais dos que dão conta. As ciências não são as diferentes visões subjetivas da realidade. O conhecimento científico é o processo de produção dos conceitos – da concretude do pensamento – que permite a apreensão cognoscitiva do real. É o objeto das ciências o que, em seu efeito de conhecimento, [...] faz com que a realidade empírica que constitui o campo de experimentação de cada ciência tenha um “sentido” diferente. *Daí que o recurso natural como objeto de trabalho do processo econômico não se identifique com o ser orgânico visto como objeto biológico, nem que a energia pulsional se confunda com a biológica, o instinto com o desejo*. (LEFF, 2006, p. 26 e 27, grifos nossos).

Logo, há mais para a construção desse dilema do que uma instauração dialética ao materialismo, que por modo daquela, influi mais uma contradição do que uma unidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento<sup>49</sup>. *Por tudo isso, a matéria legitimada do materialismo-*

---

<sup>48</sup> “A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto [...]. Uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade têm que ser vistas na sua limitação histórica. Esse é o coração mesmo do método dialético, é o primeiro elemento do método e da análise dialética. Nessa consideração radical da historicidade, da transitoriedade de todos os fenômenos sociais, o próprio marxismo tem que aplicar a si próprio esse princípio, tem que considerar a si mesmo em sua transitoriedade” (LÖWY, 1996, p. 14 e 15). Esse autor aponta que houve tais considerações em alguns teóricos do marxismo, como em A. Gramsci, que enxergou a ciência como ela mesma superestrutural e enunciaria que “qualquer verdade pretensamente eterna e absoluta tem uma origem histórico-prática e uma validade provisória” (ibid, p. 27).

<sup>49</sup> Para Smith (1988), a “produção da natureza” concebida dentro e somente pela história como uma ordem de unidade entre sujeito e objeto do conhecimento é justamente a arma fulminante contra uma separação entre sociedade e *natureza* perpetrada pelo projeto capitalista, como ferramenta de sua dominação social e alienação – seja material ou epistemológica. Da mesma maneira, para Netto (2011) a teoria em Marx é o conhecimento da realidade que toma o ideal como a representação do material, e não o contrário tal como propõe a “ciência

*histórico é efetivamente a história, como atribuidora de sua ideologia transformadora da realidade, e não a natureza.* Esse é o divisor de águas que consiste na sua contestação de um materialismo físico-biológico ou positivista afirmador de uma matéria natural; e, portanto, é indispensável que o materialismo de raiz marxista seja sempre acompanhado pela sua terminologia histórico-dialética.

Recorremos aqui à cautela de não nos aprofundarmos ainda mais nesse dilema filosófico particular ao materialismo histórico-dialético ou a teoria marxista como um todo. Abrindo a ressalva, ainda, de que não é o nosso intento dissecar aqui os escritos de Marx, e por isso não dialogamos diretamente com ele, mas com o que importa do materialismo histórico-dialético em sua inteireza para o debate sobre a *natureza*, contido na Geografia. Dessa breve exposição, sublinhamos, intenta-se assimilar a noção territorial que quer abarcar o meio natural como concebido nesse domínio epistemológico, aproximando-o da pesquisa aplicada na Geografia recente. Por todas as suas influências diretas, convencem-nos os fatos teóricos de que o território, pela vertente destacada nesse subcapítulo, é tido como uma materialidade terrestre. *No entanto, a materialidade territorial é aquela histórica, e não natural.*

“O território é assim, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre. Os territórios são entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada”, completa Moraes (2005, p. 139). Pode parecer uma obviedade discorrer sobre a estirpe histórica do território mediante a sua qualificação pela política e as relações de poder, mais ainda por conta da reprodução constante dessa noção “crítica” viabilizada pela leitura histórica dos processos sociais. No entanto, é fato notório – conforme a amostra do primeiro capítulo - que se reproduz juntamente a essa leitura uma refutável apreensão de que a associação de um recorte zonal ou uma articulação reticular à uma base física signifique um reconhecimento ontológico da

---

burguesa" dos fatos científicos pela linguagem científica, o que "significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física, antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto" (NETTO, 2011, p. 23).

Em contraponto, Moraes (2005, p. 75) enxerga que a unidade epistemológica marxista destoa de seu sujeito-objeto histórico, que na verdade trata de uma separação entre sociedade e *natureza*: “Aqui, a perspectiva de Marx vai assumir uma posição antípoda da ótica positivista. Esta busca, enfaticamente, apreender a *unidade* do homem com a natureza. Marx, acatando de princípio a naturalidade do homem, torna tal meta um discurso sobre o óbvio [...]. Posto dessa maneira, a questão da unidade perde sentido pois o homem não é um outro em relação à natureza, *do ponto de vista natural*. Porém, se ele possui “naturalmente” esta íntima ligação com o meio que o hospeda, como explicar a interdição do acesso de determinados grupos aos recursos do ambiente? Como explicar que porções do espaço terrestre estejam vedadas à apropriação de todos? Vê-se que a questão em exame passa a ser não a da unidade entre o homem e a natureza, mas a da *separação* entre os dois. E, tendo a unidade como natural, a separação só pode ser histórica e social. Por isso, é no universo específico da vida social que deve ser equacionada a relação em foco” (grifos do autor).



ordem natural - mesmo ao se falar de uma apropriação dos ambientes ou de uma transformação das paisagens<sup>50</sup>. Sobre isso, aponta Lima (2015, p. 121, grifos nossos) que

[...] *tanto o viés da produção do espaço quanto o da territorialização demonstram-se incompatíveis com a retórica da intervenção humana sobre uma natureza física*, como comumente se depreende a partir de considerável parte da produção geográfica voltada para a problemática ambiental. No fundo, incorre-se na aceitação de uma autopoiese da natureza que, pelo menos em suas origens, independe do homem, tendo por este domínio a concepção de primeira natureza, a qual autorizaria a objetivação de fenômenos considerados autorreguladores por um punhado de ciências. É este o discurso que a geografia vem peremptoriamente reiterando, de maneira a considerar a natureza não mais que um recurso ou um suporte para a “ação humana”, em última instância, uma base para os “processos socioeconômicos”.

A posição condicional do meio natural na abordagem territorial aponta, pois, para uma recorrente sobrevalorização do elemento social, político-ideológico ou simbólico-ideológico, como exploramos anteriormente, que torna oblíqua a realização de tais análises em ambientes como o Cerrado, pelo conteúdo que encerra. Logo, reside no tratar do meio natural como componente do espaço geográfico o problema epistemológico. A abordagem territorial, em sua produção do espaço pela sociedade tanto no âmbito objetivo quanto subjetivo - pelo ímpeto de expor toda sorte de artifícios ideológicos, ao modo em que foi conceituado – nega as aproximações mais sistemáticas de uma ordem natural pela ameaça de retornar à uma alienação epistemológica do conhecimento da realidade, ou nesse caso, da produção do espaço geográfico. Reconhece, apesar disso, que o conjunto de feições nativas é tido como potencial produtivo e combustível dos embates; porém, parte de um princípio de abdicar de um espaço ordenado ontologicamente - que fosse ferramenta de alienação epistemológica. Acaba que ao pautar a produção do espaço geográfico pelo mosaico de multiplicidades da ação política ou simbólica (ideológicas), desvencilha-se da dimensão em que existem os fatores naturais; e as disputas territoriais abandonam mesmo a dialética metabólica da *natureza* – tornam-se disputas pelas disputas.

Resta desse imbróglio, de outro lado, a agência de uma materialidade natural cujo sentido ontológico é independente do sujeito histórico e mesmo científico, ou ao menos o que se supõe. Se o bojo materialista-histórico-dialético é tido como restrito à uma teoria sociológica, a ideia oposta é de que apenas numa epistemologia naturalista possa ser concebida uma materialidade da ordem natural. Nesse campo o positivismo desempenha um papel de ordenamento teleológico na maneira em que, surgido ele mesmo como teoria

---

<sup>50</sup> “Sabe-se também que a apropriação dos meios naturais não se confunde com a produção do espaço (criação de formas artificiais), e é o jogo entre estes dois processos que possibilita contabilizar inicialmente o movimento concreto de valorização de um lugar” (MORAES, 2005, p. 107 e 108).

sociológica de equiparar as leis sociais às leis da *natureza* exterior, tornou-se em seu posterior desenvolvimento um eixo filosófico basilar das ciências naturais e seus fundamentos teóricos a partir do séc. XIX.

A criação de uma “ciência absoluta”, apoiada em rigidez metodológica para determinar seu corpo de fatos reais, é objeto de crítica por uma racionalidade dualista alojada na sua apreensão epistemológica; tanto pela racionalização da consciência, que mantém uma externalidade observadora à condição humana, quanto pela mediação empírica, factualmente “exorcizada” de juízos, segundo as tradições que visitamos anteriormente. No que diz respeito às faculdades inadvertidamente dogmáticas dessa ciência, no entanto, mesmo questões imediatas de investigação objetiva ainda provam uma limitação à supremacia de seu domínio, e em comparação, ainda mais inalcançáveis para aquela apreensão da produção social da *natureza*:

O que dizer, contudo [...], das propriedades da “natureza”, isto é, dos conteúdos da realidade que não comparecem ao discernimento humano a título de um objeto identificável? Quantas espécies da flora e da fauna nos mais recônditos e variados ecossistemas do mundo não foram catalogados ou mesmo ignora-se por completo a sua existência? Ou ainda, o que dizer das espécies que vivem sob grandes profundidades e zonas abissais oceânicas? Poder-se-ia incluir no cálculo os microrganismos que se recombinaem ao nível celular numa velocidade adaptativa incomparável a qualquer outro ser vivo. E as partículas subatômicas, outrora a fração irreduzível da matéria, sendo depois fragmentadas em fótons, glúons, neutrinos, quarks e em outras partículas cada vez mais reduzidas – qual será a próxima fronteira da física? E quanto aos confins do universo para muito além de Kepler-22b ou, bem mais próximo, os segredos orgânicos e neurológicos de nosso próprio corpo? Qual o lugar dessas “coisas” no quadro de uma natureza socializada? (LIMA, 2015, p. 119)

A essas perguntas a distinção básica entre competências científicas sociológicas e naturalistas seria suficiente para a conciliação de um “terreno neutro” da *natureza*, onde cada disciplina se debruçasse em toda liberdade prática de aplicar seu entendimento e fazer ciência a seus dados desígnios, numa situação idealizada. Entretanto, a investigação da realidade terrena e a empresa epistemológica não são feitas em bases simplistas, e em casos ainda mais delicados, como o da Geografia, são inerentes ao método múltiplas “superdeterminações” - como as chama Leff (2006) - determinantes de confusões e incompatibilidades no que tange ao tratamento da sociedade e *natureza*.

Se em algum ponto, contudo, a investigação geográfica passou a pender para a apreensão do espaço produzido, houve a necessidade de questionar a resignação dessas ciências e métodos naturalistas frente a esse processo, e o intento de dissecar as suas cristalizações como filosofias mundanas tornou-se recorrente dentro da Geografia, o que promoveu contínuas desconstruções e renovações epistemológicas.

### 3.2 Geografia e a espacialização da Natureza

Dresch (1948 p. 88, apud SANTOS, 1996b, p.13) afirma que "nascida não durante o desenvolvimento, mas ao decorrer do triunfo da burguesia, [a Geografia] foi no início tanto uma filosofia como uma ciência, [...] e mais que nenhuma ciência, sofreu as influências ideológicas em curso". Sob essa lógica, a Geografia Clássica ou Científica que se propagou oficialmente sobre o peso das obras de Humboldt e Ritter no século XIX é concebida como o aporte de uma concepção político-ideológica de mundo dos Estados-Nações modernos e da classe burguesa. Acresce para esse cenário a caracterização das sociedades geográficas, que numa forma híbrida entre esferas acadêmicas, comerciais e aristocratas, assentaram uma definitiva institucionalização da ciência geográfica em face do reconhecimento de suas empreitadas pelo aval estatal, de orientação imperialista:

As sociedades de geografia são instituições do século XIX e estão ligadas de modo inextricável à ação colonialista e imperialista ocorrida durante esse período, mais marcadamente ainda entre o último quartel dos oitocentos e as duas décadas iniciais do século XX, com forte predominância europeia e entre os europeus com marcada hegemonia da França, Alemanha e Inglaterra [...]. Entretanto, embora o surgimento desse tipo de instituição tenha sido lento em seus cinquenta anos iniciais (1820-1870), pode-se dizer que nos anos subsequentes elas cresceram de modo vertiginoso, principalmente no período que vai de 1870 a 1914, por coincidência o mesmo apontado por Hobsbawm como aquele em que se dá o surgimento dos Estados nacionais em escala planetária. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as sociedades estão associadas a dois fenômenos inseparáveis: o imperialismo europeu e a conformação do mundo a partir de recortes territoriais nacionais. Por outro lado, as sociedades geográficas abrigam os mais diferentes tipos de interesse imperialista. Lá estão comerciantes preocupados em abrir novos mercados, engenheiros militares interessados na posse de novos territórios, cientistas ávidos por catalogar as novas maravilhas do mundo. (SOUSA NETO, 2001, p. 129 e 130)

Nesse contexto, a convergência de interesses da formação de um corpo unificado de conhecimentos geográficos se deu pela expansão civilizatória atrelada à uma mentalidade desbravadora, e esse é um ponto de encontro essencial entre o que viria a se dividir, de um lado, em investigações de *natureza*, e de outro, investigações de produção do espaço; até então entrelaçadas. O primeiro dos esforços, no entanto, era o estandarte oficial das sociedades geográficas, e mesmo as empresas mais célebres de intervenção política e cultural sobre terras longínquas foram adequadas à uma filosofia naturalista que tinha na arbitragem eurocêntrica das condições naturais a postura determinante da prática científica. Esse é o prólogo para *uma produção do espaço pela dominação da natureza exterior*, que sob ótica externalista, caracteriza aquela apropriação dos ambientes que temos discutido.

Moraes (2005, p. 109 e 110) fala de uma “valoração dos lugares”, e fundamenta, nesse contexto, que

[...] são bastante variados os discursos que veicularam juízos – referentes a práticas de avaliação do valor dos lugares – que revelam o despertar de uma nova forma de considerar a natureza e a originalidade natural. Antes de rastreá-los, cabe mencionar que a própria percepção da paisagem é moldada no processo de socialização do indivíduo, apresentando, portanto, determinações históricas e culturais variadas e inexoráveis. Em termos históricos, a postura racionalista – que advém com o instalar-se da vida moderna – traz em seu bojo a ideia da potência humana no trato com os fenômenos e elementos do mundo natural, reforçando o desejo de executar um ordenamento “racional” do espaço [...]. Entre os fundamentos/desdobramentos da postura mencionada tem-se o próprio desenvolvimento das ciências naturais, que conhecem um avanço ímpar ao longo dos séculos XVIII e XIX, como um componente importante desta fé na razão e na possibilidade de explicar (dominar) a natureza. Os conceitos de *meio* e de *organismo* emergem como centrais na constituição de uma nova forma de pensar mundo e a Terra, os quais vão ter na teoria evolucionista um campo de inter-relacionamento na discussão dos mecanismos de adaptação. A própria emergência da geografia moderna deve ser apreendida como parte desse movimento de alargamento da consciência sobre os processos naturais. Enfim, a valoração dos lugares passa – a partir de certo momento – a responder também a estes novos padrões de legitimação dos discursos e teorias, ancorados numa racionalidade advinda do conhecimento científico. (grifos do autor).

Se há na institucionalização da Geografia, de acordo, uma gênese e herança na tradição naturalista, foi marcada especificamente pela massiva influência de *A origem das espécies* (1859), na conformação de um naturalismo contornado pela filosofia positivista de leis e mecanismos físico-biológicos, como foi demonstrado até aqui com variados autores. Anterior à Darwin, no entanto, houve uma base natural sólida que redesenhou o perfil das sociedades geográficas e seus pesquisadores marcadamente, na figura daquele que é reconhecido como um dos fundadores da ciência geográfica clássica e o maior naturalista da história, Alexander von Humboldt (1769-1859)<sup>51</sup>.

A terminologia própria de Humboldt revela que comprazia em identificar-se como um *cosmógrafo*, e isso muito diz da perspectiva naturalista que nutria em suas conjecturas. Sua vertente de influência é a *Filosofia da Natureza* de Schelling<sup>52</sup>, concebida no arcabouço

<sup>51</sup> “Humboldt influenciou muitos dos mais formidáveis pensadores, artistas e cientistas de seu tempo. Thomas Jefferson chamou-o de ‘um dos mais excelentes ornamentos da nossa época’. Charles Darwin escreveu que ‘nada jamais estimulou de forma tão ardorosa o meu entusiasmo quanto a leitura da *Narrativa pessoal* de Humboldt’, declarando que sem ele não teria embarcado no *Beagle*, tampouco concebido *A origem das espécies*. William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge incorporaram em seus poemas o conceito humboldtiano de natureza. E o escritor mais respeitado dos Estados Unidos, Henry David Thoreau, encontrou nos livros de Humboldt uma resposta para seu dilema sobre como ser um poeta e um naturalista [...]. Simon Bolívar, o revolucionário que libertou a América do Sul do jugo colonial espanhol, chamou Humboldt de o ‘descobridor do Novo Mundo’, ao passo que Johann Wolfgang von Goethe, o maior poeta alemão de todos os tempos, declarou que passar alguns dias com Humboldt foi como ‘ter vivido vários anos’ [...]. Hoje, embora praticamente esquecido fora do mundo acadêmico [...], seu nome paira por toda parte, da corrente de Humboldt, que percorre o oceano Pacífico acompanhando as costas do Chile e Peru, a dezenas de monumentos, parques e montanhas na América Latina, incluindo a *sierra* Humboldt no México e o pico Humboldt na Venezuela. Uma cidadezinha na Argentina, um rio no Brasil, um gêiser no Equador e uma baía na Colômbia” (WULF, 2016, p. 29 e 31).

<sup>52</sup> A *Filosofia da Natureza* de Schelling, todavia, é contrária à noção de razão científica como faculdade ou ferramenta, ao concebê-la como totalidade; e no sentido em que se opõe à alienação entre razão e natureza, contrapõe o pensamento kantiano, ao passo em que entende a *natureza* não como ideia tangível, mas ela própria como “coisa em si” (GOMES, 2003). Essa variação ontológica é a base diferencial entre as duas vertentes, que

do movimento romântico alemão, que por sua vez, adaptou da crítica de Kant o idealismo que situa a *natureza* como campo fenomênico – notadamente pela sua apreensão estética e contemplativa - e a universalidade de uma razão crítica, que atesta para o feitio do homem da ciência moderna. Humboldt também evidenciou afeição pela descrição empírica (daquela prática baconiana e posteriormente enciclopedista) e metódica, porém não deixou de incorporar os elementos da razão crítica na concepção de uma universalidade cósmica da *natureza*, palpável tanto em sua manifestação terrena quanto no espírito humano:

Da esfera dos objetos exteriores passamos à esfera dos sentimentos. No que precede temos exposto, sob a forma de um vasto quadro da Natureza, o quanto nos tem dado a conhecer a ciência, fundada em rigorosas observações e livre de falsas aparências, acerca dos fenômenos e leis do Universo. Mas semelhante espetáculo da Natureza ficaria incompleto, se não considerássemos de que maneira se reflete no pensamento e na imaginação, predisposta às impressões poéticas. Um mundo interior se nos revela, que não exploraremos como faz a filosofia da arte, para distinguir em nossas emoções o que pertence à ação dos objetos exteriores sobre os sentidos, daquilo que emana das faculdades da alma ou se refere às nativas disposições dos diversos povos; pois basta com indicar a fonte desta inteligente contemplação que nos eleva ao sentimento puro da Natureza, é inquirir as causas que, despertando a imaginação, têm contribuído tão poderosamente em propagar o estudo das ciências naturais, e a afeição às viagens distantes sobretudo nos tempos modernos. (HUMBOLDT, 1875, p. 121 e 122, tradução nossa).<sup>53</sup>

Explorar em profundidade o *Cosmos* de Humboldt é tarefa para outras pesquisas, mas comparar a sua posição de pioneiro da Geografia praticada até os dias de hoje em paridade com seu reconhecimento na forma de expoente da ciência natural é traçar uma relação muito íntima entre a gênese da prática geográfica oficial do período e a apreensão naturalista trazida em seus estudos.

Löwy (1996) enuncia que no albor do iluminismo, a concepção naturalista esteve eminentemente no enciclopedismo francês do séc. XVIII, de inspiração baconiana, porém, recipiente de um “materialismo vulgar” que relacionava de forma causal as relações sociais com aquelas materiais, e por extensão, naturais. Tal caracterização da *natureza* foi influente

---

por mais que semelhantes não podem ser equalizadas. Da mesma maneira é indispensável destacar que a universalização da *natureza* em Kant não se traduz em sua plena internalização no homem, o que por sua vez é traço marcante do romantismo e da Filosofia da Natureza.

<sup>53</sup> “De la esfera de los objetos exteriores passamos à la esfera de los sentimientos. En lo que precede hemos expuesto, bajo la forma de un vasto cuadro de la Naturaleza, cuánto nos há dado á conocer la ciência, fundada em rigorosas observaciones y libre de falsas apariencias, acerca de los fenómenos y de las leyes del Universo. Pero semejante espectáculo de la Naturaleza quedaría incompleto, si no considerássemos de qué manera se refleja el pensamiento y en la imaginacion, predispuesta á las impresiones poéticas. Un mundo interior se nos revela, que no exploraremos como hace la filosofia del arte, para distinguir em nuestras emociones lo que pertence á la accion de los objetos exteriores sobre los sentidos, de lo que emana de las facultades del alma ó se refiere á las nativas disposiciones de los diversos pueblos; pues basta com indicar la fuente de esta inteligente contemplacion que nos eleva al sentimiento puro de la Naturaleza, é inquirir las causas que, despertando la imaginacion, han contribuido tan poderosamente á propagar el estudio de las ciencias naturales, y la aficion á los lejanos viajes sobre todo en los tiempos modernos.”

na Geografia clássica, ao que relaciona Gomes (2003, p. 78), pela sua afirmação de uma “unidade de todos os fenômenos observáveis, naturais e sociais, e que busca de maneira lógica uma cadeia de conexão entre eles”. Todavia, a definitiva face de um naturalismo geográfico clássico teve de passar pela crítica kantiana, da síntese da razão universal e uma negação do determinismo enciclopedista da *natureza* imediata, que pela conciliação romântica, encontrou-se no holismo de Humboldt. De tal modo, o peso incontestado da produção de Humboldt é marcado à medida em que é exaltada a contribuição de Kant à Geografia.

A morte de Humboldt coincide com a publicação do *magnum opus* de Darwin, já em meados do século XIX, e ambas obras passam a suscitar novos questionamentos, em que “tornou-se necessário mostrar como as coisas haviam chegado a ser como eram, ao invés de simplesmente como apareciam mescladas em uma aparente harmonia [...] na velha filosofia teleológica” (STODDART, 1975b, p. 18, apud CAPEL, 2010, p. 17). “Aparente harmonia” essa que se devia, principalmente, à razão universal kantiana para o corolário das ciências como um todo, e no caso da Geografia, ao holismo de Humboldt e Ritter.

Nesse sentido, Gomes (2003, p. 143) aponta como essencial ao início de tais questionamentos teleológicos a argumentação de Herder, que ao opor-se à ciência racional de Kant, busca como alternativa uma “filosofia da História centrada sobre a expressão das culturas nacionais”. Nessa apreensão filosófica, a noção de totalidade orgânica é deslocada aos povos e nações, e não mais na *natureza* em sua abstração espiritualista. Mais ainda, o autor identifica que já na corrente romântica nutria-se uma valorização da história como significação contingente dos fatos e fenômenos, compartilhando com a *natureza* um fim de liberdade, “impregnado de relativismo”.

Logo, no contexto que seguiu, a tendência crescente de se compreender as derivações políticas e culturais com base na variação de sua manifestação passou a consistir tanto na definição de uma identidade geográfica quanto numa questão filosófica de justificar o mundo que se construía até então, e de tal maneira, uma aproximação recorrente com a história. Essa mesma necessidade teleológica é que torna a Geografia naquela ferramenta, tida para as sociedades geográficas de então como primeiramente um saber da história natural, com razão, no contexto de avivamento naturalista de Humboldt e Ritter. Porém, somente com o materialismo darwiniano foi que a *natureza* passou de contemplação metafísica para esfera orgânica e dinâmica, ordenada e fenotípica, dando origem às primeiras discussões sobre as relações entre os organismos, e na tradição geográfica, entre *homem e meio*; que é importante

destacar, já se afasta consideravelmente do que implicava a discussão anterior de *razão* e *natureza*, sujeito e objeto do conhecimento.

Nesse cenário, é pelo princípio de uma supostamente alcançada superação do debate epistemológico e da primazia da matéria biológica que se transfere o arquétipo conceitual das ciências de um racionalismo filosófico para um materialismo centrado na potência metodológica, pela “identificação de objetos irreduzíveis na realidade [...] e pela formalização das leis que regem o seu funcionamento” (MORAES, 2005, p. 68). Assim sendo, o projeto positivista clássico de A. Comte e seus continuístas foi filosofia como base propositiva de um progresso social mediante o método científico, logo assumindo uma postura tão externalista quanto a do materialismo-histórico, e por isso, tão explícito em seu ideal de ordenamento prático e de exaltação do conhecimento sociológico. Circunscreve-se, desde então, uma importância da organização e do desenvolvimento social e o papel que neles desempenha o conhecimento científico.

Essa passou a ser a doutrina guia do pensamento científico moderno, e com efeito, são as derivações metodológicas para apreender a relação homem-meio na Geografia que irão estabelecer uma fragmentação na ciência geográfica logo após sua institucionalização. A ascensão de uma filosofia mundana positivista exerceu pressão extraordinária desde cedo na Geografia pelo seu caráter institucional e governamental, e logo, tornou-se um impasse que o estudo das relações homem-meio tivesse de servir ora um erudito interesse de integralidade, ora uma pesquisa funcional e politizada, cada vez mais difundida. No entanto, é importante destacar que foi também por um movimento interno à Geografia que se deu uma desconstrução de sua unidade e uma fragmentação dos estudos por modo dos próprios autores clássicos, mediante suas formações e filiações teóricas.

Moreira (2014) demonstra como, de um lado, colocou-se a Geografia Física como a mais próxima do saber naturalista-positivista, a mais dividida em especializações setoriais, e que, em matéria de ensino, foi substituída mesmo por uma fisiografia como estudo do meio natural (CAPEL, 2010). De outro, uma Geografia Humana, mais próxima da integralidade fundadora e afeita à campos como Economia e Sociologia, de modo a estabelecer entendimentos gerais da relação homem-meio. Por último, desenvolveu-se uma Geografia Regional, de caráter monográfico, dedicada à formulação de conhecimentos sobre as interações específicas dos homens na apreensão de uma organização geográfica que pudesse ser retrçada ao entendimento das civilizações e sociedades, associada à um movimento histórico.

As relações homem-meio foram focalizadas como objeto contínuo de uma Geografia Humana ao passo que essa foi se aproximando do conhecimento histórico, reivindicando postulados que antes cabiam à etnografia e a estatística, pertencentes à Economia Política (já tradicionalizada por T. Malthus, D. Ricardo e A. Smith) - criticada pela teoria marxista, a seu tempo, como essencialmente burguesa. Efeito disso é que se fortaleceu e diferenciou-se uma Geografia Regional; e restou que, diante das especializações positivistas dos conteúdos naturais pelas disciplinas naturalistas - do ensino fundamental à academia na Europa do séc. XIX -, a matriz epistemológica das relações homem-meio trocou a *natureza* por uma categoria de sentido próprio à Geografia, que a legitimasse no contexto científico de então pela posse de um objeto exclusivo de estudo; e fosse capaz de alcançar a noção de organização geográfica almejada pelas crescentes pesquisas monográficas: o *espaço*.

A tarefa de tratar as relações homem-meio com base numa racionalidade científica naturalista, do materialismo-biológico, e atravessar por ela noções de história e cultura consistiu no principal divisor de águas na ciência geográfica nesse momento. Internalizou-se insidiosamente o debate sobre uma dicotomia geográfica, por exemplo, nas leituras deterministas e na ruptura metodológica criada entre objetos naturais e humanidades nessa ciência; por razão da suposta incapacidade ou da frustração que tais teorias somaram ao abordar esses dilemas em uma tentativa integracionista, principalmente ao distanciar-se cada vez mais de sua matriz epistemológica. O determinismo que se atribui - de forma polêmica - à Ratzel<sup>54</sup>, por exemplo, que falava da importância do solo na organização de um “espaço de vida”, representou com expressão a geopolítica daquele contexto, adotada por geógrafos de Estado como Haushofer e Mackinder, ao passo que se estenderam os questionamentos por parte de pensadores como Reclus<sup>55</sup>, Kropotkin e Vallaux (ANDRADE, 1985; VESENTINI, 2008; SANTOS, 1996b), de posicionamento libertário, que acreditavam no caráter emancipatório de uma *teoria social* que partisse do conhecimento da relação homem-meio para compreender - mais que uma condição humana universal - as organizações sociais ou “modos de vida” em razão de suas *determinações* político-culturais.

---

<sup>54</sup> “[...] para Ratzel a humanidade forma suas civilizações a partir de pequenos nichos de relação integral de homem e meio, o homem movendo-se em coabitação com o quadro integral do lugar escolhido para viver, mudando e remodelando o meio segundo seus interesses de modo de vida. Aí faz sua passagem de espécie para gênero, organiza o todo do seu espaço vital, que Ratzel chama seu solo, cria sua cultura e, sobre essa base, sua civilização, num processo de *antropogeografia*” (MOREIRA, 2014, p. 17, grifo nosso).

<sup>55</sup> “[Igualmente desse quadro preliminar [da antropogeografia] nascem as formas de civilização para Reclus, os homens travando desde o começo de sua relação com o meio um modo de convívio comunitário que espelha a forma das relações que vivem entre si. As civilizações surgem assim, antes de tudo, como comunidades humanas em que a riqueza é produzida e compartilhada por todos. Daí o estado cultural do homem como a natureza consciente de si mesma, num traço de civilização que forma a base do caráter de todos os níveis do seu modo de vida” (MOREIRA, 2014, p. 17).



Não apenas a deslocada perspectiva determinista foi fruto de uma “geografia colonial” como a chama Santos (1996b, p. 14) ou uma “Geografia da Civilização” conforme Moreira (2014), mas também La Blache, estudioso das particularidades e *gêneros de vida* - a quem seu aluno L. Febvre classificava como um *possibilista* - louvava a "conquista das distâncias" (SANTOS, 1996b, p. 15) e não por acaso fazia uma Geografia Regional que se conformava à política governamental francesa (ANDRADE, 1985). Ao rejeitar o elemento político como fator central da Geografia Humana e considerar a ligação entre os fatos sociais e a paisagem, La Blache não separou o homem-meio, porém não se absteve de uma inspiração positivista ao entender essa relação como essencialmente biológica (RIBEIRO, 2012, MOREIRA, 2012). Para Andrade (1985, p. 21), o pensamento vidalino "fundamentalmente ambientalista, é, na verdade, um determinismo moderado".

Tem-se que todos esses discursos, nesse momento, estiveram em conflito. Não entre eles mesmos, mas em conflito com a identidade epistemológica geográfica que pressupunha, em sua fundação, um exercício de totalidade. Diante disso, Moreira (2014) põe que houve um esvaziamento epistêmico das categorias, lideradas pelo espaço, acompanhado de categorias substanciais como a paisagem e a região. A ciência geográfica voltada a organização do espaço<sup>56</sup> logo sofreu as implicações de sua fragmentação teórica, que mediante a irreparável noção de integralidade da relação próxima entre os seus objetos ontológicos, viu-se dividida pelo fato marcante de que se tratava essencialmente de uma investigação materialista (positivista-biologista) da realidade observada, ou pelo menos, fundada em bases tais<sup>57</sup>. Nesse sentido, enxergamos ainda que o que havia se retido da relação holística homem-meio dos fundadores se esgotou justamente pela inserção de uma variável histórica nos preceitos civilizatórios e organizacionais das obras clássicas. É um movimento de abalo cujo epicentro é o espaço:

Presente como um já dado em Kant, o espaço é por isso mesmo uma categoria a ser preenchida necessariamente pela evidência dos dados empíricos da paisagem. Assim

---

<sup>56</sup> “Brunhes é a transição para a fase do estudo da organização do espaço. Pertencente ainda à fase do estudo da relação homem-meio, Brunhes não se limita a ver o mundo como uma relação do homem com o seu meio a partir dos traços da paisagem, mas de compreender a própria arrumação visual desses traços na forma do arranjo do espaço que está no substrato de sua organização [...]” (MOREIRA, 2014, p. 18).

<sup>57</sup> “E se não chegam [os clássicos] a um conceito tão claro de espaço geográfico é porque, a despeito do garante da superfície terrestre, têm na mente a guia-los a abstratividade da extensão e distância da extração cartesiano-newtoniana. O todo antes de mais isotrópico, isonômico e isotudo, cujos lugares são localizações geométricas e assim pontos fixos postos aos fenômenos na forma de uma trama física de rede de distribuição que, por mais que contra ela lutem, esta se lhes impõe como um constrangimento de essência ôntica da distância. A trama da extensão-distância se faz então do espaço uma estrutura matemática, que daí se antepõe aos entes fenomênicos como a estrutura e a organização que os ordena e protege contra a atuação e determinação cega e alheia da lei científica que os domina. É assim que a localização é o já-dado que os predetermina e os encerra na grade do arranjo que tudo qualifica e define na ordem identitária do mundo” (MOREIRA, 2012, p. 89).

se mantém em Vidal [de la Blache], através do discurso da região, esta aparecendo como o modo de pelo espaço a Geografia Regional unir uma Geografia Física e uma Geografia Humana reciprocamente desgarradas desde dentro da relação homem-meio, a unidade do espaço-região vindo em socorro. A fragmentação, que aí já então tem lugar, vai flagrá-lo neste salto de autonomia, interferindo fortemente em seu percurso. Daí que o que era imperceptível no momento da separação categorial do discurso de Brunhes vai se explicitando como uma dicotomia radical, a paisagem indo articular-se aos componentes empíricos da natureza e o espaço, aos componentes empíricos do homem, gravados nos significados neokantianos respectivamente de natural e artificial que a geografia neokantiana vai consolidar com os nomes de Geografia Física e Geografia Humana. É assim que em Tricart, malgrado seu discurso de integralidade, paisagem é sinônimo de Geografia Física, e em George espaço é sinônimo de Geografia Humana, paisagem e espaço seguindo o destino recíproco do esvaziamento epistêmico que o discurso fragmentário vai emprestar à totalidade das categorias. Gradativamente a presença da paisagem desaparece no próprio campo da Geografia Física, até apagar-se por completo com o implemento da fragmentação setorial. Já o espaço vai no sentido oposto, firmando-se como categoria discursiva, mas ao preço de ficar ilhado dentro do discurso geográfico como conceito exclusivo da geografia humana, até desaparecer igualmente quando esta também irrecorrivelmente se setorializa. (MOREIRA, 2014, p. 21).

“A paisagem, o meio e o espaço se tornam o tema, não mais o homem e a natureza, e dá-se então um começo de imprecisão conceitual que se radicaliza com a vinda da fragmentação generalizada” (MOREIRA, 2014, p. 22, grifos nossos). Nesse sentido, o dilema que enfrentaram os clássicos foi justamente o de lidar com a esmagadora fragmentação da prática geográfica, a ausência de uma unidade científica e o esvaziamento semântico de suas análises. O processo contraditório que se deu em seguinte foi o de afirmar uma nova fragmentação, porém em um movimento internalista, de reconhecimento das autonomias racionais de cada modalidade metodológica, e validando assim as diversas competências de análise por um resgate do papel do cientista como árbitro universal sobre a realidade observada, munido da razão como faculdade e não mais retido pela determinação da matéria. Como se enuncia, esse foi um retorno à razão universal, o supracitado *neokantismo*.

O intento neokantiano foi de superar o problema da fragmentação positivista da Geografia institucionalizada, e colocar a integralidade da ciência geográfica por uma afirmação voluntária de sua diferenciação, resultando em mais do que a soma de todas as partes. Mais ainda, foi de legitimar as categorias geográficas como autônomas e autossuficientes à análise, ao modo que, na questão epistemológica, a separação entre dimensões naturais e humanas fosse tão espontânea quanto a distância idealista entre sujeito e objeto da razão crítica kantiana; e na questão ontológica, que a potência objetiva dos conteúdos materialistas fosse substituída pela potência do entendimento como mediador da

realidade<sup>58</sup>. Ao instaurar-se, pois, uma nova compartimentação do saber geográfico, fez-se definitiva a dicotomia geográfica entre Geografia Física e Geografia Humana (GOMES, 2003; MORAES, 2005; MOREIRA, 2012, 2014).

Dessa “fragmentação generalizada” e internalista, resultou uma sobrevalorização das categorias espaciais, que continuaram, por todo o século XX, a fundar novas tradições geográficas baseadas na apreensão de uma organização do espaço que é pautada não no espaço absoluto, do entendimento filosófico, mas do espaço relativizado pelo método geográfico - o *espaço geográfico*. Daí que para Moreira (2012), transfere-se a práxis geográfica de uma “grande teoria”, do pensamento filosófico geral, para uma “pequena teoria”, da Geografia contida em suas próprias convenções, objetos e formas de pensar o homem no mundo. Criou-se, por conseguinte, o que esse autor chama de um “paradigma geográfico da Geografia”, em que o espaço geográfico é o conteúdo de arranjo empírico e não mais aquele de determinação apriorística (quer fosse o metafísico-cartesiano, o metafísico-idealista ou o materialista-físico).

Esse arranjo empírico do espaço geográfico irá se manifestar ora pela ótica da paisagem, ora pela da região; e isso foi preocupação central da continuidade da crítica neokantiana em meados do século XX, que questionou as incertezas metodológicas da cristalizada tradição monográfica e civilizatória vidalina. O fez, porém, por uma perspectiva ela mesma positivista, a que Gomes (2003) qualifica como um “positivismo crítico”, no intuito de imbuir novamente o corpo metodológico geográfico de um racionalismo e síntese que superava a mera descrição. Segundo esse comentador, isso se deu, notavelmente, na geografia estadunidense pelo “culturalismo morfológico” de C. Sauer, pelo “classicismo metodológico” de R. Hartshorne, e pela crítica lógica de F. Schaefer.

A *diferenciação de áreas* é o que interessa a esses autores, e nela a busca de um método objetivo como delineador de uma identidade da Geografia. Para Sauer encontra-se no estabelecimento de tipologias lógicas e comparativas das formas espaciais, a fim de apreender uma sistematização pelas estruturas evidentes do espaço geográfico; logo, apoia-se na *paisagem* como objeto fundamental da Geografia (GOMES, 2003). A via de Hartshorne também é inspirada na geografia alemã, porém critica a saueriana como ainda proponente de uma mera descrição; tendo que o valor da função excede o das formas, e, portanto, a *região* é que seria chave do método geográfico sistemático e objetivo, adaptando assim a tradição

---

<sup>58</sup> “[...] as correntes *neokantistas* entendem que as ciências se originam de formas próprias de focar uma realidade em si mesma múltipla e indivisível, sendo os recortes analisados uma arbitrariedade do sujeito, logo despossuídos de um *status* ontológico” (MORAES, 2005, p. 68, grifos do autor).

clássica. Logo, o caminho de Hartshorne ante uma descrição perceptível dos fenômenos seria a diferenciação funcional de suas relações, que é interpretativa e viabilizadora de uma autêntica sistematização da Geografia por via de seu método. A diferenciação de áreas é, para ele, empírica em seu movimento, e racional em sua execução. Por isso é associado a seu neokantismo um traço positivista, residente na ambiguidade de sua obra, que de maneira recorrente o situa, conforme feito por Gomes (2003, p. 236), como proponente de uma “geografia regional sobre um método objetivo e positivo”.

Já a crítica posterior de Schaefer é direcionada ao recorrente resgate da tradição clássica, enxergando tal movimento como um obstáculo à sistematização da Geografia, ao passo que os “particularismos metodológicos” neokantianos eram avessos à adoção de um discurso científico lógico; que, importante destacar, trata literalmente do discurso como linguagem, método por excelência, e não aquela razão universal antecessora e legitimadora de arbítrios – que ao seu ver, era mesmo uma postura anticientífica<sup>59</sup>. Nesse sentido, representa uma ruptura com o neokantismo e um retorno ainda mais potencializado ao positivismo, na forma de um *neopositivismo* ou de um *positivismo lógico* (GOMES, 2003; MORAES, 2005).

A partir desse momento, Gomes (2003) traça uma linha divisora que finda o período da Geografia Clássica para derivar três horizontes específicos: um lógico-formal, um crítico radical e um outro horizonte humanista. Tendo que a exploração de cada um é extensa e abriga preocupações que ultrapassam a nossa demanda inquisitiva, não nos ateremos mais a sua diferenciação teórico-metodológica. Contudo, há um ponto que ainda nos interessa e é necessário continuar com base nas reflexões já estabelecidas até aqui: há, na continuidade dessas vertentes, uma suposição de superação do debate epistemológico sobre a questão da *natureza* na Geografia.

Com base no que discute o último autor, expandimos que no horizonte lógico-formal propaga-se uma conciliação com o positivismo lógico e a afirmação de um naturalismo materialista, em que, pela potência da própria empresa científica, a *natureza* é conteúdo acessório e submetido às leis invariáveis de uma teleologia-praxiologia que se produz por sujeito que não é interno nem externo a ela, mas de preferência, independente - afirmado pela sua própria capacidade cognitiva e analítica. Dessa condição paradigmática se alimenta o

---

<sup>59</sup> Schaefer chamou de “excepcionalista” a concepção de Hartshorne que via a Geografia como ciência idiográfica, e logo, avulsa ao estabelecimento de leis gerais para aspectos da superfície terrestre, como seria do feito dos outros campos científicos consolidados (VESENTINI, 2008). Em contrapartida, Hartshorne (1978, p. 163) ele mesmo via numa “Geografia Geral” uma devoção dogmática ao procedimento nomotético, que atacava quaisquer considerações de arbítrio “com veemência e escárnio”, defendendo, portanto, a legitimidade de uma Geografia Regional neokantiana ou *corológica* (da diferenciação de áreas), aos moldes dos alemães A. Hettner e R. Richtoffen.

horizonte subsequente, da crítica radical, que por seu lado, propõe também uma superação da epistemologia da *natureza*, porém por motivo distinto: estabelece que a racionalidade dualista e exteriorizada foi superada por um materialismo dialético, que não mais depende da mediação racional e situa o sujeito e objeto em unidade, que materialmente, encontra-se na relação metabólica entre homem e *natureza*. Homem, entretanto, que não é espírito ou razão, mas que é carne e osso, matéria, ação transformadora, produção, trabalho e história. Sobre a apreensão de *natureza* no humanismo dedicaremos atenção mais à frente.

O que tanto os horizontes geográficos lógico-formal (Geografia Teorético-Quantitativa) quanto o da crítica radical (Geografia Crítica) têm em comum é que são materialistas. O primeiro legitimado nas ciências naturais e exatas, e o segundo, na Sociologia e na História. Essa parece uma consideração básica mas inclui sugestões muito amplas sobre o caráter de cada práxis, que concordam em discordar simultaneamente da Geografia fundadora holista, da Geografia Clássica positivista e da Geografia neokantiana.

Nos interessa, na medida de sua marcada presença na Geografia contemporânea, na sua contínua prática institucionalizada nas pesquisas atuais e principalmente, na valoração territorial que dá aos estudos geográficos como aqueles de Cerrado; tratar da vertente crítica radical e o contexto teórico de seu encaminhamento. Para Moreira (2012), a instauração dessa “recondução integrativo-crítica” se deu com

A incorporação nos anos 1970 de *Manuscritos de 1844* e de *O Capital* [...]. A retomada vem, no entanto, no início em uma forma axialmente separada. O eixo homem-natureza na forma da ecologia política, pouco ou quase nada, entretanto, relacionada à sintaxe tricartiana. E o eixo homem-espaço na da economia política do espaço, bem mais explicitamente georgiana [...]. Daí que a sintaxe tecnoespacial de George se desdobre na teoria das três naturezas/ três espaços de Smith ou do espaço produto da técnica e do conceito de tempo-espacial de Milton Santos. Que a espaçoambiental de Tricart se desdobre na teoria da ruptura ecológico-territorial de Quaini. E que tudo inicialmente se explique na criticidade política da sintaxe geográfica anarquista de Reclus, deixada inteiramente de fora das reaglutinações rittero-humboldtianas [...]. O conceito autopoiético da hominização de Marx é a base de referência dessa retomada integralizada. Com epicentro no metabolismo do trabalho. E agendamento no conceito do arranjo espacial. Da junção desses conceitos – o ontológico do metabolismo e o metodológico do arranjo do espaço – vem a junção dos eixos antes “ambiental” de Tricart e “espacial” de George, confluídos para uma única sintaxe [...]. De que o fio vermelho é o conceito da hominização, a ontologia do homem-natureza de Marx feita sintaxe geográfica [...]. Vem de George, na tradição de Brunhes, a noção do arranjo espacial como elemento-chave da descrição na Geografia. Daí sua introdução quase que automática nesse movimento de retomada sintática, lida porém, agora nos termos do conceito de estrutura sócio-histórica de Marx. Visto por esse prisma de estrutura, de imediato o arranjo do espaço adquire o significado do olhar estrutural da sociedade, a estrutura interna desta revelada na própria forma de arrumação do arranjo do espaço. O ponto da aglutinação é a concepção histórico-materialista, de inspiração lefebvriana, certamente, do espaço como o histórico produzido, trazido à Geografia por Milton Santos. E o ponto sintático, a concepção de Harvey do espaço como um todo regido pela lei do valor. Concepções que se resumem na noção epistemológica da sociedade

e do espaço como espelhos recíprocos, centro da sintaxe geográfica de Milton Santos e que este expressa no conceito da formação socioespacial, e como obra recíproca do movimento da realização e reprodução ampliada do valor, centro da sintaxe de Harvey e que este expressa no conceito da valorização do espaço. O modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço. Produzindo-se o espaço, produz-se a sociedade. E vice-versa. (MOREIRA, 2012, p. 46 e 47, grifos do autor).

Essa passagem é de importância monumental, principalmente às preocupações que nos têm situado. Dessa síntese assume-se pontos vitais quanto a origem que substancia a abordagem territorial e a Geografia Crítica como um todo. Primeiramente, que o espaço sinônimo de sociedade ou organização sócio-histórica é uma negação explícita da *natureza* e dos conteúdos naturais, pelo fato de que assume a *natureza* ela própria como produzida socialmente. Isso incute necessariamente numa separação transversal entre *natureza* e sociedade, que é frequentemente perdoada no materialismo histórico-dialético por uma noção de que a dialética é resolvida de uma unidade contraditória, ou uma unidade epistemológica entre homem e *natureza* que se dá não por uma unidade real, mas pela inclusão de um conteúdo no outro, da *natureza* no homem. Tudo isso discutimos no tópico anterior, mas torna-se mais evidente ao passo em que essa noção específica de espaço geográfico denuncia que a Geografia Crítica *não* tem como objeto de estudo a *natureza*.

O peso dessa afirmação está em uma negação própria da identidade geográfica, tanto epistemológica quanto etimologicamente. Se desde os clássicos houve uma substituição “sintática” contínua da categoria discursiva do espaço geográfico, na Geografia Crítica isso se faz da forma mais severa possível, ao adotar-se a teoria marxista como modelo conceitual. A questão do *valor* é fundamental para ilustrar essa situação, ao passo que o valor está no espaço produzido, metabolicamente, e logo o espaço é mediação “homem-espaço-natureza” (MOREIRA, 2012, p. 49)<sup>60</sup>, ao passo que o valor é social-histórico, econômico e cultural, superestrutural, porém, amarrado à infraestrutura material pura, da qual o homem faz parte prioritária e integralmente, como razão transmutada. Essa é a sociedade-naturalizada ou a *natureza*-socializada, a hominização ontológica marxista que incute uma unidade autoexcludente mas que em toda sua contradição, contradiz sempre o que é natural e não o que é social, sendo o último a única base de seu entendimento. Espacialmente segue o mesmo

---

<sup>60</sup> O espaço geográfico, desde os clássicos, consistiu no “traço ontológico por excelência da sintaxe geográfica” ao ser a mediação entre homem e *natureza* no conjunto das relações dadas (MOREIRA, 2012, p. 89). Todavia, na crítica posta, reduz-se essas relações (tradicionalmente sujeitas à investigação civilizatória ou ao juízo da razão científica) ao metabolismo do trabalho-produção. De tal modo, o espaço geográfico é desenvolvido de “geograficidade”, e adere à tendência marxista de tornar-se um espaço sociológico. Assim também é que a *diferença* neokantiana não se equivale à *desigualdade* da Geografia Crítica, conforme explora Castilho (2016), que identifica a última como circunstancial e histórica.

caminho, é um arranjo de matéria histórica, subjetividade feita objeto, do valor humano vindo de uma *natureza* feita homem, por princípio humano, novamente, histórico.

O valor como espaço produzido é a práxis materialista-histórica da realidade, que põe “uma economia política do espaço” emergente como fato ontológico, reconhecido científica e geograficamente, ao passo que reflete, epistemologicamente, nessa mudança paradigmática de *natureza* (MOREIRA, 2012, p. 34). De tal maneira é a *produção do espaço* que torna-se objeto máximo da Geografia como sinônimo de arranjo espacial, formação socioespacial e sociedade - *natureza* inclusa nessa dimensão, e não destacada. Essa é uma perspectiva fidedignamente externalista, competente em lograr a tradição marxista, e assim, situar a produção do espaço como disputa essencial. Não obstante, a emergente economia política do espaço é a verdadeira agência transformadora da ciência, o motivo da superação e sobreposição de paradigmas, não diferente, de uma racionalidade dualista julgada ela mesma como fator de produção do espaço, pela direção dos que são chamados atores dominantes ou hegemônicos.

Cinco eixos de reflexão indicam em nossos dias o desenvolvimento de uma onda de renovação crítica no pensamento geográfico: o espaço como formação social (Santos, 1978); o espaço como condição de reprodução das relações de produção (Lefebvre, 1974); o espaço como mediação das relações de dominação de classes e de poder (Lacoste, 1977); o espaço como estrutura de valorização do capital (Harvey, 1977); e a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (Quaini, 1979). Os quatro primeiros se instruem nas relações do espaço e o quinto, na relação homem-natureza – mediada, ou não, pelas relações espaciais -, como eixo epistêmico e teórico-metodológico e arrumador do discurso geográfico [...]. O marxismo serve-lhes de tela de fundo de referência analítico-reflexiva, o que significa um claro sentido de direção de visada e motivo de realce do tema da práxis. (MOREIRA, 2012, p. 17).

Diante deste cenário, é estabelecida na Geografia uma *espacialização da natureza*, que se dá pela sua socialização, nesse contexto de crítica radical em que a dimensão mediadora do espaço geográfico é promovida à reino de mérito analítico-normativo, a fim de que se possam desenvolver as suas reflexões (ou determinações) históricas e sociais. Tudo baseado em antigos germes de investigação política no seio da geografia civilizatória, no recorrente desconforto positivista com a separação idealista entre sujeito e objeto, e finalmente na necessidade externalista da teoria marxista de provar a história como matéria de sua ideologia - e de todas as ideologias científicas na condição de subservientes aos modos de produção. E é nesse sentido que se dão os estudos geográficos sobre a apropriação dos ambientes e do meio natural.

A *apropriação* dos ambientes, afinal, sugere essa relação social de dominação e disputa; ao passo que o *ambiente*, sendo meio, quer dizer de um espaço que já é concebido

dentro da sociedade como invólucro desta, e um espaço que por si só já é mediação concretizada. Essa noção de amálgama entre sociedade e *natureza* na forma de ambiente paira pelos postulados marxistas de superestrutura e de segunda natureza. Isso põe uma outra concepção, a “da Geografia como o estudo do movimento da produção recíproca da sociedade e do espaço, quando entende-se que a paisagem, o território e o espaço se movem numa relação mais clara de transfiguração” (MOREIRA, 2012, p. 93):

A porção de área [...] define-se primitivamente como uma totalidade estruturada de caráter natural, organizada nessa propriedade como um espaço físico. Sua incorporação pela história humana converte-a em uma totalidade estruturada de caráter social, organizada agora como um espaço humano. O recorte físico permanece o mesmo, mas o lugar geográfico, não. A interface do arranjo natural que havia com o que agora surge do modo como a senso-percepção o capta é a paisagem. E o recorte do domínio do espaço dessa paisagem é o território. Paisagem e território, assim, arrumam-se numa dada forma de espaço. Arranjo de espaço extensivo nas comunidades igualitárias e hierarquizado nas sociedades tensionadas pela desigualdade de classes. A ele também remete o conceito de meio ambiente. Este, em sua tradução geográfica, significa precisamente a estrutura de arranjo de envolvimento natural-social de espaço estabelecida entre os homens enquanto uma trama de vida global de relações. Por um tempo usou-se da linguagem culturalista, oriunda da escola geográfica de Carl Sauer, para designar-se o conceito. O meio ambiente é o todo resultante da paisagem física transformada em paisagem humanizada. E guarda em sua estrutura a carga da ação técnica empregada, a intensidade da transformação por esta imposta à natureza e a sua substituição pelos elementos culturais da técnica segundo estágio da evolução civilizatória. A renovação recupera este viés saueriano via os conceitos integrados de primeira a segunda natureza, a natureza vista, porém, nessa ciclicidade de alternância, mas para ver aí o dedo do arranjo do espaço. (MOREIRA, 2012, p. 26).

A associação entre o espaço geográfico e suas categorias de análise são aí, tão próximas do ambiente por uma influência culturalista, afirmada pela superestrutura materialista-histórica como produto social. Se por um lado a paisagem é a *representação* superestrutural do arranjo espacial-ambiental, por outro o território é a *ação* superestrutural no arranjo espacial-ambiental, pela sua proximidade imediata com a infraestrutura material-histórica na qual está absorvido o meio natural. O ambiental, pois, transita entre as categorias não como materialidade, mas como construto instantaneamente cultural, que resulta das interações imateriais que põem à prova o arranjo de espaço monopolizado pela sociedade; ao dizer que se erguem sobre um vago “recorte” ou “espaço físico”, que antecede o “lugar geográfico” e já não se sabe mais o que é. Revela-se mesmo um anômalo anseio, dentro dessa lógica, por uma materialidade que não seja histórica ou transitória, uma desorientação advinda de uma ontologia que é ela própria relativa, de significação a posteriori e afeita à um projeto ideológico.

A paisagem, domínio de indeterminação primária, da manifestação fenomênica imediata, vai ficando cada vez mais sob tutela do horizonte humanista, também a fim de



encontrar uma gênese espacial para esse movimento cultural. O território entra na equação como o verdadeiro mediador de uma ordem, uma aproximação entre as estruturas na busca de um arranjo das feições e fenômenos com base no primado político-ideológico, para enfim alcançar o espaço arranjado e organizado como objeto da realidade geográfica (MOREIRA, 2012).

Nesse sentido, tudo que é ambiental é eminentemente territorial, e o capitalismo como motor social e civilizatório é o grande vetor de fenômenos e relações para a constante resolução territorial. O contínuo acréscimo de um prefixo biológico nas territorialidades (ao modo do *biopoder* e *biopolítica* em Foucault, importada por Haesbaert e outros) denota o intento de buscar na ecologia formal uma legitimação do quebra-cabeças geográfico e uma significação natural-ambiental-material, como resposta às novas formas de produção do espaço pelos atores dominantes e sua imposição político-ideológica, refletida na produção e na técnica – daí o sentido da recorrente crítica à modernização que vai da modernidade *lato sensu* até o neoliberalismo. Na Geografia Crítica e em sua generalizada adesão contemporânea, todas as estradas levam ao território - socialização e espacialização da *natureza*.

### 3.3 Os sentidos relacionais do território

Em resposta não apenas àquela Geografia Quantitativa, mas à ciência lógico-formal em sua totalidade, a Geografia Crítica e a abordagem territorial que abriga, pois, ocupam-se de se opor a um pragmatismo a-histórico no âmbito dos estudos sob seu alcance. A crítica se põe à uma racionalidade dualista, como vimos, mantenedora de um *status quo* do capitalismo monopolista, da segregação econômica e das desigualdades sociais.

Na apreensão geográfica de “regiões ambientais” como o Cerrado, entretanto, abrem-se novos horizontes para tal análise equacionada socialmente. A princípio, conceber tal região por materialidade exclusivamente natural, pelo espaço absoluto e as leis naturais, inviabiliza qualquer noção de produção do espaço, ou espaço produzido. Nesse contexto, a origem de uma aproximação crítica no Cerrado está intimamente ligada à preocupação da integridade ecológica, que evidencia as feições mais visíveis da apropriação dominante, manifestas nas paisagens. Sob uma lente sistemática de entendimento naturalista, qualquer aspecto de deploração desse ambiente não poderia ser visto senão pelo plano lógico-pragmático, e assim, as derivações sócio-históricas para uma determinação ambiental do Cerrado são neutralizadas por prioridades técnicas e instrumentais, que resolveriam situações

de “desequilíbrio” ecológico pelo mesmo arcabouço de conhecimento prático que planifica a região.

Afinal, como evidenciam os processos históricos, a degradação ambiental - que traz a atenção para esse ambiente enquanto domínio natural - se dá eminentemente por conta da privação aos *recursos naturais* e aos territórios, pela concentração da renda da terra ou pela segregação econômica, que consistem em problemas sociais, econômicos e políticos. Certamente que não há na visualização de dinâmicas territoriais um intento de reclamar para tal abordagem uma tarefa de regionalização estrita, e que os fenômenos socioespaciais não serão os determinantes das características nativas que suportam a sua delimitação. A importância das relações de poder é, sobretudo, de serem bases para uma história social, e assim, integrarem-se à análise territorial como agentes de arranjo espacial, circunscritos numa ação diferenciadora dos processos tempo-espaciais, e não das feições nativas.

Assume-se, pois, que a atemporalidade do pragmatismo lógico está associada diretamente à concepção de uma região natural estática, imutável e sujeita apenas ao intemperismo das eras não-humanas; sendo de interesse à apropriação econômica capitalista no sentido de que a importa como um fenômeno naturalizado nele próprio, da superação da *natureza* pelo progresso, ou na inevitabilidade de um trajeto produtivo pré-determinado sobre um tempo a-histórico e linear. Alternativamente, uma região natural acompanhada de um contexto histórico-social, no entanto, não naturaliza nenhuma forma de intervenção desenvolvimentista, pois ao invés de ter a apropriação dos ambientes como uma submissão das leis gerais da *natureza*, tem em primeiro lugar uma submissão do homem pelo homem, que só vê sentido na intervenção sobre a *natureza* para o fim histórico, e tudo o que representam a sociedade, a economia, a política e a cultura. De tal forma, a suposição de neutralidade não emana da matéria em si, mas do processo de apropriação legitimada, ao atribuí-lo um inviolável significado civilizatório e agregá-lo ao mesmo corpo científico que estipula as leis gerais de funcionamento de uma *natureza* material.

Quando situado, portanto, numa posição dual de ambiente de valor ecológico e econômico, a abordagem territorial do Cerrado o visualiza como o emblema de contradições baseadas fundamentalmente na mediação que se perpetua entre a sociedade e *natureza*. Tal mediação dualista, que se assume, está atrelada ao modo do método lógico-formal que aliena o sujeito, a sociedade e a história e exterioriza a *natureza*. Logo, é uma mediação advinda primeiramente das bases científicas de conhecimento sobre tais categorias, em que o contrapor-se está na crítica veemente de seus princípios teóricos.

Para esse fluxo de raciocínio, todavia, observa-se algumas particularidades dignas de atenção. Primeiramente, seguindo aquelas colocações de Moraes (2005), é possível enxergar que a abordagem territorial - ao partir da teoria marxista como um todo - quer tomar como realidade observável uma produção de espaço (capitalista) marcada pela separação fundamental entre sociedade e *natureza*, por aquela mediação dualista que critica; todavia, tal abordagem o faz a partir de uma visão de unidade que amputa a verossimilhança contextual e metodológica para com seus fatos analisados. Vale retomar a citação desse autor:

Posto dessa maneira, a questão da unidade perde sentido pois o homem não é um outro em relação à natureza, do *ponto de vista natural*. Porém, se ele possui “naturalmente” esta íntima ligação com o meio que o hospeda, como explicar a interdição do acesso de determinados grupos aos recursos do ambiente? Como explicar que porções do espaço terrestre estejam vedadas à apropriação de todos? Vê-se que a questão em exame passa a ser não a da unidade entre o homem e a natureza, mas a da *separação* entre os dois. E, tendo a unidade como natural, a separação só pode ser histórica e social. Por isso, é no universo específico da vida social que deve ser equacionada a relação em foco (MORAES, 2005, p. 75, grifos do autor).

Destarte, a problemática posta é que tal constatação reforça a perspectiva de exclusividade sociológica da noção territorial de arranjo espacial, o que a distancia da realidade que pretende interpretar e denunciar, em que a materialidade natural desempenha papel transversal na produção hegemônica do espaço. Em segundo lugar, o fato de que a tarefa analítica da abordagem territorial se circunscreve como alternativa ou posterior aos estudos sistemáticos das feições naturais, significa que há aí, de forma legítima e intocada pela crítica, um campo de investigação que não necessariamente recorre à uma socialização da *natureza* ou um arranjo espacial socializado, mas que se refere com todas as letras a um “espaço físico”. Isso está evidente na ilustração socioespacial de Moreira (2012):

[...] a distância entre dois lugares de uma estrada passa a ser vista como um dado estrutural por excelência. Elo de um sistema de interações espaciais, a estrada é uma correia de transmissão para dentro e para fora dos níveis de escala do complexo estrutural de toda a sociedade. Por seu turno, uma vez brotada da *transmutação do espaço físico em espaço social*, e assim tornada segunda natureza, a estrada atua como instrumento de reprodução continuada do processo de relação do homem e da natureza, mostrando-se uma de suas principais determinações. Elo da esfera da circulação, a estrada por isso tece a trama dentro da estrutura global da articulação produção-repartição-consumo, num papel a um só tempo econômico e cultural, infra e superestrutural, simultaneamente. E sob essa forma não só materializa momentos de escala de espaço, mas também de tempo diferentes, assim aparecendo também num valor heurístico insubstituível. E assim é, sobretudo, porque nessa articulação um modo de produção não raro hegemôniza outros mais, a estrada tece a unidade do todo como uma *formação socioespacial* complexa. A estrada aparece aí como um aspecto da esfera das relações de produção, à qual cabe o papel de centro de ligação do todo das relações de uma sociedade. Uma vez que o modo de produção hegemônico interliga as relações diversas dos demais modos de produção existentes por intermédio de suas relações de produção, a estrada instrumenta essa integração

enquanto meio de canalização do fluxo das diferentes formas de excedente presentes. (MOREIRA, 2012, p. 27 e 28, grifos nossos).

Nota-se que nessa formação socioespacial ideal – apresentada por sua vez em modelo demasiado universalista e semi-cartesiano - não há menção de uma materialidade natural, posto que é concebida como integral à história social, mesmo que esse mencionado espaço físico exista e desempenhe o papel primordial da propulsão histórica. No entanto, ele escapa de qualquer interação *a posteriori* com a formação socioespacial e o arranjo que segue na história social. Mais além, ao conceber a “transmutação” desse espaço físico em espaço social<sup>61</sup>, toma-se esse espaço físico como extra-geográfico, que não compete à abordagem territorial quando é posto, pela Geografia Crítica, que o arranjo espacial é o único produtor de uma realidade geográfica. Disso pressupõe-se que esse espaço físico está reservado para uma outra dimensão metodológica, ou mesmo outro campo científico, já que o objeto da renovação geográfica é aquele arranjo espacial sócio-histórico. É exatamente essa postura que é bem delineada pelo raciocínio de H. Gomes (1991, p. 62 e 63):

[...] Lipietz justifica o porquê da não utilização da variável “espaço físico” em seu trabalho como elemento de valor analítico, apesar de reconhecer que a Natureza foi extremamente dádiosa aos habitantes da península Arábica ou da Europa temperada, em sua exemplificação a respeito da “crise do petróleo” e da “seca” de 1976 na França [...]. Completaríamos dizendo que na recriação do espaço social pela sociedade “sobre a base de um espaço concreto, sempre dado, herdado do passado”, a recriação efetua-se em uma nova dimensão, dado que, unicamente, se transmitem os valores positivos do “espaço concreto” que são absolutamente necessários à nova configuração espacial. *A dialética do espaço nega os “valores” negativos do espaço concreto e afirma a continuidade dos positivos.* Quanto ao peso dos fatores naturais, de um modo geral [...], há que se pautar pelo *determinismo científico* (leis a nível de natureza e sociedade) que afirma o caráter objetivo da causalidade, e não cair no determinismo mecanicista, repetitivo, que conduz ao fatalismo geográfico. Por sua vez, o indeterminismo (negação do caráter objetivo, universal da causalidade) é anticientífico e se presta aos objetivos de classe da filosofia e da ciência burguesa [...]. (grifos do autor).

O autor põe, ao mesmo tempo, que compete à Geografia apenas os momentos ulteriores à transformação social dos espaços; que os valores positivos são aqueles de um progresso histórico e ideológico; que se pode admitir um objetivismo científico ao tratar dos conteúdos naturais; e que qualquer noção de relativismo é anticientífica e mesmo antagônica, ao modo do raciocínio de Foster (2005) e Smith (1988). É importante destacar que no seu

---

<sup>61</sup> A própria noção de uma transmutação espacial, dada como fato de transição entre uma história natural e uma social - pelos termos marxistas de primeira e segunda naturezas - demonstra novamente uma segura ideia de superação do dilema epistemológico homem-natureza no materialismo histórico-dialético; evidente na ausência de qualquer tentativa de explicá-la ou contextualizá-la além de sua menção, concebendo-a como um fato tão objetivo e canônico quanto o *Big Bang*. Da mesma forma consiste em fato passado, há muito superado e que implica a negação de que exista qualquer feição de “natureza primordial” em quaisquer confins da Terra, o que é inconcebível no materialismo físico-biológico.

encaminhamento pela leitura que classifica de “marxista-leninista”, o autor só admite uma articulação entre os valores subjetivos do arranjo espacial por uma outra dialética que é espaço-temporal, sem fazer menção a qualquer oposição ao objetivismo teórico-metodológico que não seja aquele do determinismo positivista, resguardando-se de um caráter contraditório entre espaço-tempo na atribuição de valores sociais dentro do materialismo histórico.

Tudo isso contradiz o princípio de unidade tanto ontológico quanto epistêmico da base do materialismo histórico-dialético entre sociedade e *natureza*. De tal maneira é que a abordagem territorial busca e se limita sempre a uma significação *ambiental* (social e natural, simultaneamente) das regiões disputadas, porém nunca natural ou naturalista. Esse movimento excludente retorna a uma exteriorização da *natureza* dentro do próprio materialismo histórico-dialético na Geografia Crítica, uma negação mesma de seu princípio transformador da realidade.

Talvez seja essa contradição o grande motivo pelo qual a crítica ao lógico-formalismo aparenta não partir diretamente do materialismo histórico-dialético, mas se baseie em princípios de um outro horizonte de pensamento. Porque a Geografia Crítica está envolvida num arquétipo marxista que é ele mesmo racionalista e objetivista, que rivaliza com a vertente positivista pela mesma pujança filosófica. Gomes (2003, p. 283 e 284) é quem evidencia com nitidez esse quadro e sua integração na Geografia:

No plano teórico, a ciência inspirada no marxismo busca as determinações atuantes sobre os elementos, ou, em outras palavras, as regras do movimento geral do sistema social: a lei da acumulação, a lei da composição orgânica do capital, a lei dos rendimentos decrescentes, as leis da renda diferencial, etc., e, através delas, podem ser gerados modelos abstratos prospectivos [...]. A sociedade se transforma, segundo o marxismo, por momentos de crise, de lapso entre as relações de produção antigas em concorrência com novas forças produtivas. Trata-se também de uma dinâmica que acentua as rupturas e a progressão inexorável do novo sobre o antigo. O marxismo é essencialmente moderno também na medida em que faz apelo a um método moderno, base da legitimidade de seu sistema explicativo; um sistema lógico, racional, fundado em determinações objetivas. No plano prático, a perspectiva marxista define uma nova atitude do cientista em sua relação com a sociedade, sempre crítico e pronto a denunciar as armadilhas ideológicas montadas pelo saber comprometido com o *status quo*. A prática científica deve favorecer a ligação entre o saber e a transformação social. Contudo, exatamente como em A. Comte, a ciência para Marx se torna o único meio positivo de instituir a verdade e deve servir àqueles que querem agir na sociedade [...]. Em suma, o modelo epistemológico do marxismo obedece, sem dúvida, aos princípios normativos advindos de uma racionalidade unguído da legitimidade conferida por seu método objetivo e geral [...]. De um lado, impôs uma retificação do trabalho acadêmico para enquadrá-lo em uma visão mais ampla e consciente do contexto político da ciência e da sociedade. O marxismo foi, assim, o instrumento de discussões sobre a responsabilidade social dos pesquisadores e a apropriação do trabalho científico. De outro lado, a doutrina marxista deu a possibilidade às ciências sociais de desenvolverem modelos teóricos deterministas inteiramente concebidos na esfera do domínio social, isto é, independentes dos modelos das ciências naturais, que até então eram os únicos a propor modelos verdadeiramente racionalistas e objetivos.

Estas duas características, a definição de um novo papel político do saber e a formulação de um modelo nomotético para as ciências sociais, são os traços mais fortes do discurso de todos os críticos radicais da geografia.

Diante dessas considerações, a apreensão de um arranjo espacial, por filiação, revela também uma busca de mecanismos de funcionamento sociais e determinações ambientais de uma mediação histórico-contingente entre sociedade e *natureza*, no sentido de que julga não separar os dois campos mas admite variações metodológicas que não estão ao seu alcance ou da análise geográfica que por ela se define; conforme o modelo de formação socioespacial de Moreira (2012). Se o movimento histórico e o arranjo espacial produzido se apresentam de forma tão estrutural e objetiva na crítica histórico-dialética, e se a superestrutura ideológica é um resultado organicista da interação metabólica; como compreender, então, a aproximação culturalista da paisagem como representação social? De onde parte a essência ética da disputa pelos territórios, a resistência à produção capitalista do espaço e as noções de identidade e pertencimento para com os lugares? Diante de uma crítica efetivamente materialista, de onde surge esse *espírito espacial*?

Daí que há uma aproximação frequente entre o horizonte humanista e a Geografia Crítica, como forma de se fazer esse questionamento à racionalidade dualista, pressupondo que, diante do arranjo espacial, a principal manifestação dessa racionalidade está nas questões socioeconômicas do desenvolvimentismo e da produção capitalista de espaço, que estariam ligadas, pela leitura externalista de ciência, ao paradigma lógico-formal. A aproximação entre os horizontes, nesse sentido, reside no fato de que a crítica materialista-histórica resolve-se como finalidade – insuficientemente - em uma denúncia ideológica do pragmatismo positivista, tomando para si um projeto de progresso social alternativo que contudo, parte da mesma iniciativa de ação histórica progressista e consiste assumidamente em ideologia oposta; ou como colocou Löwy (1996), utópica, no sentido de que é inconformista.

De tal maneira, *é essencial conceber que a crítica ao objetivismo da ciência pragmática não se equivale à crítica ideológica*, sendo que essa última compartilha das aspirações objetivistas. A crítica ao objetivismo ou a reivindicação da subjetividade surge primeiro no seio da filosofia humanista. De tal maneira os questionamentos que destina ao ideal de modernidade - como marco de uma generalização pragmática - situam-se mais numa perspectiva filosófica do que numa perspectiva histórica.

Assim é que uma ideia de “crise” figura como resposta à modernidade<sup>62</sup> objetivista da produção capitalista do espaço, suas descaracterizações, desconstruções éticas e inclusive, desterritorializações. A crítica à modernidade, de uma “desconfiança crescente em relação ao projeto ‘moderno’” (GOMES, 2003, p. 11) é extensa, porém muito presente nas abordagens do território, principalmente no que diz respeito a sua tradução espacial e o processo de modernização<sup>63</sup>. Daí advêm os questionamentos ao desenvolvimentismo, à ideia de progresso, à razão dualista; acompanhados de uma afirmação das autonomias, heterogeneidades e resistências, bastante comuns à Geografia Crítica e a análise territorial. Há, somente nesse sentido, uma assimilação da história social na reivindicação de uma ruptura com o objetivismo lógico-formal nas esferas científicas. Para todos os efeitos, a crítica à modernidade e ao pragmatismo ou a ideia de anti ou pós-modernismo não é originária da teoria marxista, que é tão moderna quanto seus pares opostos (GOMES, 2003).

A visualização de uma crise tautológica do discurso científico vigente delinea-se pioneira e notavelmente em Edmund Husserl (1859-1938), que fala, no início do século passado, em uma “crise das ciências europeias”; que não se restringe ao alcance prático ou político das discussões de sua época, mas trata fundamentalmente da inteligibilidade do mundo. A crítica levantada por esse filósofo questiona os propósitos do que se tinha como a razão universal, a prática científica legítima, que numa perspectiva filosófica haveria perdido o seu sentido de interpretação da realidade e se tornado primariamente direcionada para estabelecer os seus próprios fins e corresponder às suas próprias expectativas.

O conjunto das faculdades mais transcendententes da humanidade, a ciência *per se* consistiria na criação mais original do ser humano, a ferramenta melhor desenvolvida para se interpretar a realidade mundana. Para Husserl, no entanto, no contexto em que tece suas considerações, a ciência praticada reduziu-se a delimitar a si própria, como demonstrado na

---

<sup>62</sup> “A ciência condenada, algumas vezes caricaturalmente, é a ‘ciência moderna’, nascida do projeto iluminista e institucionalizada dentro de uma vertente positivista e normativa. Por positivista, se entende um saber sistemático que acredita na possibilidade de afirmar proposições a partir de um certo grau de precisão e dentro dos limites de uma linguagem lógica, ou seja, de uma maneira positiva. Por normativo, se compreende que esta possibilidade só existe quando são seguidas determinadas regras e condutas [...]. A associação entre a eclosão da modernidade e a formação de uma ética científica moderna, baseada nas discussões metodológicas, é imediata, existindo mesmo uma relação de reciprocidade entre esses dois acontecimentos. A modernidade fundou uma ‘ciência nova’ (como dizia Bacon), e esta ciência constitui o espírito mesmo daquilo que se denomina de modernidade. É natural que, no momento em que se anuncia o esgotamento das ideias que nutriam o projeto da modernidade, a ciência seja um dos alvos privilegiados e que as condições de superação façam necessariamente menção à redefinição de seu papel, de sua importância e de seus limites”. (GOMES, 2003, p. 12).

<sup>63</sup> Obras como a de Berman (1986), Giddens (1991) e Latour (1994) não são incomuns nos trabalhos de abordagem territorial, inclusive nas teses levantadas do Programa. Convergem, conforme as utiliza essa abordagem, para uma noção de que o *status quo* em que se enreda a produção capitalista de espaço emana de uma modernidade inacabada, e que o debate sobre as novas realizações e a emancipação ético-política se encontram numa “condição pós-moderna”, conforme intitulada a obra de Harvey (1993).

sistematização dos estudos e do posicionamento objetivista das abordagens, deixando assim de entender o lugar do homem no mundo. Para o autor, a questionabilidade desse panorama remete ao "enigma da subjetividade" (HUSSERL, 2012, p. 03), que passa a ser ignorado pelas ciências positivas em sua priorização aos objetos dados pela observação empírica<sup>64</sup>.

Tal crise, para Husserl, é antes de mais nada uma crise de “vida”<sup>65</sup>. A "restrição positivista da ideia de ciência" (HUSSERL, 2012, p. 04) subjuga a potência humana à razão objetiva, desprovendo-a das intencionalidades da consciência. É abandonado o que havia de mais valioso, para o autor, na cosmologia clássica: a filosofia que reconhece a razão como parte integrante do mundo que se vive, e as “questões supremas”, de ordem existencial e metafísica, são trocadas por uma concepção residual de mundo, que trata apenas dos objetos e dos fatos legitimados pelas novas ciências, pautadas por seus métodos quantitativos<sup>66</sup>.

As questões supremas a que o autor se refere tratam da *razão pura*, a que se davam o trabalho de refletir os filósofos da antiguidade, sobre o sentido da vida e o lugar do homem no mundo, posteriormente obliterada pelo idealismo kantiano. O conhecimento genuíno da razão, da ética, da imortalidade, da liberdade e de Deus (HUSSERL, 2012, p. 06) não estariam, em sua essência, desconexos daquilo que é natural ou histórico, ou daquilo que é conceito ou experiência da humanidade, como a produção ou a técnica, que a ciência moderna pretende estudar como mundos à parte. "A filosofia universal, na qual estes problemas [...] estavam ligados às ciências de fatos, assumiu a forma de filosofias sistemáticas impressionantes que, infelizmente, não se reuniam, mas se desalojavam entre si", afirma Husserl (2012, p. 07).

---

<sup>64</sup> Aqui é necessário ter cautela, como bem adverte Japiassu (1981), de diferenciar a postura positivista de uma realista. O positivismo também se dá à percepção, porém pela observação empírica, da qual extrai leis previsíveis para dizer de uma realidade física observável. O realismo, em contraponto, advoga por uma realidade física independente da percepção, cujas leis são espontâneas e inerentes à matéria, não à formulação. Ambas são posturas materialistas, porém a primeira evoca o empirismo baconiano e o mecanicismo newtoniano, enquanto a segunda parte do racionalismo cartesiano e do determinismo enciclopedista. Embora sejam grandemente semelhantes, falar de um “lógico-formalismo” refere-se estritamente ao positivismo, cujo formalismo reside em seu método empírico. Ademais, a crítica ao positivismo vai além do âmbito epistemológico, mas se refere também ao projeto social que engendra, ao passo que o realismo se circunscreve como afirmação filosófica.

<sup>65</sup> Para Japiassu (1975) trata-se de uma questão de ética filosófica, quando questiona: "podemos fazer do conhecimento objetivo o único valor, a única ética digna do homem atual?" Para esse autor, a ética consiste no querer, no dever-ser; no valor ao invés do fato. Por isso, não se poderia "admitir que o conhecimento objetivo possa constituir a única finalidade, o único valor. Porque, não sendo capaz de fundar uma ética, torna-se incapaz de constituir o valor supremo do homem" (1975, p. 14-15).

<sup>66</sup> Ao se opor justamente ao legado copérnico-newtoniano, Husserl (2006) critica a cosmovisão que concebe a Terra como um dentre outros astros, e a destitui da função de um palco de experiências, anulando a sua *corporeidade* inerente, ou a representação intuitiva das múltiplas possibilidades de experiência dos corpos que a compõem. O movimento mecânico dos entes celestes, nesse sentido, seria uma comprovação que satisfaz apenas o método empírico, pois o movimento de um corpo em relação a outro só é percebido subjetivamente, em referência ao corpo que se experimenta: a Terra. Fora da Terra, no espaço vazio, não há corporeidade que ofereça experiência, e a provocação de Husserl, portanto, é de que “a Terra não se move”.



Por mais que Kant seja reconhecido como um pioneiro na apreensão de campos fenomênicos, é apenas com Husserl que surge a *fenomenologia* na condição de escola filosófica, pela distinção fundamental de que a razão kantiana se fazia universal na medida da mediação entre o sujeito que percebe e os objetos percebidos, logo sendo a base para a ciência moderna; ao passo que a consciência reivindicada por Husserl não é a mediação racional<sup>67</sup>, mas o próprio *espírito*, que é universal no sentido da percepção irrestrita dos fenômenos, sendo esse movimento o produtor de uma realidade tangível. A transcendência de Husserl não é idealista, é fenomenológica:

Segundo Husserl, há duas perspectivas de concepção quanto àquilo que designamos por *objetivo*: a “atitude natural” e a “atitude fenomenológica”. No mundo da atitude natural o que é considerado “objetivo” refere-se às coisas em si, enquanto existentes fora do campo da percepção, assume, portanto, uma postura ingênua frente aos fenômenos e a percepção que deles temos, assim também com a consciência e o mundo. A atitude fenomenológica, tal como a concebe Husserl, não considera a coisa, o objetivo, como sendo em si, pois não está além da sua manifestação, ela é relativa à percepção e não independe da consciência, pois a consciência não é uma parte, campo ou região de um campo mais amplo, ela mesma é um todo que é absoluto, no sentido de que não depende e que não tem nada fora de si (SILVA, 2015, p. 09 e 10, grifo da autora).

Da fenomenologia husserliana derivaram-se variadas vertentes fenomenológicas, inclusive muitas que compõem atualmente o corpo de estudos da Geografia, como é a sua marcada presença na Geografia Cultural, de maior parte por influência da fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty e Sartre, na esteira de Heidegger; importada por geógrafos como Dardel, Tuan e Buttimer e trazida por pesquisadores aos trabalhos sobre o Cerrado, como os levantados nessa pesquisa, majoritariamente no eixo de tendência de *Estudos sobre cultura e populações tradicionais*. Situam-se aí muitas das análises que definem as pesquisas sobre a identidade sertaneja, dos “povos cerradeiros”<sup>68</sup> e do papel de sua cultura, como domínio da consciência, na definição de um arranjo espacial localizado, que transcreva uma lógica territorial ao passo que interage com imposições exógenas, notadamente aquelas que tratam da produção capitalista do espaço. Não obstante, esse eixo de tendência acompanha em peso a grande tendência dos estudos sobre a modernização territorial, pelo uso dessa noção espiritualista na composição espacial como atribuidora de uma ética humana violada pelos

---

<sup>67</sup> “Na maior parte dessas ‘contracorrentes’, a razão humana não é considerada como a matriz da uniformidade pressuposta pelos racionalistas. A razão humana não é universal, ou pelo menos ela não possui sempre a mesma natureza, as mesmas manifestações e a mesma forma. A razão concebida pelos racionalistas é um valor e a atribuição deste valor é interpretada como produto de uma fé, a fé na razão [...]. A concepção racionalista, que permitiu integrar o homem e a natureza exterior sob o primado de leis gerais, é contestada, pois a comunhão entre homem e natureza não se restringe apenas ao aspecto exterior, e ainda menos ao discurso racional que pressupõe uma identidade entre a natureza das coisas e a natureza humana integradas pela razão” (GOMES, 2003, p. 32 e 33).

<sup>68</sup> Termo utilizado por M. R. Mendonça (2004).

sentidos modernos e racionalistas. Há aí uma relação muito íntima no campo da epistemologia, como temos discutido, e de tal maneira se agrega a esse debate a crítica à racionalidade dualista para além de suas manifestações técnicas.

Como tal, essas frentes fenomenológicas carregam a crítica humanista em todo seu mérito, mas no que trata da posição dessa crítica ante o pragmatismo lógico-formal para além de uma exaltação do espírito, ao ponto que seja amparada pela história social que delimita a postura geográfica crítica e a abordagem territorial, ainda não chegamos onde pretendemos. O que nos interessa é visualizar de onde emana a noção ambiental na Geografia Crítica, que acompanha de perto a abordagem territorial a fim de conferir uma valoração - pela ética humana - para uma materialidade natural que não concebe em sua teoria.

Se houve uma oposição a um determinismo ambiental de cunho positivista já desenhado em Sauer, não foi por ele que a Geografia Cultural adquiriu uma base fenomenológica; ou que a Geografia Crítica tenha adquirido qualquer noção de valoração ambiental, conforme ausente no marxismo clássico. Enxergamos que a crítica ao objetivismo lógico-formal e a impressão de uma crise moderna passam a abordar os conteúdos históricos por uma revisão que se dá no movimento *neomarxista*. Como tal, consolidou-se em meados do séc. XX, principalmente na Europa, pelo revisionismo da teoria marxista e sob forte influência da “ (teoria) crítica” à modernidade e do corolário humanista, no contexto das inomináveis penúrias humanas expostas nas Grandes Guerras e a ascensão dos psicologismos. Podemos citar aqui Horkheimer, que estabeleceu notadamente uma crítica ao positivismo físico-biológico - sobre a delimitação de uma razão instrumental pragmática – com base não na crítica da alienação ideológica, mas da alienação do espírito:

Assim, a negação teórica do antagonismo do espírito em relação à natureza – mesmo quando implícita na doutrina da interrelação entre as várias formas de vida orgânica, inclusive o homem – equivale frequentemente na prática a admitir o princípio da dominação total e contínua da natureza pelo homem. Considerar a razão como um órgão natural não a libera da tendência para a dominação nem a investe de maiores potencialidades de conciliação. Pelo contrário, a abdicação do espírito no darwinismo popular implica rejeição de quaisquer elementos da mente que transcendam a função de adaptação e não sejam conseqüentemente instrumentos da autoconservação. A razão desmente o seu próprio primado e professa ser apenas uma simples serva da seleção natural. Na aparência, essa nova razão empírica parece ser mais humilde em relação à natureza do que a razão da tradição metafísica. Na verdade, contudo, trata-se da mente prática, arrogante, que despreza desdenhosamente o “espíritual inútil” negando-se a considerar qualquer visão da natureza em que esta seja vista mais do que como um estímulo da atividade humana. (HORKHEIMER, 2007, p. 130).

Há nessa síntese pontos essenciais na superação de uma teoria marxista pura, ou de um materialismo histórico-dialético originário e seu tratamento de *natureza*.

Primeiramente, nota-se que a “dominação da *natureza*” é explicitamente endereçada, ao contrário da vertente original, em que a dominação é exclusivamente social e histórica, e toda sorte de interações com o meio físico é parte da história social (na segunda natureza) como relação metabólica e orgânica, sem que haja, portanto, qualquer noção de submissão ou superação natural, julgando haver uma *unidade material* entre homem e *natureza*. Aqui é possível resgatar aquela visão dos geógrafos soviéticos, cuja noção de apropriação dos ambientes é legítima e parte integral do projeto progressista para a ideologia do proletariado.

Em contraponto, o que é trazido por Horkheimer é que pelo pragmatismo positivista, a alienação do espírito conduz à alienação da *natureza*. Tampouco a concepção espiritualista, em segundo lugar, era presente na teorização marxista, e se ela aparece no neomarxismo como agência de valoração da razão científica, incute uma visão de sociedade que não é apenas estrutural, mas subjetiva. Tem-se, ao mesmo tempo, que a sociedade deve ser pautada mais que exclusivamente por uma materialidade de contornos biológicos - o que se aplica tanto ao positivismo quanto ao marxismo - e torna-se concebível assim a apreensão de uma *consciência ambiental* (espírito-sociedade-*natureza*)<sup>69</sup>, que transcende, de um lado, a valoração estritamente naturalista, e de outro, estritamente socioeconômica do meio natural. A *natureza* passa a figurar um valor humano pelo que representa a própria atribuição de valor, o primado perceptivo, que é do espírito. Seria um anacronismo incauto, todavia, estabelecermos que essa noção advém de um ou outro teórico situado nesse contexto, mas é seguro afirmar que foi fundamentada pelas derivações dessa flexibilidade humanista como um todo.

No contexto que se mostra é visível, pois, que há diferentes faces para a base da abordagem territorial sobre a tradição da renovação crítica. Há, de um lado, a referência de território por disputas políticas multiescalares em Raffestin, influenciada tanto pelo pós-estruturalismo de Foucault quanto pela fenomenologia de Dardel<sup>70</sup>; há a referência do arranjo estrutural do espaço pela formação socioespacial de M. Santos, que resgata a força do discurso marxista ortodoxo de Harvey e Lefebvre; e o neomarxismo de Massey, que

<sup>69</sup> Essa é uma unidade inédita que só se realiza na ciência moderna pela base humanista do século XX. Se houve uma unidade ambiental (homem-*natureza*) no holismo romântico, era de interação espírito-*natureza*; e no materialismo histórico-dialético, de sociedade-*natureza*.

<sup>70</sup> “La clé de la pensée dardélienne réside, en grande partie, dans la conscience du rôle de la subjectivité: "C'est pour nous une obligation morale et un devoir de probité intellectuelle de revenir à la conscience que l'homme moderne tire son objectivité de sa propre subjectivité de sujet, que c'est, en dernier ressort, sa liberté spirituelle qui est juge de la vérité, et qu'il ne peut, sans renoncer à son humanité, aliéner sa souveraineté" (p. 126). Rôle de la subjectivité, certes, mais transcendé par cette quête de la liberté sans laquelle pour Dardel il ne saurait y avoir de science. Mais attention il s'agit de la liberté de connaître non pas de celle de "faire" que l'homme se donne par rapport à la Terre en oubliant les contraintes fondamentales qui doivent encadrer son action: "La supériorité que se donne l'homme moderne sur le monde environnant semble un obstacle insurmontable à une harmonie sincère avec la forêt, la mer ou la montagne" (p. 131). Peut-on souhaiter une définition plus discrète et plus efficace à une conception écologique de notre rapport à la Terre?" (RAFFESTIN, 1987, p. 480).

influenciou diretamente a concepção ontológica de território relacional em Haesbaert. É o próprio Santos (1996b, p 25), contudo, quem revela uma abertura humanista, ao reiterar que

[...] quando Einstein (1954 p. 226) escreve que "a crença em um mundo exterior cuja existência é independente do sujeito que o percebe é a base de toda ciência natural" tal ponto de vista pode ser estendido a uma ciência social fundada na realidade objetiva. Mas nem todos os postulados da física, e até da física relativista podem, da mesma maneira, ser utilizados na construção de uma teoria ou de uma epistemologia das ciências sociais. Os fundadores da geografia, cheios de zelo no objetivo de dar-lhe um status científico definitivo, estiveram então, equivocados no momento em que acreditaram que o melhor caminho para atingir a sua meta era construir a teoria de uma ciência do homem sobre uma base analógica estabelecida nas ciências naturais. Se é absurdo o "fato de considerar a natureza como estranha ela própria ao espírito" disse Husserl (1935, 1975 p. 8), é igualmente absurdo querer "edificar as ciências do espírito sobre os fundamentos das ciências da natureza, com a pretensão de fazê-las ciências exatas".

O enigma da subjetividade resolve-se, assim, na restauração do espírito - entidade da percepção e fonte de complexidade - que devolve às ciências sociais um valor humano renegado pelo pragmatismo positivista e estabelece um significado mais que socioeconômico ou histórico para os fenômenos sociais. Na Geografia, corresponde à uma “humanização do espaço”, que igualmente imbuí da mesma importância os sentidos territoriais e ambientais dentro da Geografia Crítica; que diante das tendências que incorpora, poderia se dizer mesmo superada ou acrescentada.

Em termos espaciais, o que resta à abordagem territorial é o dilema de como conciliar o arranjo de um espaço social humanizado que se baseia não apenas em processos históricos, mas no cotidiano da experiência, o tempo coexistente das percepções, daquela imaterialidade buscada por Saquet (2010), conforme exposto no capítulo anterior. No viés da crítica ao objetivismo, torna-se necessária a emancipação de um *espaço absoluto* calcificado e tido como norteador da ciência, comum aos materialismos na apreensão de um “espaço físico”.

H. Gomes (1981) enunciaria que a atribuição desses sentidos imateriais está numa dialética espaço-temporal, conforme presente na teorização de M. Santos, que se resolve numa contradição inerente ao espaço pelo fluxo entre formas e conteúdos. Portanto, não desafia a ontologia do espaço, mas retorna à dialética como solução teórica da dimensão espacial-social transmutada, ao guardar em si aspectos pré-capitalistas que remetem à produções alternativas de espaço, que coexistem temporalmente na forma dos sentidos imateriais e geram os valores subjetivos; mas que são, todavia, um resíduo superestrutural de uma história em períodos sequenciais e homogêneos. São trabalhos como os de Massey (2009), Murdoch (2005) e Peet (1998) que se competem a análises de caráter ontológico, com

reflexões subjacentes à enunciação de uma *relativização do espaço*, que foge às considerações do marxismo estrito.

A admissão de espaços relativos, em contraponto ao espaço absoluto que abriga a atemporalidade, é o primeiro ponto que Massey (1999) traz como alternativa para se compreender um espaço efetivamente social, em oposição ao espaço como um plano em estase, onde o social desabrocha. Para a autora, a tradição lógico-formal que propõe esses espaços se apoia no que ela chama de "inveja da física" (MASSEY, 1999, p. 263), ao considerar-se tal campo implicitamente como conceito superior de ciência, com seus rígidos modelos de sistemas simples - em oposição à complexidade de fatores das ciências humanas, conforme imaginado - numa reverência que a própria Física já teria superado ao admitir, por exemplo, os estudos sobre teoria quântica e relatividade einsteiniana<sup>71</sup>. Tal visão "reverente" evocaria o paradigma newtoniano clássico, das leis gerais de funcionamento dos corpos que deveriam, supostamente, ser aplicadas a qualquer objeto de estudo de ciência que fosse legítima, excluindo quaisquer outras abordagens que não se encaixassem nesse preciso mecanismo, a exemplo das considerações não-deterministas, do arbítrio espiritualista e a caótica história.

Os sistemas complexos, que escapam à essa medição sistemática, se refeririam aos objetos das ciências humanas e sociais, assim como na Geografia, e, portanto, tratariam de métodos que exigissem mais do que o espaço absoluto. Massey (1999) evoca que tal complexidade é produto da "emergência" - em seu sentido literal -, do surgimento das coisas, que pressupõe a atuação do tempo, pois o espaço atemporal não nutre a ideia de progressão, não gera as diferenças por si próprio. A autora ressalva, entretanto, que mesmo a admissão de tempo histórico pela Geografia Crítica, por modo do materialismo histórico-dialético, ainda representa termos absolutos que remetem ao dualismo pragmático, pelo fato de conceber a diferença geográfica como eminentemente histórica, linear e não-emergente, convalescente de um "determinismo espacial", em que o espaço é concebido em parâmetros temporais:

Quando, em geografia econômica, por exemplo, utilizamos termos como "avançado" e "atrasado", "desenvolvido" e "em desenvolvimento", estamos efetivamente imaginando diferenças espaciais (entre lugares, regiões, países, etc.) como temporais. Estamos organizando diferenças entre lugares em sequência histórica. Todas as histórias de Progresso, de Desenvolvimento, de Modernização (como o movimento do tradicional ao moderno), a progressão Marxista de modos de produção (feudalismo, capitalismo, socialismo, comunismo) e muitas formulações da fábula da globalização (ver Massey, 1999) compartilham uma imaginação

---

<sup>71</sup> Para não demorar nesse âmbito, indicamos que os exemplos ilustres dessa inspiração epistemológica são os trabalhos de Capra (2002, 2012), Feyerabend (2011), Kuhn (1998), Morin (2002), Prigogine (2002, 2011), Prigogine & Stengers (1997), Primack & Abrams (2008) e Sousa Santos (2010).

geográfica que envolve essa manobra: rearranjar diferenças espaciais em sequência temporal. Tal ato possui enormes implicações: sugere que os lugares *não* são genuinamente diferentes [...] mas simplesmente "atrás" ou "à frente" de uma mesma história; sua diferença consiste apenas na sua posição na fila (MASSEY, 1999, p. 271, tradução e grifos nossos).<sup>72</sup>

Massey (1999, p. 271, tradução nossa) continua que "o completo reconhecimento da diferença seria entreter a possibilidade de uma multiplicidade de trajetórias"<sup>73</sup>, e a admissão das trajetórias demanda uma apreensão autônoma do tempo histórico, correspondente aos processos abertos e de livre-arbítrio, eliminando quaisquer postulados deterministas ou que inspirem o cumprimento de leis gerais, sejam elas naturais ou históricas. Logo, a inserção de um tempo de caráter emergente e espontâneo necessitaria também da reformulação do espaço que se estuda:

O tempo não pode, sem auxílio, se injetar na existência por conta própria. Nietzsche uma vez contemplou que "apenas diferença... pode produzir resultados que também são diferenças". Em outras palavras, já deve haver a multiplicidade - para permitir a possibilidade de interação - para que a mudança seja produzida como um resultado. E para que haja multiplicidade deve haver espaço. [...] Tal espacialidade efetivamente criativa não pode ser, entretanto, qualquer forma de (pensar o) espaço. Esse não pode ser um espaço que atravessa o tempo, que como vimos, debilita a história. Tampouco pode ser espaço como uma representação estática, que precisamente imobiliza as coisas. Assim como não pode ser espaço enquanto um sistema fechado e em equilíbrio, que consistiria em uma espacialidade que não vai à lugar algum, e sempre retorna para o mesmo ponto. [...] Assim, para que o tempo seja genuinamente aberto, o espaço poderia ser imaginado como a esfera da existência da multiplicidade, da possibilidade da existência de diferença. *Tal espaço é a esfera em que distintas histórias coexistem, se encontram, afetam umas às outras, entram em conflito ou cooperação.* (MASSEY, 1999, p. 274, tradução e grifos nossos).<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> "When, in economic geography for instance, we use terms such as 'advanced' and 'backward', 'developed' and 'developing', we are effectively imagining spatial differences (differences between places, regions, countries, etc.) as temporal. We are arranging differences between places into historical sequence. All the stories of Progress, of Development, of Modernization (such as the movement from traditional to modern), of the Marxist progression through modes of production (feudalism, capitalism, socialism, communism) and of many formulations of the story of 'globalization' (see Massey 1999) share a geographical imagination that involves this manoeuvre: it rearranges spatial differences into temporal sequence. Such a move has enormous implications: it implies that places are not genuinely different [...] but simply 'behind' or 'advanced' within the same story; their 'difference' consists only of their place in the queue."

<sup>73</sup> "A fuller recognition of difference would entertain the possibility of the existence of a multiplicity of trajectories."

<sup>74</sup> "Time cannot somehow, unaided, bootstrap itself into existence. Nietzsche once mused that 'only difference... can produce results that are also differences'. In other words, there must already be multiplicity - to enable the possibility of interaction - for change to be produced as a result. And for there to be multiplicity there must be space [...] . Such an effectively creative spatiality cannot, however, be just any kind of (way of thinking of) space. This cannot be 'space' as a static cross-section through time, for, as we have seen above, this disables history itself. Nor can it be 'space' as representation conceived of as stasis, for this precisely immobilizes things. Nor can it be 'space' as a closed equilibrium system, for this would be a spatiality that goes nowhere, that always returns to the same [...] . Rather, for time genuinely to be held open, space could be imagined as the sphere of the existence of multiplicity, of the possibility of the existence of difference. Such a space is the sphere in which distinct stories coexist, meet up, affect each other, come into conflict or cooperate."

O primado da diferença como essência inerente do espaço-tempo consiste em uma projeção ontológica que justifica o arranjo espacial heterogêneo, mais do que uma determinação social, histórica ou circunstancial; pois aí o tempo está livre do jugo de uma sedimentação de períodos e emerge de uma espontaneidade relativista. Esse princípio é elementar no projeto de abordagem territorial residente em Haesbaert e Saquet, que relaciona a análise socioeconômica com a cultural, o território com os lugares, o espaço com a vivência.

A autora defende, portanto, que espaço e tempo são complementares em sua natureza, e que deveriam ser abordados indissociavelmente como *espaço-tempo*, como modelo que não implique determinações fenomênicas *a posteriori* (seja no materialismo positivista ou no materialismo dialético), mas que permita o seu ir e vir, o seu existir e não-existir; sem romper associação com a produção contingente do espaço-tempo conforme concebe a sociedade estrutural e histórica.

Essa “hibridização” espacial, pois, é aquela que concebe o território mais do que um arranjo obtido da conjuntura sócio-histórica, mas uma manifestação em si mesma, qualidade ontológica do espaço geográfico que não destoa, mas se afirma pela sobreposição temporal das estruturas. O intento de superação do espaço absoluto lógico-formal dentro do conceito de território, portanto, se dá pela apreensão desse espaço-tempo relacional. Não deixa de proceder, porém, pela união de perspectivas distintas: de um lado a dialética materialista-histórica, que prioriza o tempo histórico na determinação de um arranjo espacial; e de outro a visão relativista de viés humanista, que ampara o tempo coexistente. Ambas, embora concordem em negar a razão dualista do pragmatismo positivista, propõem diferentes iterações de homem, *natureza* e suas interdições; fundamentadas em horizontes de pensamento com bases extensamente distintas, como visualizado no fluxo que nos trouxe até aqui.

O que têm em comum, para nossa análise, é que a admissão de um espaço-tempo relativo ou relacional não soluciona o dilema da *natureza* no âmago do território. Não lhe atribui materialidade, não lhe admite ao método, e a concebe sempre como aparelhada ao valor social (histórico, fator orgânico, meio físico, base unitária e metabólica das relações socioeconômicas) ou subjetivo (espiritualista, perceptivo, culturalista, representativo, dependente e universal à consciência e à condição humanas).

O que resulta desse cruzamento, em última instância, é uma potencialização da apreensão sociológica do território, e mais ainda, de sua face ideológica; que se dá pela legitimação teórica da sua ética essencial, que parte agora de uma realidade espacial dada pelos sujeitos, de valor humano como mediação das relações de poder que se abstraem do

arranjo. A *natureza*, se antes era incluída como motor essencial da história, passa a ser incluída também como parte desse valor ético, pelo qual os antagonismos são exacerbados e a crítica socioespacial se torna ainda mais clara.

Havendo outrora uma noção de materialidade que definiria o território como eminentemente terrestre, ao dar forma aos conteúdos, esse espaço físico primordial é substituído, como já vimos, por um espaço social posterior, acompanhado agora de um espaço relativizado; e a concepção residual de substrato natural que se mantém nessa Geografia praticada é aquela ambiental, do meio que cerca e ambienta tanto a sociedade na história quanto o homem em sua vivência cotidiana. Se a *natureza* material está restrita àquela dimensão primordial terrestre, reforçam-se as dicotomias geográficas e da ciência como um todo: a *natureza* compete aos métodos e ciências naturais.

De todo modo, visualiza-se nesse movimento dois grandes sentidos relacionais desempenhados pelo território: o primeiro, situado na vertente materialista histórico-dialética, é o do *valor ambiental*, que relaciona as formas social e natural por uma relativização de sua materialidade, culminando na afirmação de um primado histórico como base dos arranjos espaciais. O segundo sentido, derivado da vertente humanista, é o do *valor subjetivo*, que relaciona os conteúdos dos espaços, ao relativizá-los como produtos temporo-emergentes e ao mesmo tempo como fenômenos percebidos.

Nessas competências, a Geografia pelo arranjo socioespacial e a abordagem territorial torna-se capaz de estabelecer estudos sem nenhuma apreensão natural, ainda que reivindique esses conteúdos, integrando-os às análises de forma estanque e superficial ao que permite a sua relativização, e é essa posição que ocupa a *natureza* nesses estudos geográficos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, munimo-nos do intento de compreender como se dá o entendimento da produção do espaço e do conceito de *natureza* no Cerrado pelos trabalhos de Geografia. Para tanto, percorremos um caminho de contextualização acadêmica desse entendimento, exploramos suas bases teórico-metodológicas e por último, discutimos o horizonte epistemológico que influenciou esses estudos no âmbito da Geografia como um todo.

No primeiro capítulo, vimos como importante o resgate da produção científica sobre o Cerrado em nossas próprias raízes intelectuais, referindo-nos ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Ao nosso ver, evidenciamos com clareza o perfil da produção sobre o Cerrado nas teses desenvolvidas no PPGeo UFG, de 2009 a 2016, com base em tendências temáticas. Tomamos como procedimento a filtragem das pesquisas por classes de abordagem, que dizem do nível de sua aproximação com o tema Cerrado; termos recorrentes, que apontam quais os principais conceitos e temas presentes nos trabalhos; e eixos de tendência, que revelam os focos de análise desenvolvidos nas pesquisas. Como resultado de tudo isso, apresentamos o estado da arte das teses do Programa e sobre o Cerrado, fruto direto de nossa investigação.

Ao obter, de 78 teses totais do Programa, um número de 34 teses elaboradas sobre o Cerrado, visualizamos que há uma predominância da linha de pesquisa de Dinâmica Socioespacial na representatividade das teses levantadas; o que por sua vez apontou para uma afinidade com a abordagem indireta de Cerrado, em que os eixos mais usados eram os de *Estudos sobre o(s) território(s)* e *Estudos sobre cultura e populações tradicionais*. Não por acaso, esses eixos são os pilares de uma abordagem territorial, que toma uso da categoria de análise do território para averiguar configurações espaciais, alinhadas à agenda e objetivos gerais do Programa. Mais ainda, tanto por essa associação institucional quanto pelos seus objetos de pesquisa, as teses sobre o Cerrado revelam estar concentradas em análises sobre a ocupação moderna do território goiano.

Temos aí uma aproximação temática, nessas teses, entre o Cerrado e o território goiano, que necessitou ser aprofundada de modo a verificar onde se encontram essas bases teórico-metodológicas. Assim procedemos, no segundo capítulo, por meio de traçar o caminho de análise desses trabalhos, percorrendo o seu recuo histórico e elencando os mesmos elementos principais de forma a conceber o modelo e discurso analíticos marcantes nesses trabalhos. O que nos chamou atenção nesse movimento, ressaltamos, foi o de

visualizar um distanciamento crescente dos conteúdos definidores do Cerrado, em uma priorização de aspectos alinhados àquela análise do território goiano, que é em primeira instância, de caráter sociopolítico e econômico. Importante mais ainda é apontar que isso se deu não por uma aproximação de nosso intento entre os temas desses trabalhos, mas em sua própria condução de recorrer sempre ao Cerrado como base regional para a compreensão dos processos analisados.

Logo, desvela-se a partir daí uma tendência marcante nos estudos da Geografia sobre o Cerrado, em que a abordagem territorial é predominante: uma superação da discussão naturalista que concebe a região, para o reforço de um procedimento crítico que afirma a política, a economia e a cultura como os principais objetos da análise. Não obstante, essa é a perspectiva conceitual inerente ao próprio território, conforme seguimos a investigar. Esse conceito, utilizado extensamente na contemporaneidade como legitimador de uma realidade geográfica, destaca-se ele mesmo como uma construção ideológica, que tem na prática científica de sua teorização um posicionamento libertário e concebido ultimamente como insurgente e contrário à uma racionalidade dualista e secular, comum tanto às ciências gerais quanto à Geografia institucionalizada. No último caso, residiria justamente na prática sistemática, aliada à um lógico-formalismo de tradição positivista que inspirou a quantificação dos estudos geográficos; dentre eles, as concepções paisagísticas de uma Geografia Física tradicional e a própria valoração naturalista do Cerrado, em seu contexto de regionalização.

Se a abordagem territorial figura então, mais do que um procedimento metodológico, numa postura praxiológica, seguimos a partir daí em identificar as bases epistemológicas para a fundação dessa vertente; isto é, como se deram essas formulações na abstração de um movimento contínuo de renovação da produção de conhecimento e da ciência. Assim foi que o terceiro capítulo nos levou a antigos, indispensáveis e não resolvidos debates, da filosofia geral à Geografia, e para essa direcionadas nossas reflexões. Diante dessa fértil seara teórica, o conceito de maior importância é indubitavelmente o de *natureza*. *Natureza* não em sua vasta apreensão filosófica, mas inserida fundamentalmente na Geografia - como ciência da Terra - e em sua relação com o espaço geográfico, que torna-se seu objeto definitivo à medida em que as formulações influenciam e são influenciadas pelas concepções de mundo; em perspectivas que variam de internalistas a externalistas, dependendo das vertentes epistemológicas que passam a lançar as questões essenciais.

Da condução metódica do terceiro capítulo, as principais observações remetem ao contexto das revoluções científicas, e na Geografia, de sua institucionalização moderna em

fins do século XIX. Parece um trajeto um tanto longínquo, mas o próprio fato de tê-lo como distante e arcaico revela por si só a noção de superação epistemológica que confere às formulações contemporâneas uma força discursiva e abrangente. Essa noção de superação, notadamente, emana de uma tradição materialista histórico-dialética que há muito vem pautado a teoria geográfica e seus métodos, e como tal, coloca que pela sua unidade epistêmica entre o sujeito e o objeto do conhecimento científico tem-se igualmente uma unidade ontológica entre sociedade e *natureza*. Todavia, é esse mesmo princípio de unidade material que, em última instância, denuncia uma externalização inerente dos conteúdos naturais, por uma afirmação prioritária dos aspectos competentes aos arranjos espaciais, traduzidos como construções essencialmente sociais e históricas.

Entra o território, nesse contexto, como produto de uma teoria e método geográficos dos arranjos espaciais, concebido na esteira de uma Geografia Crítica preocupada em se opor ao lógico-formalismo quantitativo; logo, adepta primeiramente desse materialismo histórico-dialético. De tal modo, não foi um discurso do óbvio explorar em que maneiras o território *não* abrange uma materialidade natural, dada a sua aproximação intrínseca com o meio natural e físico enquanto base metabólica dos processos estruturais de produção e trabalho, definidores das configurações espaciais. Tanto é que isso se revela não apenas uma de nossas inquietações, como também um desconforto epistemológico candente na Geografia em seu movimento recorrente de espacialização da *natureza* e socialização de sua ontologia. Assim é que, conforme demonstramos, a Geografia Crítica mesma renovou-se com diálogos profundos do pensamento humanista, notavelmente em virtude de buscar sentidos relacionais à produção do espaço e uma relativização fenomenológica dos processos; de modo a situar, no território, uma funcional apreensão de relações de poder multiescalares, transcendentais de um tempo unicamente histórico e processual.

De todo esse movimento de relativização ontológica, retornamos ao entendimento do Cerrado como região natural pela valoração ambiental, que é resultado tanto da produção capitalista de espaço quanto da abordagem territorial, no sentido de que ambas se situam pelo mesmo relativismo da materialidade, ao passo que o embate entre as racionalidades desenha acepções alternativas de espaço geográfico, porém similares em seu arquétipo epistemológico: um entendimento geográfico socioeconômico de uma produção de espaço socioeconômica, capazes de adequarem-se aos tempos e escalas diversos que venham a qualificar os arranjos ou as apropriações, respectivamente.

Diante dessas questões, Moreira (2014) entende mesmo que na dialética materialista-histórica geográfica há um retorno ao integralismo homem-*natureza* de Humboldt

e Ritter do séc. XIX; ao passo que Mendonça (2001, 2004) parte em busca de um novo holismo para a articulação de uma “Geografia Socioambiental”, que na verdade é aquela relativização fenomenológica dos conteúdos. O território concebido por Haesbaert (2014) e Saquet (2010) é polivalente, multidimensional e relacional; enquanto a formação socioespacial de Santos (1977) é modo de produção, técnica e circunscreve o território usado.

Dentre notáveis pesquisadores do Cerrado, Casseti (2002, p. 250 e 251) defende que a “escolha de uma concepção teórico-partidária como prática social” é uma das “questões indispensáveis não só à redefinição da Geografia como um todo, como ao ‘suleamento’ das temáticas a serem priorizadas para a região do Cerrado”; enquanto Ross (2009, p. 21 e 33, grifos nossos), entretanto, reconhece que não são bem definidos os “limites de inserção das sociedades humanas na natureza”, e que o território “*não envolve a dimensão natural*”.

Por toda essa variedade, temos aí um debate posto. É certo que, no que diz respeito à investigação da produção do espaço geográfico pela conceituação de território e os rumos ambientais da Geografia - e a influência que nelas exerce a apreensão de *natureza* - as reflexões estão longe de esgotadas. No que compete ao Cerrado, no entanto, podemos tirar de todo esse caminho algumas interpretações, principalmente daquelas questões que nos trouxeram à pesquisa desde o início:

1. Se há, porém, uma “dinâmica socioespacial resultante”, que abastece a abordagem territorial, atrelada intrinsecamente à um espaço sistematizado de aspectos naturais que formam a sua paisagem, como podem partir de caminhos opostos as análises de Cerrado? Existe aí uma incompatibilidade metodológica?

Enxergamos pela pesquisa que se trata de uma dicotomia estritamente epistemológica. Tais caminhos opostos apenas o são pela reivindicação crítica de uma vertente geográfica, que mediante fenômenos de uma racionalidade produtiva identificada no seio das ciências formais como “moderna”, é associada à uma produção específica do espaço geográfico, a qual passam se adequar em sofisticação teórica as análises da Geografia, de modo a interpretar esses fenômenos em sua manifestação contingente. Nessa condução, as categorias e conceitos de território e paisagem são relativizados, e logo, não há uma incompatibilidade metodológica, mas de preferência uma “superdeterminação” (LEFF, 2006).

2. Tendo o *ambiente* na condição de amálgama da sociedade e *natureza*, seriam capazes as análises de Cerrado caracterizá-lo como região produzida e ao mesmo tempo natural?

Conforme se apresentam, não. Como vimos, a eleição de um primado territorial nas análises remete à uma apreensão de *natureza* que é autoexcludente, e ultrapassa mesmo os sentidos contraditórios da própria dialética materialista ao imprimi-la um caráter de transitoriedade epistemológica não reconhecida pelo seu viés ideológico de transformação da realidade. Nesse sentido, há uma priorização sócio-histórica da análise, pela objetivação dos arranjos espaciais, o que não se resolve mesmo com uma relativização ontológica dos conteúdos, que somente reforça as tendências críticas para com a ciência lógico-formalista que circunscreve o meio natural como materialidade.

O ambiente só tem sentido unitário pela abordagem territorial internamente à apreensão dialética ou à relativização fenomenológica, porém, novamente, sem qualquer valor ontológico que diga respeito a um meio natural. Mesmo as análises ambientais que não reclamam a via do território, como aquelas de teor técnico que assumem o Cerrado como região natural, o fazem por uma via lógico-formalista acompanhada ou não do mesmo eixo de crítica teórica, no entanto ainda sem nenhuma aproximação epistêmica dos conteúdos. De tal modo, mantém-se uma dicotomia tanto epistemológica quanto ontológica ao se tratar da ordem natural; ao passo que a questão ambiental pende para a assimilação de uma região produzida como eminentemente social e territorial.

3. O que significa, para a Geografia, nutrir uma abordagem que se debruça sobre a apropriação desse ambiente e ao mesmo tempo relegar o estudo de suas feições à uma especialização naturalista, que opera em um espectro supostamente neutro das ciências?

Significa a afirmação daquela dicotomia, que muitas vezes é tomada como inexistente ou polêmica, mas é real, evidente e, em sensatez geográfica, inegável. Isso é muito visível metodologicamente, à medida em que, baseados em diferentes apreensões teóricas, as análises buscam diferentes resultados para diferentes perguntas; sem excluir umas às outras. A questão da suposta neutralidade, no entanto, é uma concepção ela mesma ideológica, advinda da crítica radical ao situar a ciência formal como aliada da produção de espaço capitalista e suas mazelas éticas, o que se legitima apenas em uma perspectiva externalista de ciência. Não significa, de tal modo, que haja um antagonismo inerente ao lógico-formalismo geográfico em uma visão oposta, internalista.

A situação problemática, portanto, é inserida pela própria crítica, ao anunciar que a separação epistêmica entre sujeito e objeto da prática científica é um dualismo antagônico, e em seu ímpeto de unir homem e *natureza*, advoga por uma prática unificadora que em última

instância nunca se realiza, dado o caráter contraditório de sua dialética; o que faz aparentar que o problema é simplisticamente metodológico quando na verdade é mais profundo.

#### 4. Há diferentes construções de *espaço* na abordagem territorial do Cerrado?

Sim. A conceituação de território, como vimos, passa justamente por uma dinamização do espaço geográfico de modo a apreender as relações de poder em diferentes escalas, ao que hão de resultar em arranjos espaciais como objetos de uma realidade geográfica por excelência – em sua concepção. Assim o faz, ora pela afirmação do espaço geográfico como construto sócio-histórico, ora pela relativização do espaço como fenômeno autônomo, de valor subjetivo, espaço vivido. Tais formulações compartilham do esforço de negar um espaço absoluto e apriorístico, em que resida uma materialidade que não é histórica. É nesse ponto, destacamos, que se encontra uma das grandes limitações de tal abordagem: a negação de uma materialidade não-histórica é a negação do espaço natural ou físico, o mesmo que é concebido dentro dessa mesma abordagem como base histórica dos arranjos espaciais. Não porque o espaço natural ou físico se equivale ao espaço absoluto ou cartesiano, conforme as tradições naturalistas, mas porque a afirmação de sua materialidade possa representar uma determinação ou um pragmatismo na apreensão do espaço geográfico, inadmissível à racionalidade crítica.

O caso do Cerrado, com efeito, revela que por todas as abordagens territoriais, nenhuma o regionaliza territorialmente. Quando o território é o objeto e procedimento de análise, as áreas naturais investigadas são recortadas sempre por delimitações sociopolíticas (ex.: região, estado, território goiano, município, distrito, comunidade, povoado, etc). Por isso é que enxergamos que *não se pode falar de território do Cerrado ou de Cerrado como território*, mas de preferência, que o Cerrado como região natural suporta outras análises territoriais. O que buscamos compreender em termos gerais - a relação entre a produção do espaço e a *natureza* no Cerrado - coloca questões profundas, e um universo de discussão que ainda deve ser amadurecido pelos estudos da Geografia.

Deve se ressaltar que a nossa síntese teórica dialoga com os resultados da pesquisa empírica no sentido de ter naquelas teses os exemplos plenos das abordagens geográficas do Cerrado, o que nos permitiu prosseguir com a sua caracterização por nossas próprias reflexões. Isso para dizer que sustentamos um debate que não é diretamente situado no estado da arte do Cerrado, mas que esses trabalhos indicaram o caminho e moveram nossas inquietações. Logo, o estado da arte apresentado não é determinante de nosso encaminhamento, mas representativo das abordagens que buscamos discutir ao longo do

texto. Prova disso é que as pesquisas levantadas sobre o Cerrado não trazem, por exemplo, uma discussão da apreensão epistemológica de *natureza*, o que não permite que façamos uma ligação direta entre o produto empírico e a nossa dissertação sobre o conceito, tornando esse esforço teórico totalmente nosso.

Nesse sentido, tendo vislumbrado essa dimensão do entendimento geográfico do Cerrado, indicamos temas de interesse para as pesquisas sobre esse ambiente, tais quais: os principais aspectos de aproximação entre os conteúdos da Geografia Agrária e da Cultural no recorte do Cerrado; a base crítica da questão ambiental no Cerrado e sua fundamentação na abordagem territorial; a relação entre o lógico-formalismo técnico-científico e a apropriação econômica capitalista do Cerrado; a racionalidade naturalista dos estudos ecológicos e o que isso significa para o desenvolvimento sustentável no Cerrado; e a valoração fenomenológica do espaço geográfico ante a produção socioespacial no Cerrado. Esperamos que tenham continuidade não por uma reprodução discursiva das abordagens, mas que ao assumi-las, coloquem à prova seus métodos e construções. Que sirvam de base para isso as reflexões aqui fundamentadas.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- AB'SABER, A. N. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 18, p. 1-23, 1969.
- ANDRADE, M. C. de. Atualidade do pensamento de Elisée Reclus. In: ANDRADE, M.C. de. (org.). **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.
- ANJOS, A. F. dos. **A sociedade, o estado e a ciência na apropriação e na diferenciação socioespacial do Cerrado**. 2016. 351 f. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2016.
- BARBOSA, A. S. **Sistema biogeográfico do cerrado: alguns elementos para a sua caracterização**. Goiânia: UCG, 1996.
- BARBOSA, A. S.; GOMES, H; SCHMITZ, P. I.; TEIXEIRA NETO, A. **O Piar da Juriti Pepena: Narrativa Ecológica da Ocupação Humana do Cerrado**. Goiânia: PUC Goiás, 2014.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, set. 2001. Disponível em: <[http://sinop.unemat.br/site\\_antigo/prof/foto\\_p\\_downloads/fot\\_8377beckeb\\_amazonia\\_cointempobynea\\_pdf.pdf](http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8377beckeb_amazonia_cointempobynea_pdf.pdf)>. Acesso em 23 jul. 2016.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora UnB, 2011.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física global - esboço metodológico. Tradução de Olga Cruz. **Ra'e ga - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 8, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.
- BORGES, J. C. P. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano**. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006. 220 f. Tese



(Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (IGCE) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP, 2006.

CACCIAMALI, M. C.; BOBIK, M.; CELLI JR., U. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados** [online], nº 26, p.91-110, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/07.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2015.

CAMPOS FILHO, R. P. **Araguaia**: depois da guerrilha, outra guerra. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia** – a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CAPEL, H. **Geografia contemporânea**: ciência e filosofia. Org. e trad. por Jorge Ulises Guerra Villalobos et al. Maringá: Eduem, 2010.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. Tradução de Álvaro Cabral. 30 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARVALHO, M. B. de. **O que é Natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CASSETI, V. Notas sobre a evolução do conhecimento geográfico na região do Cerrado goiano. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Abordagens geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.

CASTILHO, D. A questão da diferença e das relações em Richard Hartshorne. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, p. 48-66, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/40366/20622>>. Acesso em 07 ago. 2017.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. 221 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (orgs.). **Cerrados**: Perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CAVALCANTI, L. de S. Para onde estão indo as investigações sobre ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, p. 399 - 419, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/44546>>. Acessado em: 05 abr. 2017.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 4. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2015.

- CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (orgs.). **Cerrados: Perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.
- COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados** [online], vol.25, n.72, p.251-276, ago. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000200020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200020&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 fev. 2016.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- EL KHALILI, A. **Commodities ambientais em missão de paz: novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe**. São Paulo: Nova Consciência, 2009.
- ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GERASIMOV, I. P. Problemas metodológicos de la ecologización de la ciência contemporânea. In: GERASIMOV, I. P.; *et al.* **La sociedad y el medio natural**. Moscou: Progress Publishers, 1983.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- GOMES, H. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora da UFG, 2004.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GONÇALVES NETO, W. Mudanças no Estado e na Política Agrícola Brasileira. In: SILVA, L. S. D. da. **Relações Cidade – Campo: Fronteiras**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRIGORYEV, A. A. The theoretical fundaments of modern physical geography. [Tradução de João Lima Sant'Anna Neto]. In: SHCHERBAKOV, D. I.; BELOUSOV, V.V. (orgs.). **The interaction of sciences in the study of the earth**. Moscou: Progress Publishers, 1968. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/grigorievn15.pdf>> Acesso em 04 jul. 2017.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc..., espaço, tempo e crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, n° 2 (4), v. 1, p. 39-52, ago. 2007. Disponível em <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)>. Acesso em 07 mar. 2017.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. Tradução de Thomaz Newlands Neto. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **O enigma do capital - e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. 7 ed. São Paulo: Centauro, 2007.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 15 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HUMBOLDT, A. von. **Cosmos – ensayo de una descripción física del mundo** [vertido al castellano]. Tomo II. Sevilla: Biblioteca Hispano-Sur Americana, 1875.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental - uma introdução à filosofia fenomenológica**. Tradução de Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

HUSSERL, E. **La Tierra no se mueve**. 2 ed. Madrid: Complutense, 2006.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2 ed. Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

- INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIMA, E. L. de. O mito do "fator antrópico" no discurso ambiental geográfico. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 109-122, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-22012015000300109&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012015000300109&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 dez. 2016.
- LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MASSEY, D. Space-time, 'science' and the relationship between physical geography and human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 24, 1999, p. 261-276.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, pp. 139-158, 2001. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/352/334>>. Acesso em 17 jun. 2015.
- MENDONÇA, M. L. R. F. de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia - Universidade de São Paulo, 2013.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MURDOCH, J. **Post-structuralist geography**: a guide to relational space. London: Sage Publications, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. Acessado em fev. 2016.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. de S. **História de Goiás**: (1722-1972). 7 ed. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2008.

PEET, R. **Modern Geographical Thought**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1998.

PELÁ, M., MENDONÇA, M. R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). **Cerrados**: Perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PPGEO (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia). **Apresentação**. Goiânia: UFG, 2017. Disponível em <<http://200.137.217.159/index.php/o-programa/apresentacao>>. Acesso em 02 jun. 2017.

PRIGOGINE, I. **As leis do caos**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **A nova aliança**: metamorfose da ciência. Tradução de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. 3 ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

PRIMACK, J. R.; ABRAMS, N. E. **Panorama visto do centro do universo** - A descoberta de nosso extraordinário lugar no cosmos. Tradução de Maria Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAFFESTIN, C. Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel? **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 31, n° 84, 1987, p. 471-481. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/021898ar>>. Acesso em 16 ago. 2017.

REIS, M. F. dos. **A questão ambiental e a dimensão política do Cerrado**. 2014. 70 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (orgs.). **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

SANJAUME, M. S. Un panorama ibero-americano de la geografia física. In: SEVERO, A.; FOLETO, E. (orgs.). **Diálogos em geografia física**. Santa Maria: UFSM, 2011.

SANTOS, L. B. dos. Aspecto geral da vegetação do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 5, p. 68-73, 1943.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova - da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, A. C. da. O visível e o invisível: o primado da percepção no estudo do espaço. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 11, 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Unesp, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/495.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2017.

SILVA, W. F. da. **Da agroindústria canavieira ao setor sucroenergético em Goiás: a questão técnico-gerencial e as estratégias de controle fundiário**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SILVEIRA, R. W. D. da. Para pensar a unidade do Primeiro Romantismo Alemão. **Existência e Arte**, 2012, n. 7, p. 114-139. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2->

repositorio/File/existenciaearte/Para\_Pensar\_a\_Unidade\_do\_Primeiro\_Romantismo\_Alemao.pdf>. Acesso em 12 abr. 2016.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual** – Natureza, Capital e a produção de espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOTCHAVA, V. B. Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre. **Biogeografia**, São Paulo, n° 14, p. 1-24, 1978.

SOUSA NETO, M. F. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, pp. 119-138, 2001. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/343/325>>. Acesso em 10 fev. 2017.

SOUSA SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as ciências**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.4, pp.1-7., jun. 1997. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6770/4823>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p.1-16, fev., 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11777/6892>>. Acessado em: 12 jun. 2017.

VESENTINI, J. W. Controvérsias geográficas: epistemologia e política. **Confins** [online], n. 2, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/1162>>. Acesso em set. 2015.

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. Traduzido por Walter Alberto Egler. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out-dez. 1955. Disponível em:<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201955%20v17\\_n4.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201955%20v17_n4.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

WAIBEL, L. Vegetação e o uso da terra no Planalto Central. Traduzido por Orlando Valverde. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.335-380, jul-set. 1948. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1948\\_v10\\_n3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n3.pdf)> Acesso em 12 jun. 2017.

WULF, A. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Planeta, 2016.

#### **Sites consultados:**

PLATAFORMA SUCUPIRA. <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em 23 ago. 2017.

PPGEO UFG. <<http://posgeo.iesa.ufg.br/>>. Acesso em 23 ago. 2017.

TEDE BC UFG. <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/>>. Acesso em 23 ago. 2017.